REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

PÔRTO ALEGRE
BRASIL

1934
OFICINAS GRÁFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO
PÔRTO ALEGRE

Instituto Historico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sede: PÔRTO ALEGRE

——:::——

DIRETORIA DO INSTITUTO

Presidente:
Dr. Francisco Rodolfo Simch.
Vice-Presidente:
Dr. Leonardo Macedonia.
Secretário Perpétuo:
Dr. Eduardo Duarte.
Orador:
Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Tesoureiro:
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Bibliotecário:
Prof. Valter Spalding.

COMISSÕES PERMANENTES.

Fundos e Orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Dr. Leonardo Macedonia.
Cel. A. F. de Souza Doca.
Dr. Alfredo Clemente Pinto.

HISTÓRIA:

Prof. Othelo Rosa.
Dr. Darcy Azambuja.
Prof. Jorge Bahlis.
Cel. Aurelio Porto.

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

IV TRIMESTRE
ANO XIV

Comissão de Redação:
ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

1934
OFICINAS GRÁFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO
BARCELLOS, BERTASO & CIA. — PÔRTO ALEGRE
— FILIAIS: SANTA MARIA E PELOTAS —

PÔRTO ALEGRE
1934

O Caso Saldanha

Pelo 1.º ten. Henrique Oscar Wiederspahn

Aguardava ainda o Rio Grande a solução do que Saldanha pedira para constituir uma junta representativa da Província, como meio de facilitar a boa marcha dos negócios administrativos, quando chegaram ao conhecimento do capitão-general os famosos decretos números 124 e 125 de 29 de setembro de 1821, das Côrtes Constituintes de Lisboa.

Reinava então geral satisfação na província, donde Antônio Bernardes Machado em 10 de setembro de 1821 escrevera a João da Silva Lisboa que "agora já podemos sem receio lançar nossas cartas no correio, porque à testa daquela delicada repartição está o nosso honrado colega Manuel da Silva Lima. Já vemos os magistrados despacharem prontamente e com agrado às partes (muito pode o exemplo ou talvez o mêdo). Já se respeita o direito de propriedade, deixando-se de tirar ao lavrador, contra sua vontade, o que se precisa para o serviço; o mesmo com os comerciantes, em cujas lojas, pede de favor o intendente, o que precisa, quando não há dinheiro, segurando o pagamento neste ou naquele tempo".

Entretanto desde os primeiros motins de 1.º de agôsto o povo dava mostras de contínua fermentação política, dividindo-se em três partidos: o dos absolutistas ou "corcundas", os constitucionais exaltados, entre os quais devem ser incluídos os republicanos, e os constitucionais moderados. Assim não podiam deixar de sofrer sérios abalos os laços de disciplina social entre os continentinos.

Em 16 de fevereiro de 1822 recebia então o Senado da Câmara de Pôrto Alegre ordem para convocar os eleitores paroquiais para procederem em 21 à nomeação dos componentes da Junta Provisória da Capitania, de acôrdo com o decreto número 124. Para comandante das armas as Côrtes haviam designado o brigadeiro Saldanha.

A agitação dos componentes dos três partidos "fazia prever que os comícios não se efetuariam em paz, pois o povo e clero opunham-se declaradamente aos decretos de 29 de setembro, enquanto algumas autoridades de maior vulto entre os oficiais superiores da tropa da província inclinavam-se a cumprir os decretos da metrópole. Permaneciam assim indecisos os eleitores. Podiam pois trabalhar na surdina os possíveis elementos favoráveis à recolonização do Brasil".

Iniciados os trabalhos, surgiram "os mais violentos debates entre o povo, a tropa, e eleitores". Suspeito de "corcundismo" foram então expulsos do recinto os dois eleitores paroquiais, desembargadores Luiz Correia Teixeira de Bragança e José da Matta Bacelar pela massa popular, a pedradas. Para evitar males maiores Saldanha determinou que a tropa toda se recolhesse em rigorosa prontidão.

A' noite foi encerrada a sessão sem que nada ficasse resolvido. De tudo foi cientificado o capitão-general, o qual prometeu que no dia seguinte tudo se realizaria na maior ordem. Declarava que como militar nada poderia decidir contra as ordens do congresso, mas recomendava que se não alterasse a ordem pública.

Assim poude o Senado e os eleitores decidirem evitar todas "as confusões e assuadas", já que Saldanha não iria intervir no conflito, como em regra costumam agir nossos chefes políticos.

Para a sessão do dia 22, os dois grupos escolheram seus delegados junto aos eleitores, sendo Antônio Bernardes Machado pelos contrários aos decretos de Lisboa e o brigadeiro Felix José de Matos Pereira de Castro, pelos outros. Deveriam pleitear oralmente suas causas, jurando acatar a deci-

são final. Vencer então a opinião do elemento civil e concordando por fim os legitimistas da tropa cabalmente com as razões de Bernardes.

Espontâneamente e por aclamação o clero, tropa e povo conferiu aos eleitores paroquiais amplos poderes para eleger uma Junta Representativa das classes e verdadeiros interêsses do Rio Grande, prova decisiva em prol de sistema federativo tão combatido pelo unitarismo monárquico. Seja com que matiz e título partidário, sempre foi, é e será êste o único responsável pelos males de nossa pátria. Num país vasto como o nosso, de núcleos populosos exparsos, comunicações falhas e descontínuas, interêsses e mentalidades rivais e mesmo opostas, centralização administrativa significa desunião e arrastará fatalmente à separação.

Assim " a soberana vontade dêstes habitantes" outorgou aos eleitores "amplos poderes para elegerem um govêrno compatível e análogo ao do Brasil" sendo "instalado na Província um govêrno representativo, composto de 9 membros, a saber: 1 presidente, 1 vice-presidente, 2 secretários das repartições da guerra e civil, e mais 5 membros, ficando ao presidente as atribuïções de general das armas, e com a presidência da junta da fazenda pública e da junta da justiça, por assim se manifestar nos desejos da tropa e povo".

Foram eleitos presidente o brigadeiro João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, vice-presidente o marechal de campo João de Deus Mena Barreto, secretário dos negócios políticos Manuel Maria Ricalde Marques, secretário dos negócios da guerra o brigadeiro José Ignacio da Silva e mais os 5 vogais brigadeiros Felix José de Matos Pereira de Castro, Manuel Alves dos Reis Louzada, o vigário de Rio Pardo Padre Fernando José de Mascarenhas Castelo Branco, Francisco Xavier Ferreira e desembargador José Teixeira da Mata Bacelar. Foram votados para suplentes Antônio Bernardes Machado e o advogado Feliciano Nunes Pires.

Embora o vice-presidente e os vogais Louzada e Padre Castelo Branco estivessem ausentes, efetuou-se no mesmo dia, com grande regozijo popular, a solenidade da posse no consistório da Santa Casa de Misericórdia "presente o se-

nado da câmara, presidido pelo dr. juiz-de-fora, Caetano Xavier Pereira de Brito" (Coruja), jurando o novo govêrno "a defesa da nossa Santa Religião, obediência ao Soberano Congresso em tudo quanto fôr compatível com a dignidade, honra, e União do Brasil, respeitosa obediência a El Rei o Senhor D. João VI, e a S. A. R. a quem esta Província de novo reconhece Príncipe do Brasil, e lugar Tenente de Seu Augusto Pai, e fiel observância de nossas obrigações, até que as Côrtes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa com a Reünião de todos os Deputados concluam a Constituïção Política da Monarquia".

Dias depois o mesmo govêrno provisório levava tudo ao conhecimento de D. João VI, do príncipe regente, do marechal de campo Oliveira Álvares e do govêrno provisório paulista em ofícios de 6 de março do mesmo ano. A José Bonifácio e aos paulistas declarava não mais poderem os brasileiros voltar á situação de colonos, recomendando para tal a união de todos para vencer e não permitir na partida de D. Pedro. Seis dias depois seguia uma representação circunstanciada dos sucessos ao regente no Rio, que seria confirmada pelo emissário da junta Francisco Xavier Ferreira, tendo como suplente o major José Joaquim Machado. Estes deveriam transmitir todo o apôio do Rio Grande a São Paulo pelos sucessos do "Fico", mas declaravam-se contrários a qualquer manifestação republicana.

Só então se poude providenciar sôbre as eleições dos procuradores gerais das províncias pelos mesmos eleitores paroquiais de então, mas a Junta riograndense não deixou então de transmitir ao emissário Ferreira suas sugestões sôbre o decreto. Julgava anti-liberal e bastante coercitivo sôbre os procuradores a participação dos ministros de estado ao conselho geral. Breve também eram remetidas as adesões de todas as câmaras ao govêrno representativo de 22 de fevereiro. Convém notar que na época o Rio Grande do Sul compreendia três câmaras ou municípios que eram Pôrto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo e Cachoeira.

Os membros da junta que ainda não haviam tomado

posse o fizeram, em 23 de março o vice-presidente marechal de campo João de Deus Mena Barreto, em 11 de abril o vogal Manuel Alves dos Reis Louzada e mais tarde o Padre Castelo Branco. Mas Louzada adoecendo teve que solicitar exoneração e em 19 do mesmo mês assumiu seu cargo de vogal o suplente Antônio Bernardes.

Do ponto de vista militar a província continuava ainda um tanto abandonada, por continuarem na Banda Oriental suas melhores tropas às ordens de Lecor. Ao assumir Mena Barreto a vice-presidencia da junta representativa tratou de dispor da melhor maneira seus soldados do exército de 2.ª linha, do qual era Inspetor Geral na província.

Com a demissão de Chagas Santos do comando das Missões e sua designação para o da fronteira do Rio Grande, dêste porto e guarnição, foi o marechal de campo José de Abreu para aquele comando. Ficou assim o tenente-coronel João Antônio da Silveira em São Gabriel, o major Olivério José Ortiz em Caçapava, o coronel Francisco Antônio de Borba em Cachoeira. Todos deveriam passar revistas em suas milícias de três em três meses.

Mas Saldanha compreendia bem que os decretos que emanavam do ministério José Bonifácio fatalmente iriam provocar a separação do Brasil da monarquia portuguesa, a cujo soberano e côrtes de Lisboa havia prestado compromisso. Como soldado e patriota português, em 3 de maio de 1822, solicitava ao príncipe regente exoneração dos cargos que exercia no Rio Grande e permissão para se recolher a Montevidéu, onde deveria substituir Lecor no comando das armas.

Enquanto isto o tenente-general Marques de Sousa falecera em 22 de abril do mesmo ano no Rio. Seu genro, o marechal de campo Joaquim de Oliveira Álvares, então ministro da guerra, com o tenente-general Alexandre Eloi Portelli e o coronel Antero José Ferreira de Brito constituíam o partido dos Marques e Portellis que fez no Rio todo o possível para atrair o emissário Ferreira, numa campanha de vingança ao brigadeiro Saldanha.

No entanto o príncipe regente dera todo apôio ao movimento popular de 22 de fevereiro em Pôrto Alegre, mas em

13 de julho não poude mais Saldanha aguardar a solução demorada da demissão que pedira. Compreendendo as intrigas de que era vítima na côrte, pediu exoneração do cargo de presidente e comandante das armas, pois julgava o decreto de 3 de junho altamente atentatório à fidelidade que jurara ao seu rei e nacionalidade. Pedia os necessários passaportes para embarcar com sua família para Montevidéu, depois de ter empenhado os melhores de seus esforços pela manutenção da ordem, paz e tranqüilidade no Rio Grande do Sul.

No mesmo dia sentia o grupo ambicioso do vice-presidente quanto era bem-quisto Saldanha entre seus camaradas e governados. Sua retidão e caráter levava grande parte dos oficiais da guarnição da capital e das proximidades e os cidadãos de maior representação entre os quais figuravam o coronel Antônio Pinto da Fontoura, Antônio Maria Calvet, Joaquim Gonçalves da Silva, Antônio Gonçalves da Silva e muitos outros que iriam ter papel de destaque na província sulina. Assim não foi aceito o pedido de Saldanha, pois temiam-se desordens e desgostos e não poderia ser o presidente considerado entre os que pretendiam reagir à marcha fatal dos acontecimentos no país.

Em 22 de junho estava enfim eleito o procurador geral da província na pessoa do cônego provisor e Vigário Geral Antônio Vieira da Soledade o qual seguiu para o Rio pouco depois.

Em fins de julho era sabido que fôra ofertado e aceito o título de "Defensor Perpétuo dêste Reino" pelo príncipe Regente. Ciente das escusas da junta, declarou-se Saldanha pronto a permanecer em seus postos até deliberação de D. Pedro ou até ás vésperas das eleições decretadas em 3 de junho.

Estas foram marcadas para 25 de agôsto, e então declarou o presidente e comandante das armas, em ofício de 23, deixar seus cargos de acôrdo com suas decisões anteriores. Deveria o coronel Manoel Xavier de Paiva responder pelo comando das armas até chegar o substituto legal. Acresceu mais que sabia perfeitamente das maquinações da junta e à

resposta desta de que não poderia ter passado o comando ao coronel Paiva, declarou que sabia bem a quem competia tal comando.

Mais uma vez não foi aceito seu pedido de exoneração, mas teve o presidente ciência de que João de Deus aproveitara de uma inspeção de milícias perto de Pôrto Alegre, para concentrá-las aí com o fito de coagir os eleitores, alegando contudo evitar distúrbios com tal medida. O espírito reacionário do vice-presidente o levara a suspeitas que Saldanha apoiasse o "terrível partido" republicano na província.

Em evidente demonstração de desconsideração para com o brigadeiro Saldanha, João de Deus convocou uma sessão extraordinária da junta representativa ou congresso provisório sem dar conhecimento àquele. Insistiu então êste para que fôsse Saldanha deposto uma vez que mantinha ligações com os facciosos. No entanto sua proposta foi regeitada por maioria de votos. Pouco depois entrava o presidente na sala de sessões onde vinha protestar contra a atitude das milícias, pois era a guarnição suficientemente forte e leal para manter a ordem no dia seguinte.

Interpelado pelo brigadeiro Felix de Matos se pretendia perturbar as eleições, replicou Saldanha com sua palavra de honra não ter ligação alguma com grupo algum. Assim propunha que a junta permanecesse em sessão permanente durante o decorrer das eleições e a tropa na mais rigorosa prontidão.

Todas as sugestões foram aceitas e as eleições correram na mais perfeita ordem com aclamação até ao rei D. João VI. Três dias depois solicitava o presidente pela quarta vez dispensa dos cargos.

Desta vez a facção do vice-presidente venceu e na sessão de 28 de agôsto foi aceita a demissão do brigadeiro João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun e empossado aquele na presidencia. Foi nomeado vice-presidente o tenente-general Patrício José Corrêa da Câmara, já em adiantado estado de senilidade.

A junta só julgou acertado aceitar então o pedido do brigadeiro por julgar terem já produzidos seus frutos a cam-

panha de descrédito movida pelos partidários dos Mena Barreto, Marques de Sousa e Portellis. Foi dado àquele o passaporte que pedira para si, sua espôsa Dona Maria Tereza Horan de Saldanha, seu filho Augusto Carlos de Saldanha, seu ajudante de campo capitão João Horan e outras pessoas mais.

Mas no dia seguinte abria João de Deus uma carta, datada de 24 de agôsto, do coronel José Maria de Almeida, comandante interino do Batalhão de Infantaria e Artilharia de Rio Grande, e imediatamente mandou sustar a partida do brigadeiro até nova ordem do govêrno provisório. Naquela carta referira-se Almeida a certos bilhetes anônimos que vinha recebendo e João de Deus e o brigadeiro Felix de Matos pretenderam ver nêle fortes indícios que os ajudassem numa ação contra Saldanha. Houve até uma reünião em casa de um tal Antônio Martins Bastos na qual ficou decidido provocar a expulsão de 3 membros do govêrno caso não aparecesse, como queriam, a culpabilidade de Saldanha.

Pelo govêrno foi o caso entregue a uma comissão de inquérito e averiguações composta do desembargador Luiz Correia Teixeira de Bragança, dr. Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa, dos juízes de fora Caetano Xavier Pereira de Brito e José Maria de Sales Gameiro Mendonça Peçanha. Esta pediu a permanência do ex-presidente e a vinda do coronel Almeida com todas as cartas que porventura tivesse recebido daquele.

Procurou Saldanha comparecer perante os magistrados para se defender da acusação, mas João de Deus tentou todos os meios para melindrá-lo, até que o próprio coronel Almeida, reforçado por Chagas Santos, oficiou em sua defesa, pois só tratara com o presidente como seu superior hierárquico e vê em tudo manobras, subalternas de Antero de Brito. Almeida não poude comparecer em Pôrto Alegre, porque estava bastante doente. Assim foi o íntegro e correto brigadeiro cienficado que poderia seguir ao Rio com as pessoas que indicasse.

Na mesma época recebia o bacharel José Antônio de Miranda, que no mês anterior pedira e obtivera demissão e

passaportes para o Rio declarando-se contrário aos decretos de D. Pedro, ordem de embarque. Entregara seus cargos de ouvidor e juiz a Pereira da Costa.

Com o regresso do coronel Manuel da Silva Fontoura, que na côrte abraçara o partido de Antero Brito, ficava o govêrno ciente de que D. Pedro em 8 de agôsto concedera permissão a Saldanha para ir ao Rio e nomeava o marechal de campo João de Deus Mena Barreto presidente e o também marechal de campo José de Abreu comandante das armas. Êste passou pois o comando da fronteira das Missões ao tenente-coronel de milícias Joaquim Ferreira Braga.

O decreto do regente foi imediatamente publicado, enquanto que a licença de Saldanha não. Parece até que o foi intencionalmente, tanto assim que se deu crédito aos dizeres do coronel Fontoura. Declarou êste que o ex-presidente deveria ser apresentado no Rio ao príncipe regente pelo próprio coronel.

Embora o govêrno dissesse ao brigadeiro que "não sai preso, assim como nunca esteve, e nem está nesta capital", após diversos protestos seguia Saldanha e Fontoura para Laguna, via Conceição. Ao chegarem nesta freguesia recebe êste coronel novas instruções devidas exclusivamente ao intrigante Antero que em 28 passara por Rio Grande, rumo à Banda Oriental. Êste inimigo de Saldanha informava haver recebido ordem de prender o general português logo que intentasse fugar para Montevidéu.

Não ficou aí a ação de Antero Brito. Ordenou ao coronel Duarte Guilherme Correia de Melo reter preso o major João Pedro da Silva Ferreira que deveria seguir para o Rio como perigoso ao sistema brasileiro. Disse mais que aguardava encontrar o mesmo entusiasmo no Rio Grande que os do Rio, São Paulo e Minas Gerais.

Saldanha e seu companheiro prosseguiram pois viagem por Santa Catarina, São Sebastião, Ilha Grande, Sepetiba até a fazenda de Santa Cruz, onde em 17 de novembro se apresentarem ao novo imperante.

Com a ascenção do novo presidente começaram a surgir as ordens de opressão e suspeitas facciosas por toda parte.

Em 3 de outubro era preso José Joaquim da Silva Maia por espalhar em Pôrto Alegre notícias contrárias ao "sistema nacional". No entanto a própria junta prestara pública reparação ao conspirador de dias antes, Antônio Martins Bastos porque era do partido do presidente.

Sabendo-se na mesma época que a guarnição de Montevidéu se declarara contra o regente, foi determinado a Chagas para, de acôrdo com as ordens de 3 de setembro do Rio, não permitir a expedição de mantimentos e material bélico para aquele porto ou outro qualquer ocupado por fôrças lusitanas.

Foi em 4 de outubro de 1822 que Pôrto Alegre soube pela primeira vez dos sucessos de 7 de setembro no Ipiranga, por intermédio de um sobrinho de Francisco Xavier Ferreira. Dois dias depois chegaram as notícias oficiais por intermédio do coronel João José Palmeiro, que também trouxe as instruções para a aclamação do novo Imperador. Ambos foram carregados nos braços pelos "entusiasmados cidadãos da capital". Os trabalhos pró-aclamação parece que foram propalados pelas câmaras pelo emissário do grupo monarquista luso-estrangeiro comendador João Rodrigues Ribas, segundo informes de Alfredo Rodrigues.

Assim foram tomadas todas as medidas para o "grande dia". O coronel Antônio José da Silva Paulet, Intendente interino da Marinha e deputado da Junta da Fazenda Nacional no impedimento do brigadeiro José Inácio da Silva desde agôsto, deveria determinar o embandeiramento de todos os navios surtos no porto durante todo o dia 12 de outubro.

Em 11 foi publicado um bando com toda a solenidade convocando o povo, clero e tropa para o próximo dia no largo do paço.

Assim realmente foi feito. Desde às 9 horas estava a guarnição toda formada com muito povo, autoridades, o govêrno e câmara incorporados. Leu então o juiz de fora os dizeres da aclamação que a todos nivelou num só partido. Todos esperavam uma radical mudança no sistema governamental e administrativo. Brasileiros e portugueses de to-

dos os matizes encheram-se de júbilo e não houve um caso de desordem e perturbação em todo o Rio Grande! Deveriam durar "nove dias e três meses, as festas públicas".

Entretanto enviaram a Rio Grande os socorros de que Lecor necessitava em Canelones para enfrentar as fôrças de Montevidéu e Abreu deveria vigiar nosso Entre Rios diante da concentração que os argentinos realizavam na costa do Uruguai.

Em 25 de outubro eram proclamados eleitos os deputados à constituinte nas pessoas do desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro, dr. Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa e Antônio Martins Bastos. Durante o impedimento de Feliciano Pinheiro que era então deputado por São Paulo às Côrtes de Lisboa, deveria assumir o suplente marechal de campo Chagas Santos.

Em princípios de novembro surgiu o caso da substituïção dos dizeres "Independência ou Morte" por "Independência e União" em Rio Pardo. O govêrno mandou abrir devassa sendo presos João de Deus e Tomaz Inácio da Silveira, os quais logo foram postos em liberdade mediante fiança. Por ser contra o sistema foi determinado a substituïção do almotacel de Pôrto Alegre, Antônio José Teles de Menezes e aderiam ao Brasil o Vigário Geral interino João Batista Leite de Oliveira Salgado e o coronel engenheiro João Batista Alves Pôrto que abriu um curso gratuito de matemáticas aplicadas.

Parecia que os partidários do sistema federal-democrático haviam desaparecido do cenário, mas em ofício de 28 de novembro de 1822 Mena Barreto ordenava ao coronel Francisco Antônio Borba assumisse o comando da guarnição e a chefia da polícia de Rio Pardo. Ao mesmo tempo determinou severa vigilância contra possíveis tentativas sediciosas contra o regime vigente. Não deveria permitir grupos de mais de 3 escravos conversarem pelas ruas e tabernas. Estas deveriam ser fechadas ao cair da noite.

Ao mesmo tempo incentivara a indisciplina e a delação aceitando as representações dos oficiais das milícias de Rio Pardo e Pôrto Alegre.

Prosseguindo em sua luta de adesão ao sistema monárquico, publicou em 19 de dezembro um bando proïbindo terminantemente a circulação dos órgãos baïanos "Semanário cívico" e "Idade de Oiro do Brasil".

Em 1.º de janeiro de 1823 mandava o govêrno provisório realizar um "Te Deum" na matriz portoalegrense em homenagem á coroação do Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil.

O emissário Francisco Xavier Ferreira desde fins de novembro regressara ao pôrto de Rio Grande onde ficou retido por moléstia, até que em 21 de dezembro Pôrto Alegre ficava ciente de sua elevação à cidade, por decreto de 14 de novembro de 1822.

A Revolução dos „Farrapos" e os anais da Assembléia Legislativa da Provincia de São Paulo

(1835 - 1846)

Fernando Callage.

Especial para a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico" do Rio Grande do Sul.

Nos trabalhos de reconstrução histórica da revolução dos "farrapos" a que se teem vivamente dedicado alguns escritores do Rio Grande, muita coisa interessante vem aparecendo a público, ultimamente. Nem era de supor-se o contrário, dado o valor da revolução, que é, sem dúvida, um padrão de glória da nossa terra e da nossa raça.

Eu entendo que tudo quanto possa trazer elucidação ao glorioso movimento, deve ser publicado, até, mesmo, o que não seja favorável ao episódio continentino. A história de um determinado acontecimento que influiu, poderosamente, nos destinos políticos e sociais de uma nacionalidade, si não tiver os seus prós e contras, não está completa.

Assim, dêsse modo, era natural que os poderes públicos do Rio Grande do Sul, publicassem, também, como o fizera antes com o jornal "O Povo" e outros órgãos farroupilhas, algumas publicações editadas pelos defensores da causa legalista. Porque, com essas publicações, embora apaixonadas,

viriam à luz muitos documentos de importância sobre a insurreição republicana que abalou, profundamente, o país, fazendo com que o govêrno de então tomasse todas as providências para que o surto revolucionário não se alastrasse por outras províncias.

Também, um outro ponto que me parece importante e que deve ser trazido a público, no atual momento, é o pensamento das assembléias provinciais da época com relação ao glorioso movimento republicano encabeçado por Bento Gonçalves e outros chefes liberais.

Nessas condições, com alguns vagares, estive no Arquivo Público do Estado, revendo os "Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo", anos de 1835 a 1846.

Muito pouca coisa encontrei que valesse a pena transcrever. Há mesmo um profundo silêncio dos deputados de então à memorável causa farroupilha. Parece que êles ignoravam a grande campanha guerreira que fazia estremecer o Império de alto a baixo...

No volume correspondente a 1835-36 não existe nada a respeito. Apenas algumas referências vagas sôbre a intranqüilidade pública na província e nalguns outros pontos do país. No volume 1838-39, há uma nota interessante sôbre uma pretendida incursão dos rebeldes às fronteiras da província paulista (1).

Na **fala** do presidente Venâncio José Silva, na sessão de 7 de Janeiro de 1839, referindo-se à tranqüilidade pública, diz êle o seguinte:

"Cabe aquí, Snrs., referir-vos as causas que moveram o Govêrno a fazer marchar para o Rio Negro o 6.º Batalhão de Caçadores, acompanhado de 54 Municipais Permanentes. Havia apenas um mês que eu tinha assumido a Presidência, quando chegou a esta cidade a infausta notícia de ter uma

(1) "Em 1.º de outubro de 1841, se haviam expedido ordens preventivas do Comandante em Chefe do Exército do Rio Grande do Sul para impedir qualquer movimento sôbre as fronteiras de S. Paulo, que os rebeldes daquela Província pudessem intentar, as quais foram repetidas depois" — Anais de 1842-1843. Página 326.

partida de rebeldes do Rio Grande do Sul invadido a Vila de Lages, donde ameaçava o território desta Província, tendo já chegado seu arrôjo segundo relatam alguns ofícios, a ponto de avançar até o espigão da Mata, perseguindo um Capitão Campos, que consta fôra ferido e deixado por morto. Conquanto um só instante não duvidasse dos sentimentos que animam os coritibanos, e em geral todo o povo paulista; conquanto estivesse certo do seu amor à ordem, e do denodo com que repeliriam essa orda se porventura ousasse calcar seu solo, eu não ignorava a falta de disciplina em que desgraçadamente se acha a Guarda Nacional, e atentando com reflexões no terror que necessàriamente havia de causar aos pacíficos habitantes da Comarca de Coritiba ao primeiro ímpeto da invasão, receei as desagradáveis conseqüências que ela podia trazer consigo, tanto mais, quanto já era sabida a dificuldade que tinha havido em conseguir-se, logo que se soube da entrada dos rebeldes em Lages, um destacamento de 50 homens no Rio Negro; portanto ainda que a referida marcha devia não só ocasionar grandes despesas, mas também sobrecarregar a Guarda Nacional do serviço, não hesitei de tomar aquela deliberação, persuadido, como ainda estou, de sua urgente necessidade, pois entendo que todos os sacrifícios são poucos, quando se trata de sustentar a ordem pública, e opor uma barreira à devastadora anarquia.

"Com efeito, Snrs., a medida produziu os felizes resultados que eu antolhava; a fôrça foi recebida com sinais não equívocos de contentamento por todos os habitantes da Comarca; uma porção de indivíduos emigrados da Província do Rio Grande, que vagava na Vila do Príncipe, e cuja presença causava algumas suspeitas, desapareceu, e os Coritibanos, desassombrados do perigo que os ameaçava, renderam mil graças ao Govêrno pela solicitude e prontidão com que os socorreu. O Batalhão, que foi depois reforçado por 80 praças de 1.ª Linha, tendo-se conservado até o dia 6 de outubro no Rio Negro, marchou no dia 7 para a Vila de Lages, conforme as ordens do Govêrno Imperial, afim de, reünido com as fôrças de Santa Catarina, cooperar ativamente,

contra os rebeldes. Não se tendo, porém, podido fazer a junção das fôrças, e havendo os rebeldes novamente invadido a Vila de Lages, regressou o mesmo Batalhão para o Rio Negro, onde se acha velando sôbre nossas fronteiras".

Relativamente a essas providências tomadas pelo govêrno, nas sessão de 28 de janeiro de 1840, o deputado Pimenta Bueno enviou à mesa um requerimento, para o qual pedia urgência. Êsse requerimento, que foi aprovado, estava concebido nos seguintes termos:

> **"Requeiro que se pergunte com urgência ao Govêrno, si é verdade que nossas fôrças obtiveram vitória sôbre as fôrças insurgidas no Rio Grande, e seus detalhes".**

O assunto foi discutido e suspenso, quando o 1.º secretário o interrogou novamente para proceder à leitura de um ofício do govêrno a respeito do requerimento. Nesse ofício o **Govêrno comunicava a vitória das fôrças legais no lugar denominado Coritibanos, motivo pelo qual se congratulava com a assembléia.**

Segundo o histórico dessa sessão, a comunicação oficial foi recebida com geral agrado e mandou-se devolvê-la ao Presidente da Província, com o qual, também, a Assembléia se congratulava com tão faustoso acontecimento.

Já anteriormente, em 7 de janeiro do mesmo ano, na **fala** do Presidente Brigadeiro Manuel Machado Nunes ainda referindo-se à tranqüilidade, tem esta curiosa passagem:

"Na freguesia de Belém de Guarapoava um grupo de fascinorosos com o único intento de roubar algumas casas, assaltaram a Guarda daquele presídio na noite de 30 de junho do ano passado, mas foram logo rebatidos, escapando-se alguns e prendendo-se outros que foram entregues à Justiça e estão já sofrendo a pena de seus delitos.

"Algum cuidado me causou isto pelo receio de que houvesse combinação dêstes criminosos com os rebeldes do Sul, e mesmo porque das povoações mais próximas, e particularmente da Freguesia de Ponta Grossa se me pediam provi-

dências para conter ou afugentar homens suspeitos, que por alí vagavam, insinuando doutrinas perigosas pelas classes menos ilustradas. Mas um destacamento da Guarda Nacional enviado da Vila de Castro para aquela Freguesia de Belém, e outro para a de Ponta Grossa, a recomendação das medidas policiais sancionadas pelo Código de Processo Criminal contra os adventícios suspeitos, e a autorização para o recrutamento produzirão em breve os mais saudáveis efeitos, de maneira que as próprias Autoridades Policiais foram as primeiras a me requisitarem a retirada dos destacamentos como inteiramente ociosos.

"Em todo o resto da Província a tranqüilidade tem sido inalterável; e as suspeitas que a inconsideração de uns e a incredulidade de outros, queria lançar sôbre os pacíficos e fiéis habitantes da terra acima da quinta Comarca, teem completamente desaparecido, porque os bravos Coritibanos pelo ardor com que correram à defesa das nossas fronteiras, e por mil outros exemplos duma lealdade a toda a prova, teem desmentido como se fôsse acintemente, tudo quanto se procurava insinuar em desabono dos briosos sentimentos que sempre os animaram".

Naturalmente as doutrinas perigosas a que se refere o Brigadeiro Machado e que invadiam as classes menos ilustradas, "eram as republicanas", visto como outras não poderiam ser e nem se cogitava no momento. Interessante é que o Presidente julgava que os assaltantes da Guarda tinham intuito de roubar e estavam de combinação com os criminosos rebeldes do Sul...

É sempre a mesma linguagem e a velha história dos documentos oficiais com relação aos movimentos revolucionários...

Os autores dêles são sempre criminosos, bandidos e ladrões!

Um episódio interessante, a que se referem os Anais de 1841-42, é aquele em que fazendo um resumo histórico da gestão do 11.º presidente de Província, traça a biografia do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, e se refere, largamente,

ao movimento revolucionário paulista de 1842 que, na opinião de alguns historiadores, era grandemente influenciado pela revolução dos "farrapos".

Os Anais de 1842 dizem:

"Os revolucionários escolheram a cidade de Sorocaba para a capital provisória da Província, alí exercendo funções presidenciais o mesmo Rafael Tobias, que se intitulou Presidente interino da Província. Vencida a revolução pelas tropas imperiais, sob o comando em chefe do Barão de Caxias (General Luiz Alves de Lima e Silva), foram processados e presos muitos dos cabeças do movimento sedicioso, tendo o Brigadeiro Rafael Tobias e o Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos fugido para o Sul, permanecendo em Sorocaba ùnicamente o Senador Feijó, que se entregou prisioneiro ao Barão de Caxias. Rafael Tobias foi preso no Rio Grande do Sul por ordem e fôrças do Barão de Caxias, que lá se achava dominando a revolução riograndense".

O Brigadeiro Tobias, que era casado com a famosa Marquesa de Santos (Domitila de Castro Canto e Melo), com a qual teve quatro filhos, foi remetido do Rio Grande para o Rio de Janeiro, onde permaneceu, por muito tempo, encarcerado na Fortaleza da Lage.

Cito êste episódio porque havia, não resta dúvida, alguma ligação dos autores da revolução paulista com os autores da revolução de 1835.

A própria fuga dos seus principais cabeças para o Rio Grande é um indício claro que havia qualquer um entendimento com alguns chefes "farroupilhas".

Os "Anais de 1842-43" trazem um longo relatório sôbre o movimento revolucionário de 1842 e da revolução mineira. Êsse volume publica, também, o relatório do ministro da Guerra, José Clemente Pereira (14 de janeiro de 1843) relativamente à revolução dos "farrapos".

Como êsse documento histórico é importante, transcrevo-o na íntegra:

"Circunstâncias bem conhecidas obstaram a que se abrisse a Campanha de 1841 a 1842: recolheu-se o Exército abso-

lutamente a pé, no princípio de agôsto daquele ano, da marcha militar que fizera até Alegrete; e não era possível que se refizesse em poucos meses da cavalhada necessária; todavia o tempo não era perdido, nem pode, dizer-se que os negócios da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul não tem melhorado consideràvelmente.

"Impossibilitado o Exército de operar ativamente por falta de cavalos, adotou-se o único plano de Campanha que naturalmente se oferecia de tomar posições que cobrissem com a sua linha a maior parte do território que fôsse possível guardar contra os insultos dos rebeldes, e por esta forma pôde obter-se que a importante parte de todo o Norte da mesma Província, desde o Rio Pardo até além de Jacuí e a Serra, haja gozado desde aquela época dos benefícios da paz, acontecimento visto pela primeira vez desde que começou a guerra. E o Exército não permaneceu inteiramente inativo: aproveitou todas as oportunidades que se lhe ofereceram de incomodar os rebeldes, de que são prova os inumeráveis feitos de armas, que nos ultimos meses do ano de 1841, e princípios de 1842 alí tiveram lugar, merecendo especial menção os do Rincão Bonito, Passo do Cordeiro, e Piquerí, cobrindo-se de glória as tropas que nêle tiveram parte pelo excesso de valor com que se houveram, obtendo sempre o mais completo triunfo contra fôrças rebeldes superiores em número, que tiveram grande perda de mortos e prisioneiros.

"Daquele plano resultou também ficarem os rebeldes privados do meio de tirarem recursos, principalmente de gente, de toda a Província, como nos mais anos acontecia: provindo-lhes daí não só perda de fôrça física mas ainda mais da moral; a qual deve atribuir-se o fato de haverem-se apresentado quatrocentos e sessenta e um dos seus aderentes a pedir título de anistia, e as continuadas deserções, que consta ter havido, e continuaram a aparecer nas suas fileiras.

Entretanto o nosso Exército muito ganhou em fôrça moral: e tem sido reforçado com mais de 5.000 homens, que desta Côrte marcharam de 5 de abril de 1841 até 31 de dezembro de 1842, como mostrava o mapa n.º 18 ao qual cum-

pria acrescentar algumas praças que foram das Províncias de São Paulo e Santa Catarina para cima de 400, e fazer-se a dedução de 800 homens, que dalí regressaram, e novamente para lá voltaram.

Dificuldades quasi insuperáveis se apresentaram para remontar o Exército com o número de cavalos necessários para o bom resultado de suas operações; e para agravar o mal, o inverno passado foi fatal ao tratamento da cavalhada, pelas grandes e continuadas chuvas fora da estação regular: mas felizmente êsse mal está em parte remediado; o Exército tem hoje cavalhada suficiente para entrar em Campanha, e existe, segundo as informações oficiais, grande porção de cavalos comprados, que êle poderá haver logo que se aproxime de lugares onde sem perigo os possa receber.

"E não dissimularei, Senhores, que para prover o Exército dos cavalos de que precisava, foi necessário recorrer ao violento meio da desapropriação: e não hesitei em autorizar esta medida extraordinária, indenizando-se préviamente os proprietários, na certeza de que se verificava o caso de necessidade pública, previsto no Art. 1.º § 1.º da Lei de 9 de setembro de 1826, porque de outra forma impossível fôra abrir-se a Campanha com vantagem.

"No mapa n.º 15 vereis a fôrça de que atualmente se compõe o Exército de operações da Província de S. Paulo, a qual vai ainda a ser aumentada com o Batalhão Provisório de Pernambuco, hoje 4.º de Fuzileiros, que se acha no deposito da Praia Vermelha, pronto para embarcar com mais de 500 praças.

"O mesmo Exército acha-se completamente abastecido do Necessário; e tudo está disposto para abrir-se a presente Campanha dentro de poucos dias, como acaba de comunicar o Marechal de Campo Graduado Barão de Caxias; e nutro as mais bem fundadas esperanças de que ela será coroada dos felizes resultados, que todos desejamos, e tanto se faz mister para completa pacificação do Império.

"Tenho exposto à vossa consideração quanto me pareceu próprio de um Relatório, esperando da vossa benevolência que vos dignareis de relevar as faltas".

Sôbre a pacificação do Rio Grande, os "Anais de 1846" referem-se nas seguintes poucas linhas:

"Cheio de júbilo o Presidente anunciou à Assembléia Provincial a próxima visita do Sr. D. Pedro 2º. e sua augusta espôsa, que tinham ido ao Rio Grande do Sul e antes de se recolherem à Côrte passariam algum tempo entre os paulistas. Os imperantes chegariam a Santos; subiriam para S. Paulo e visitariam vários outros pontos e cidades. Faziam-se grandes preparativos para que a recepção dos monarcas fôsse afetuosa e entusiástica, e a sua permanência demorada e cheia de alegrias.

"O presidente congratulava-se com os paulistas, não só por essa visita, mas também pela pacificação do Rio Grande do Sul, que, por longos dez anos, se mantivera em luta civil contra o império. Os imperadores foram ao Rio Grande do Sul visitar a província que voltara de novo à ordem e à paz; e vinham a S. Paulo dar prova de seu apreço à terra em que se fizera a independência, e onde também, quatro anos atrás, deram-se graves acontecimentos, esquecidos pela anistia concedida em 1843".

Essa breve nota refere-se à fala do presidente Marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva, em 7 de janeiro de 1846, que, entre outras cousas, ainda afirmava: "Agora devemonos também congratular pela pacificação do Rio Grande do Sul. Aqueles que tiveram a desventura de, iludidos, errar pelo espaço de 10 anos, já pertencem hoje à comunhão da Grande Familia Brasileira. O sossêgo e a ordem retomaram alí sua atitude legal. É com o mais vivo prazer que assim vô-lo comunico. O Céu queira derramar sôbre aqueles Povos, assim como sôbre a de todas as demais Estrelas do Império Brasileiro, bênçãos de paz eterna".

Mucio Teixeira na literatura nacional

PALESTRA NO CENTRO GAÚHO EM 29 DE JUNHO

Senhoras, Senhoritas, Srs. Diretores.

Aceitem minha saüdação neste festival comemorativo de São Pedro, patrono de nosso recordado Estado natal.

Vosso comparecimento a esta reünião demonstra a comunhão de pensamento em que nos achamos todos celebrando um dos "Santos populares do Brasil" como escreveu a alguns anos o lídimo estilista Affonso Arinos.

O príncipe dos Apóstolos do Cristianismo deu o nome a Capitania Rio Grandense do Sul como o legionário romano Paulo de Tarso a Capitania de São Paulo, na tradição do Brasil histórico.

Consentireis, prezados patrícios, que na comemoração de hoje, dissertemos sôbre a individualidade do poeta e prosista Mucio Teixeira no movimento intelectual de uma época de transição histórica, literária, política e social do nosso país.

O poeta das **Flores do Pampa** era natural da nossa Província, pertenceu a antiga e importante família Rio-grandense e soube prestar o seu talento ao culto dos valores, a realidade dos costumes da vida regional e a veneração a glória dos seus brazões históricos e legendários.

Mucio Teixeira foi poeta e escritor fluente e imaginoso, lirista românticamente inspirado, jornalista na imprensa

Portoalegrense, enamorado sonhador no período da juventude que decorreu nas praias da cidade do Guaíba.

Cultor da poesia estreiou em 1873 com o livro **Vozes Trêmulas,** inspirado sentimentalmente, quando o Romantismo influenciava na literatura Brasileira.

Estava o Partenon Literário na exuberância da atividade produtora, como associação cultural que se podia considerar como Academia de Letras que nobilita o passado Riograndense.

Formaram esta agremiação intelectual, organizada em 1868 e que teve mais de dez anos de existência, na então pequena cidade portoalegrense, porém civilizada e cultora do civismo nacional; os literatos, poetas e jornalistas:

"Apolinário Porto Alegre e seus irmãos Achilles e Apelles, José Bernardino dos Santos, dona Luciana de Abreu e dona Patricia de Lima, Alves Torres, Damasceno Vieira, Aurelio V. de Bittencourt, Arthur Rocha, Eudoro Berlinck, Gustavo Cesar Viana, J. Lobo Barreto, Bernardo Taveira, poeta das "Provincianas".

Nas sessões do Partenon e nas páginas da sua "Revista" cultivava-se a literatura regionalista. As duas damas mencionadas, foram, a primeira, oradora e escritora, a segunda distinta muzicista; deram ambas brilhantismo aos festejos da intelectual associação.

Mucio Teixeira, com as estrófes da sua poesia "Pampeana", conviveu assìduamente neste cenáculo.

Em toda a província sulina ficaram populares as poesias do talentoso lirista: "Monarca das Coxilhas — a Chinoca — a Estância — o Viajante — o violão — a Virgem do Campo — A chinoca é um poema de aspectos da região serrana, e no qual, o cantor, celebra os costumes dos campeiros; "guascas" destemidos nos rodeios da boiada e na "Cancha" das carreiras de cavalos; as cantigas dos tropeiros e o sabor do "Chimarrão".

Esta poesia localista significa a singela expressão do Folk-lore Riograndense do Sul. Razão de que se escreveu, acertadamente que "O poeta Mucio Teixeira — foi homem

do seu país e do seu tempo. Não esqueceu o meio físico e social no qual nasceu e se desenvolveu..."

Com o entusiasmo de seu arrebatamento meridional, êle, sempre amou a terra sulista, o seu "pago" merecia-lhe toda dedicação do sentimento nativo.

Nos **Estados Críticos** o erudito escritor Silvio Romero considera-o intelectual Universalista porque "poetou sôbre todos os assuntos e sôbre todos os sistemas de literatura." — Mucio Teixeira afeiçoou-se ás diferentes modalidades da arte; foi autêntico Beletrista e inovador.

*
* *

Principiou românticamente sentimental nas suas poesias da mocidade "Vozes Trêmulas" e "Violetas" evolucionou para o Parnasianismo, escola da perfeição esmerada do estilo, pontificada na França literária, por Lecomte de Lisle, François Copée, José de Heredia, Catulle Mendés, Théodor Banville, Ch. de Baudelaire, Sully Prudhome e Victor de Laprade; todos com inspiração direta da genialidade de Victor Hugo

E, o lirista brasileiro tendo conhecimento desta aprimorada poesia, cultivou-a nas composições da livro "Hugonianas".

Admirador do talento e da eloqüência poética de Castro Alves, vibrantíssimo cantor das "Espumas Flutuantes, dos Escravos e do Navio Negreiro, do Derradeiro Amor de Byron e da Adormecida", estudou-lhe a tumultuária existência, na Baía, S. Paulo e Recife, e, pela sua vez quiz ficar "Condoreiro", no estilo das imagens dêste notável poeta baiano.

Mucio Teixeira é na poesia nacional dotado de muita produtividade, tendo escrito uns doze livros; entre êles o "Campo Santo, Brazas e Cinzas, Prismas e Vibrações", e mais quatorze poemas.

— Entretanto qual será a melhor de todas?

Para alguns criticistas e analistas é a "Ironia da Estátua", ou o "Sonho dos Sonhos", ou "Dentro da Noite". De

certo que com qualquer delas, o poeta "fundio o bronze da sua própria estátua".

Escritor, prosista de uma forma apurada e incisiva Mucio Teixeira, consagrou-se ao jornalismo da província natal, depois no Rio de Janeiro colaborou no Jornal do Comércio, n'O País na Gazeta de Notícias. n'O Cruzeiro, no Jornal do Brasil, na Cidade do Rio, em diversas Revistas e Pamfletos políticos, mostrando-se veemente nas polêmicas. — Criticou as poesias de Machado de Assis, fez sátiras terríveis ao "Tribuno-Rei" e ao "Girafa". Pertencem á sua autoria uns vinte livros de Memórias e de Ensaios Literários. Nas palestras, no círculo da amizade, era um "causeur" atraente e magnífico.

Figura bem apessoada, estatura mediana, cabelos abundantes ornavam-lhe a cabeça; olhar muito vivo, bigode pequeno e barba na ponta do queixo davam simpática expressão ao seu rosto. Trazia, de costume, um atrevido monóculo e passava pela rua do Ouvidor sobraçando jornais e revistas, outras vezes uma pasta "marron", Mucio Teixeira vestia com elegância correta.

Foi republicano ardoroso. Glorificou os Farrapos, "guerreiros guapos do Rio Grande do Sul", mas converteu-se ao govêrno do imperador Dom Pedro de Alcantara, por veneração ás virtudes e ao patriotismo do magnânimo soberano brasileiro.

No livro "Prismas e Vibrações", o poeta rendeu homenagem ao Imperador reconhecendo-o "Um sábio, um pensador profundo", e ofereceu-lhe a poesia "O Leão Enfermo"; residio no paço de S. Cristovam; freqüentou a biblioteca e as palestras imperiais.

Mucio Teixeira testemunhou os seus sentimentos de lealdade à D. Pedro II, nos livros "Imperador Visto de Perto" e no romance histórico da vida do "Preto Raphael", dedicado servidor do imperador desde a sua infância.

Na vida pública o poeta e literato brasileiro exerceu as funções de secretário da presidência da província do Espírito Santo e de Cônsul geral do Império na Venezuela em 1888,

mas no ano seguinte o exército e a marinha de guerra, insurgidos destituiram o Império e aclamaram a República.

Mucio Teixeira, ao ter conhecimento dêste ato político, imediatamente, exonerou-se do seu cargo consular e não demorou voltar ao Rio de Janeiro.

*
* *

A estada do talentoso poeta e publicista na capital da Venezuela proporcionou extraordinárias demonstrações de aprêço intelectual e simpatias ao Brasil e ao seu representante consular.

Poetas, literatos, jornalistas, políticos e historiadores organizaram recepções, bailes e reüniões do escól da sociedade de Caracas em homenagem ao insígne lirista das "Poesias e Poemas", tendo se publicado um livro em espanhol com as produções recitadas nestes festivais, em que o aclamaram "Embaixador do talento e cônsul da arte".

O presidente da República Venezuelana dr. Rojas Paul distinguia-o com a sua amizade particular e concedeu-lhe uma condecoração.

Mucio Teixeira teve uma juventude acidentada, em que peregrinou pela estrada da vida, porém não foram os revezes nem os dissabores que o impediram que escrevesse o soneto **Optimismo do Poeta,** estes tercetos:

"Conservo as mesmas ilusões de outrora.
Morre um sonho? Uma crença se avigora!
Nada me tolhe a marcha triunfante.

Arrasto a Cruz no cimo da montanha,
Odiado, perseguido, em guerra estranha.
Amei e fui amado — isto é bastante

Nos últimos tempos da sua existência o poeta das "Brazas e Cinzas" entregou-se aos estudos da Teosofia e neste sentido escreveu o poema denominado **Terra Incógnita.** — Adotou o pseudônimo de Barão Ergonte com o qual costumava publicar alguns trabalhos literários e filosóficos.

Não obstante as crenças e opiniões de fidelidade e gratidão dinástica, Mucio Teixeira poderia continuar oficialmente no serviço do país, porque houve titulares do Império que aceitaram o Fato Consumado, e, exerceram funções representativas das instituïções políticas instaladas a 15 de novembro de 89.

— O inspirado poeta e literato estava, por parentesco próximo vinculado ao general Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, prestigioso elemento republicano e deputado ao congresso legislativo federal até 1893, que estimando-o como estimava afetuosamente — não deixaria de ampará-lo na situação nova.

Mucio Teixeira preferio recomeçar a atividade na imprensa carioca depois de passar alguns meses em Pôrto Alegre, onde renunciou o emprêgo que teve num dos departamentos administrativos estaduais.

Costumava visitar a Capital paulista onde contava amigos e admiradores, principalmente os drs. Batista Pereira, Carlos de Campos, Moreira da Silva, Valois de Castro. — Seu passamento, há quatro anos acontecido, consternou a todos que o conheceram.

Leopoldo de Freitas

O valor mental da Assembléia Constituinte de 1823

Dr. Victor Russomano

Deputado pelo Rio Grande do Sul
à Assembléia Nacional Constituinte.

Por mais de uma vez tem-se falado e escrito, acêrca do nivel mental dos deputados da atual Assembléia Constituinte, para qualificá-lo de medíocre, inferior mesmo, em comparação com as assembléias do mesmo gênero já reunidas no nosso país.

E' vezo antigo diminuir-se, por juizos apressados e apaixonados, o valor dos homens e das coisas contemporâneas. Cabe, aquí, recordar o conceito de crítica que diz ser necessária a passagem do tempo, para melhor se poder apreciar uma época

O julgamento, porém, que se tem procurado manter da relativa mediocridade da nossa atual Constituinte merece ser desfeito. Não se trata, é obvio, de defender, psicològicamente, a inteligência das assembléias sabido que é o fenômeno que as caracteriza, a essas aglomerações humanas e cujos estudos estão vulgarizados em livros, revistas e jornais, pelos psicólogicos de café ou esquina...

Ora, uma afirmação podemos, desde já, emitir: a de que a cultura intelectual das gerações de hoje não é, em nada, inferior à das gerações passadas. E' até superior.

Explica-se essa diferença, em favor da nossa geração. As facilidades do intercâmbio; a maior difusibilidade do pensamento; a maior receptividade mental da criança e do joven, tudo concorre — e exuberantemente — para uma aquisição maior e mais segura dos conhecimentos que enriquecem e fecundam a inteligência humana.

Não há muito, nesta mesma Constituinte, se erguia a voz autorizada de um dos seus mais brilhantes deputados, o Sr. Fernando de Magalhães, para, criticando a instrução ministrada na República, entoar loas à do Império. E com toda a autoridade decorrente do seu nome de reitor da Universidade, de ex-presidente da Academia de Letras, traçava um paralelo, entre êsses dois períodos da vida nacional, para desvalorizar o esfôrço construtivo da República.

Ninguém — de boa fé — poderá dizer que a República tenha tido a nítida compreensão dos seus deveres sociais, no atinente à instrução póblica. Mas também, no confronto das nossas gerações, seria injustiça negar os esforços, as tentativas e as realizações brasileiras.

*
* *

Mas o de que queremos falar, aquí, é da questão do nivel mental da constituinte brasileira de 1823.

Falar da atual seria obra delicada e, mesmo, eivada de suspeição. Bastará, contudo de ânimo imparcial, despindo-se, o observador das preocupações de ordem política, auscultá-la, na elaboração íntima, para se avaliar do grau dêsse nivel, que não é, nem pode ser inferior, em que pese essa conclusão aos adversários de todos os regimes...

A mesma acusação foi, há um século, levantada, contra a Assembléia Constituinte e Legislativa do Império, que se reüniu, em 1823, nesta mesma cidade do Rio de Janeiro.

Aquela Assembléia — que havia de ter vida efêmera — estabelecera, a-pesar disso, os fundamentos do nosso direito constitucional, no Império.

O decreto de convocação é datado de 3 de junho de 1822.

Êle era a lógica resultante do rompimento com as côrtes portuguesas.

E' que, antes mesmo de ser proclamada, pelo ato espetacular do 7 de setembro, já a nossa independência estava "de fato, firmada, pelos acontecimentos".

O meio legal para se efetivar êsse anseio de independência, que vinha trabalhando o espírito nacional, era dar-lhe uma forma, uma estrutura constitucional.

E' verdade que o próprio D. João VI não concordava com a idéia de uma constituïção. Mais tarde, ouvem-se vozes contrárias à convocação de uma Constituinte. E a imprensa oficial procura mostrar a inutilidade dessas assembléias, como ainda hoje, se pode ler nas entrevistas dos partidários, mais ou menos convictos, da ditadura.

E dizia-se: as tardias formalidades dos corpos deliberantes; as dificuldades de se conseguir ajustar a teoria e a prática nas assembléias deliberantes, etc., argumentos que, em todos os tempos, como se vê, vêm a tona das discussões. Uma vez mais, porém, se fez sentir toda a fôrça de um determinismo histórico, — o do espírito constitucional brasileiro — impondo aos próprios governantes a realização de uma idéia, acariciada, pelo liberalismo americano.

Sob a pressão dêsses acontecimentos, José Bonifacio de Andrada e Silva expedia, a 19 de junho de 1822, as instruções, para a execução do decreto de convocação da Constituinte, datado de 3 do mesmo mês.

Os deputados seriam em número de 100, distribuídos, pelas províncias do Império, na seguinte ordem:

Pará	3
Maranhão	4
Piauí	1
Ceará	8
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	5
Pernambuco	13
Alagoas	5
Baía	13

Espírito Santo (capitania)	1
Rio de Janeiro	8
Minas Gerais	20
Goiaz	2
Mato Grosso	1
São Paulo	9
Santa Catarina	1
Rio Grande do Sul	3
Cisplatina	2

A província de Sergipe deveria figurar, mais tarde, com 2 deputados. A cidade de Santos ficaria representada por cinco filhos ilustres: os Desembargadores José Bonifacio, Antonio Carlos, Fernandes Pinheiro, José Ricardo e o Coronel Martim Francisco.

O mandato conferido a nova Assembléia era **"firmar o novo pacto social destinado a servir de garantia ao futuro, e de penhor da integridade do país que se constituia".**

A-pesar dessa finalidade, o título que recebia, pelo decreto de 3 de junho de 1822, era o de uma **assembléia geral constituinte e legislativa.**

Das instruções baixadas com o decreto do dia 19, faziam parte o princípio da eleição indireta e a concessão do voto aos analfabetos.

Pela primeira, o povo das freguezias escolhia, diretamente, os eleitores chamados **eleitores de paróquia,** os quais, pos sua vez, elegiam os representantes.

O ambiente, em que se processaram as eleições, foi muito calmo. Aliás, segundo Homem de Mello, a quem, mais adiante, faremos menção especial, essas eleições costumavam se fazer de uma maneira patriarcal, com calma e regularidade.

Isso talvez, naquela época colonial, porque, mesmo durante o império, não faltaram conflitos, muitas vezes, sangrentos, nos dias de eleição.

Quanto ao voto dos analfabetos que a atual legislação procura evitar, convém, reproduzir o processo adotado. O eleitor devia dar os nomes das pessoas, em quem votava, aos

secretários das mesas paroquiais, que com elas formavam a respectiva lista, a qual, depois de lida, passava a ser assinada pelo votante com uma cruz.

A nossa primeira assembléia política determinou o aparecimento de toda uma geração de intelectuais brasileiros. Logo, contra ela romperam fogo os reacionários. Procurou-se cobrí-la e aos seus membros de pechas aviltantes, tal-qualmente como está sucedendo, agora, entre os críticos da Assembléia.

O saüdoso publicista e verdadeiro sábio, o Barão Homem de Mello se insurgiu, contra essas acusações, no seu célebre trabalho **"A Constituinte perante a História"**, onde se juntam aos valores do que é do autor os dos documentos preciosos que completam e confirmam as asserções do autor.

Nessas páginas, pelas quais perpassa o grande espírito do nosso historiador, deparamos com abundantes fontes de informações que vêm fortalecer o seu juizo todo favorável à grande assembléia de 1823.

Bem merece êsse trabalho a leitura e a meditação dos que se interessam, pela nacionalidade, neste momento em que estamos às vésperas da reconstitucionalização brasileira. E' dêsse rico manancial histórico que nos vamos socorrer para esta despretenciosa, porém justa, reconstrução, cujos ensinamentos vêm a talho de foice, para a apreciação dos fatos atuais.

*
* *

As eleições, como vimos decorreram na maior calma. Apenas o Pará, Maranhão, Piauí, Sergipe e Cisplatina não se fizeram representar, por não se ter realizado eleição naquelas províncias.

Em abril de 1823, já estavam na Côrte os deputados eleitos, em número suficiente para a instalação dos trabalhos da Assembléia: 52.

A 3 de maio eram êles inaugurados solenemente, comparecendo o Imperador.

A "fala do trono" — que S. M. pronuncionu, perante os representantes do povo brasileiro, deu margem, logo de início, a um conflito de idéias que, naturalmente, já preexistia no espírito nacional, explodindo na ocasião em que se reunia, em terras brasileiras, uma assembléia política daquela natureza.

Inegável que houve, no ato da inauguração da primeira Constituinte, uma sensação de esperança e de realizações nacionais.

*
* *

O fato mais saliente, que é mesmo o motivo desta dissertação histórica, está no aparecimento dos novos valores mentais, provocado, pelas necessidades políticas da Independência.

Nestes momentos de transformações, é natural que surjam, no cenário da vida pública, os elementos que o espírito misoneista das gerações dominantes não procuram, nem desejam fazer aparecer.

Pode-se observar, **mutatis mutandis,** que, nesta altura da vida brasileira, no ano da graça de 1933-1934, o mesmo fenômeno de renovação se está processando.

E' verdade, que nem todos êsses valores novos conseguirão vencer os obices da vida pública, mas é inegável também que muitos alcançarão altos postos da administração e da política. De todos os Estados vieram nomes sem projeção, até então, na vida federal. A imprensa registrou o fato e não faltaram críticos que fizessem disso o argumento mais vigoroso nos seus ataques ao nivel mental dos atuais constituintes.

Homem de Mello explica o aparecimento, então, de uma nova geração, "que, nas academias da metrópole, nos estudos tranqüilos do gabinete, nos acontecimentos em ação, havia feito a sua educação política".

Aquela geração de 1823 era, por assim dizer, a primeira expansão da nossa mentalidade. A de hoje é a resultante da renovação revolucionária que não é, nem pode ser total, absoluta, sob pena de cortarmos cerce a linha da evolução brasileira.

Os de 1823 se haviam retraído ao silêncio e à obscuridade, impelidos pelo absolutismo do regime, que entregava "a direção dos negócios públicos aos fidalgos e estadistas vindos de Portugal, entre os quais avultavão capacidades da ordem de Sylvestre Pinheiro, Palmella, Thomaz Antonio e outros".

Havia uma élite — se assim podemos dizer — constituída pelos filhos de proprietários abastados — que haviam recebido na metrópole longínqua a necessária instrução. Constratava essa élite com a falta de instrução popular, que as condições econômicas e políticas empeciam, profundamente.

Já nas côrtes de Lisboa haviam surgido homens de sólida cultura que nunca cursaram escolas superiores, nem saíram do Brasil. Eram da estatura de Moniz Tavares, Feijó, Silva Bueno, Zeferino dos Santos, Alencar, Manoel do Nascimento, Custodio Ledo, Fagundes Varella, Martins Bastos, Pires Ferreira, etc.

Alguns deputados brasileiros apareceram na Constituinte de 1823 sem nunca terem saído, antes da sua província. Tomando parte nas discussões da Assembléia, mostraram-se "conhecedores dos princípios cardiais do sistema representativo".

E Homem de Mello ilustra a sua tese citando o Deputado Paula Souza, que foi um dos primeiros a propor, desde logo, a divisão dos poderes e, no entanto, nunca havia saído de Itú.

Traça-nos o quadro da época, na qual se operara uma importante resolução nas idéias políticas do país, graças ao movimento do Pôrto, em 1820, explicando: "Nesses períodos agitados os espíritos não se educam só nos livros. Proclamadas com a energia do sentimento popular, as idéias circulão, como uma centelha elétrica por todos os membros do

corpo social. Sob êsse império das idéias constitucionais, e nesse estado adiantado do espírito público, reüniu-se a Assembléia Constituinte do Brasil em 1823".

Educados, os seus membros, na metrópole ou na colônia, não quer dizer que a Constituinte fôsse toda ela composta de notabilidades. "mas não se compõe só delas parlamento algum do mundo".

Classificados os membros da Constituinte de 1823, pelas profissões, encontramos 23 formados em direito, 22 desembargadores, 7 em canones, 19 clérigos, 7 militares e 3 em medicina. Predominavam, de acôrdo com a cultura da época, os homens do Direito, os religiosos e os militares. A proporção dos medicos era inversa às da atual Constituinte, (1934), em cujo seio figuram cêrca de 60 médicos. Nem todos êsses deputados eram nomes desconhecidos. Alguns já haviam representado o nosso país nas côrtes de Lisboa de 1822. Apareceram, então José Joaquim Carneiro de Campos, jurista e publicista; Luiz José de Carvalho e Mello, conhecedor da legislação pátria e versado nas ciências sociais; José da Silva Lisboa, economista profundo; José Bonifacio, mais homem de gabinete do que de tribuna; Martim Francisco, financista, orador erudito e tantos outros. Êsses pertenciam à falange dos que já haviam dado de si mostras de grande valimento.

Entre os da nova geração, estavam Montesuma, Vergueiro, Alencar, Araujo Lima, Carneiro da Cunha, Andrade Lima, Moniz Tavares, Rodrigues de Carvalho e muitos outros que "aí ostentarão, ao lado dessas cabeças encanecidas, a sua ardente dedicação pela causa dos novos princípios, que haviam sido aceitos".

Mas Homem de Mello destaca, no meio de todos, Antonio Carlos, como dominando a assembléia inteira, descrevendo-lhe as qualidades superiores:

"Patriotismo ardente, provado nas lutas do passado; caráter romano, temperado nas provações do infortúnio; coragem cívica levada até ao heroísmo; nobre e orgulhosa conciência de seu merecimento; alma vulcânica, exaltada pela

perspectiva da glória; tudo concorreu para fazer de Antonio Carlos o homem do povo, o tribuno audacioso de nossas liberdades".

. . . . . .

Sua palavra autorizada dominava as discussões e intervinha para decidir o pleito, como o raio rebenta entre trevas para desfazer a tempestade e serenar o horizonte...

Dir-se-ia que elas (as suas palavras), levavam consigo a centelha, que lhe ardia no cérebro. Foi o vulto gigante das côrtes de Lisboa, o orador mais proeminente da constituinte; e em nossa galeria parlamentar ninguém lhe disputa a primazia".

Sob o influxo dêsse ambiente de formação intelectual, a ação parlamentar dos nossos primeiros constituintes não podia deixar de apresentar uma forte diferenciação.

Há também uma certa confusão nos estilos e fórmulas características dessas assembléias. E' que faltavam ao país as tradições constitucionais. Assim, discutiu-se muito a respeito de como deveria entrar no recinto o Imperador. Não foi pequeno o debate, concluindo-se pela deliberação de entrar S. Magestade "descoberto", ficando as insígnias colocadas ao lado do trono.

Êsse pormenor de estilo faz relembrar o que, no período mais agudo da crise que haveria de empolgar a Assembléia, sucedeu com o Ministro de Estado dos Negócios do Império.

Convidado, por ofício da Assembléia, a comparecer perante esta, no paço das suas sessões, o Ministro compareceria, no dia 12 de novembro, às 11 horas da manhã.

Antes, porém, foi-lhe observado que conviria deixar fora a espada que trazia, ao que respondeu:

— Esta espada é para defender a minha pátria, e não para ofender os membros desta augusta assembléia; portanto posso entrar com ela.

*
* *

Não faltavam juizos pouco abonatórios sôbre o conjunto da Assembléia.

Club de jacobinos. Assembléia de mediocridades. E quejandas denominações depreciativas dos méritos da Constituinte.

Sobem de ponto êsses juizes nos de Armitage e Varnhagem.

Aquele, que é considerado "o historiador que mais largamente se ocupou da Constituinte", vem citado, no trabalho de Homem de Mello. A **maioria** e a **minoria,** para aquele historiador, eram passíveis de censuras. Aquela era constituída de magistrados, juizes, jurisconsultos e dignitários da igreja "sendo pela mór parte homens quinquagenários, de noções acanhadas e inclinados à realeza".

A minoria, constituída, por sua vez do clero subalterno e proprietários de pequenas fortunas, eram "ávidos de liberdade, mas liberdade vaga e indefinida que cada um interpreta a seu modo e guiarão-se por seus próprios sentimentos. Eram filântropos de coração: **mas nem estes, nem seus oponentes, estavam habilitados com aptidão prática para bem exercerem as suas atribuïções".**

E, excetuando dêsse aglomerado informe, os três Andradas, "hábeis destemidos, sagazes", a maioria era composta de membros de "conhecimentos curtos".

Havia, na Câmara — conclue Armitage — **"mui poucos indivíduos — se é que os havia — acima da mediocridade".**

Varnhagen, na sua "História Geral do Brasil", também cai de rijo sôbre a assembléia não para atacar os seus membros, mas a obra a que se dedicou. Acusando-a por se emaranhar "em largas discussões", louva o ato do Imperador que a dissolveu, porque se a houvesse deixado trabalhar, teria produzido "um parto informe das paixões do momento das votações". Anulando-a, poude o primeiro imperante nos outorgar "um código harmônico e homogêneo, como veio a ser a nossa atual constituïção".

Essas opiniões manifestamente inspiradas no anti-liberalismo da Corôa que não podia ver com bons olhos aquela

expansão de vitalidade democrática, refletiam as correntes do Paço Imperial e as manobras dos elementos anti-nacionais.

E' inegável que essas correntes da opinião, hàbilmente manobradas, pelos políticos que sentiam fugir-lhes o terreno, debaixo dos pés, lisongeavam o temperamento exaltado, impulsivo, teatral do primeiro Imperador.

Inegável também que as paixões repercutiam na Assembléia. Nem seria possível evitar essa influência psicológica. Mas, no geral, afora "uma ou outra voz menos discordante", caracterizados nos estudos de psicologia das assembléias ou coletividades maiores, a Constituinte de 1823 fôsse uma aglomeração **má, facciosa e anárquica.**

O Padre José Custodio Dias e Carneiro da Cunha se destacaram pela exaltação e combatividade das suas atitudes. Mas, no geral, afora "uma ou outra voz menos descordante", a Constituinte "nunca estabeleceu luta com o chefe da nação, que foi sempre por ela acatado em sua alta esfera constitucional".

Em 1890, foi apresentada à 1.ª constituinte republicana um ante-projeto de constituïção.

Assim também, na atual.

O Govêrno Provisório fez elaborar, por uma comissão especial, um ante-projeto que, submetido à Comissão dos 26, sofreu profundas modificações das quais resultou um **substitutivo,** já, aprovado em primeira discussão e em vésperas de ser convertido em lei, com as alterações que a Aseembléia Nacional, naturalmente, lhe fará.

Sôbre êsses ante-projetos, calcam as assembléias as suas resoluções definitivas.

Mas, no caso particular da Constituinte de 1823, não lhe foi presente nenhuma sugestão governamental.

Aberta no dia 3 de maio, pelo próprio Imperador, a Assembléia, no dia 6, iniciava o debate do voto de graças, com a atitude de Luiz Ignacio de Andrade Lima, negando ao Imperador o direito de pretender **por si só julgar da bondade da constituïção.**

No dia anterior, 5 de maio, era nomeada a comissão que

deveria redigir o projeto da constituïção que serviria de base à discussão da Assembléia.

A comissão encarregada de redigir o ante-projecto constitucional saíu da própria Assembléia.

Fizeram parte dela Antonio Carlos, relator; José Bonifacio, Pereira da Cunha, Manoel F. da Camara de Bettencout e Sá, Pedro de Araujo Lima, José Ricardo e Moniz Tavares.

Essa Assembléia não permaneceu inativa durante os trabalhos da Comissão. Pelo contrário. Ocupou-se de muitas outras questões de caráter político e administrativo. E' verdade que o seu mandato estava, naturalmente, ampliado pelo seu título: "Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil".

Quer isso dizer que, na nossa história constitucional, poderiam, perfeitamente, se acumularem as funções legislativa e constituinte dessas assembléias.

Que fazia o govêrno, diante dessa atitude legislativa da Constituinte? Êle, às vezes anuia, outras recalcitrava, informa o Visconde de Uruguai.

O próprio govêrno, diz Homem de Mello, a consultava ou lhe afetava muitos objetos de competência administrativa.

Êste último autor explica o fenômeno como conseqüência da destruïção do passado, que criara necessidades instantes e urgentes.

Ela tratou da liberdade de imprensa; da criação de universidades; da abolição da escravatura; da catequese e colonização dos índios; da mundança da Capital do Império, etc., mostrando capacidade de seus membros, o seu preparo e a noção clara dos problemas da nacionalização incipiente.

Sem arrogar-se a função de "ditadura parlamentar, contudo a Assembléia, na sua soberania, não se limitou a discutir os seus projetos de lei, converteu-os em decretos que foram promulgados à revelia da sanção imperial.

Essas leis trazem todas a data de 20 de outubro de 1823.

Como acentua Homem de Mello êsse corpo de leis, memórias, revelam "grandes estudos e conhecimento pático das circunstâncias do país".

Quatro meses depois de ter sido nomeada, a comissão apresentava, pelo seu relator Antonio Carlos, o projeto de constituïção do Império.

Era 1.º de setembro.

Um exemplar dêsse projeto foi remetido ao Imperador que, acusando em ofício, o seu recebimento, confessava que a sua satisfação seria muito maior se, em vez do projeto, fôsse já a constituïção definitiva que a assembléia lhe ouvesse enviado.

O projeto, que tem sido estudado pelos comentadores e historiadores da nossa vida política e constitucional, continha 272 artigos e trazia a data de 30 de agôsto de 1823.

Escusado insistir, aquí em todas as grandes conquistas liberais incorporadas ao texto do projeto.

No dia 15 de setembro tinham início os debates.

Surgiram, nesse período, muitas emendas "destinadas sempre à maior amplitude e esclarecimentos das garantias aí consignadas".

As matérias tratadas, nessas discussões, como a liberdade religiosa e o juri, nas quais tomarão parte muitos deputados, "provam exuberantemente, que havia nela (Constituinte), a soma de luzes suficientes para a confecção de uma constituïção sábia e bem ordenada".

Quando tudo se encaminhava, para a solução pacífica do problema constitucional, eis que os acontecimentos políticos determinaram a queda do ministério Andrada e com ela uma orientação diversa do govêrno, em relação ao prestígio e soberania da Asembléia. Êste ministério foi demitido em 17 de julho. A sua ação era francamente anti-lusitana, como se pode ver, no projeto de decreto de 10 de maio, apresentado por Moniz Tavares, na sessão de 22 do mesmo mês. Nela se intimavam os portugueses, cuja conduta fôsse suspeita à causa da Independência e à pessoa do Imperador, a se retirarem do Brasil, dentro de três meses. E, ainda mais, embora fôsse franqueada a livre entrada de todos os estrangeiros e, por conseqüência dos portugueses, nenhum seria admitido a qualquer lugar sem estar munido da carta de naturalização, a qual deveria exigir, enquanto se

não concluísse a constituïção, sete anos de residência não interrompidos e posse de propriedade territorial.

Êste projeto evidenciava a política, francamente hostil aos portugueses, do Ministério Andrada.

Não podia deixar de provocar grande celeuma. A reação se fez sentir e ao ministério demitido sucedeu o de política oposta, isto é, francamente lusófita. O projeto de Moniz Tavares reflete, nìtidamente, a política anti-lusitânia do ministério anterior. Mas a portaria de 2 de agôsto, expedida, pelo Ministro da Guerra João Vieira de Carvalho, vinha demonstrar que a reação se fizera em sentido diametralmente oposto adotando o novo ministério uma feição favorável aos portugueses.

Por essa portaria, os prisioneiros portugueses feitos na Baía, durante a guerra pela Independência, deveriam ser incorporados ao Exército Brasileiro.

Tal medida não podia deixar de exaltar o ânimo já prevenido dos naturais do país.

Acresce que Portugal não reconhecera a nossa Independência. Por isso, a 13 de outubro, a assembléia pedia explicações, ao govêrno. Montezuma e Antonio Carlos atacaram o ato governamental. Ao govêrno não podia satisfazer a atitude de relação da assembléia. Daí, naturalmente, o dissídio que começou a lavrar nas relações, entre os dois poderes.

"Entre as novas e as velhas idéias a luta era o resultado necessário de uma lei histórica".

Acentuou-se, o dissídio. De um lado, a vontade e o arrebatamento do Imperador, hàbilmente explorado; do outro, a assembléia, ciosa das suas prerrogativas e, talvez, trabalhada, pela conduta dos Andradas.

Surge, na luta, o elemento militar. A tropa composta de elementos portugueses, hostiliza a assembléia. Como os Andradas simbolizavam, por assim dizer, o espírito combativo e nacionalista da assembléia, contra êles se dirige o ódio da tropa, cujos oficiais, no dia 16 de novembro, vão a São Cristovão e entregam ao Imperador uma petição, na qual se exigia a expulsão dos Andradas, da Constituinte.

O ministério de 17 de julho, que havia substituído o dos Andradas era exonerado, por se ter recusado à execução de violências.

Sucedeu-lhe o ministério, no qual não figurava nenhum deputado. A escolha, para fazer parte dêle, de Francisco Vilella Barbosa, inimigo da constituinte, recém-chegado de Portugal, denunciava a orientação política do govêrno.

"A dissolução da Assembléia, diz Homem de Mello, com intervenção do elemento militar, parecia estar resolvida; e tudo estava preparado para o golpe tremendo".

O célebre requerimento do cidadão David Pamplona foi a gota d'água, que fez transbordar o copo. Os debates tomaram rumo violento. O choque foi inevitável. A dissolução era idéia amadurecida.

O grande crime se executou, friamente. À memória do primeiro Imperador ficou chumbada a condenação da História. Jámais conseguiu êle justificar-se do ato despótico e violento.

O decreto de dissolução é de 12 de novembro. No dia seguinte, o Imperador proclamava em manifesto melodramático: "Se a assembléia não fôsse dissolvida, seria destruída a nossa **santa religião** e **nossas vestes seriam tintas em sangue**". Apregoava-se que estava ameaçada a própria existência do Imperador. No dia 24, era mandado abrir uma devassa para se conhecer "a sedição promovida para a ruína da pátria" — sedição que nunca existiu, conforme decidiu a Relação do Rio de Janeiro.

*
* *

Estaria abafada, extinta a conciência nacional? Poderia o arbítrio do Imperador conseguir anular o forte espírito constitucionalista do nosso povo, de que fôra a Assembléia uma significativa manifestação? Não.

Tanto era vigoroso êsse espírito, que o próprio Imperador, no decrto de dissolução, se comprometia a dar ao país

uma constituïção "duplicadamente mais liberal" do que a projetada, pela Assembléia.

Qual seria a fonte, em que êle iria beber os ensinamentos necessários à confecção de um estatuto político digno de um país americano?

Pela fôrça das coisas, o próprio Imperador teria que se inspirar na obra da assembléia, que a sua prepotência havia procurado destruir.

O projeto da constituinte serviu, não apenas de molde, mas foi utilizado quasi que na íntegra.

Homem de Mello prova essa asserção, de modo decisivo, incontestável, num interessante paralelo.

Nesse trabalho, que acompanha o estudo a que nos referimos, mostra o seu autor que entre o Projeto da Constituïção para o Império do Brasil e a Constituïção Política, outorgada pelo Imperador, não existem diferenças sensíveis. A Constituïção, que vigorou até 1889, é calcada no modêlo do Projeto. Há naquela uma formação nova: — a do **poder moderador** de que não se faz menção alguma, no Projeto.

Não se pode negar ao Estatuto Político do Império a incorporação, no seu texto, de grandes idéias liberais, dentro da forma monárquica. Ora, onde foi buscar o novo legislador êsses elementos?

Na própria obra da Assembléia Constituinte. Quer dizer que esta, tão acusada e vilipendiada, fez obra útil, proveitosa, marcando uma fase na nossa história política.

"Tomou-se por base o projeto de constituïção da constituinte; e calando-se esta circunstância, apresentou-se a nova constituïção, como uma dádiva graciosa do imperador e dos conselheiros de Estado, que a assinaram".

Ora, não podia ser inferior o nivel mental de uma geração política, que se fazia representar, na primeira assembléia brasileira, por homens capazes de elaborar um código de leis constitucionais, "verdadeiro monumento dos princípios puros e liberais".

A parte a questão da forma, do estilo, do método e de uma disposição nova, a constituïção imperial foi "calcada, sôbre o projeto feito pela constituinte".

*
* *

Percorrendo, ràpidamente, êsses velhos caminhos que as sombras da História cobrem, sentí, a cada passo, verdade dos conceitos do mesmo Homem de Mello, no Prefácio da segunda edição do já citado trabalho de justiça e reconstução de uma época: "As gerações, como os indivíduos, têm um direito sagrado à sua reputação".

Rio, 1934.

P. S. — Lógo depois da publicação, no "Jornal do Comercio", dêsse capítulo da nossa história constitucional, recebi, acompanhado de atencioso cartão, um interessante trabalho do sr. ministro Octavio Tarquinio de Souza, do Tribunal de Contas, sob o título "A Mentalidade da Constituinte (3 de maio a 12 de novembro de 1823".

O autor versa, nesse livro, o mesmo assunto que me serviu de tése para o artigo ora transcrito, gentilmente, pela Revista do nosso Instituto e que eu ignorava, por completo, tais as dificuldades do intercambio intelectual, dentro do próprio territorio nacional.

V. R.

Vida de David Canabarro

Conferência realizada pelo dr. H. Canabarro Reichardt, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, em 27 de agôsto.

Ao abrir sua "História da Literatura Inglesa", afirmava Taine que: "uma obra literária, não é um simples jôgo de imaginação ou o capricho isolado de uma cabeça, mas cópia de costumes e o sinal de um estado de espírito."

Mas o homem é o eterno enígma que desafia a irresistível curiosidade do nosso espírito.

Nada existe senão pelo indivíduo; é o indivíduo mesmo que é preciso conhecer.

Os documentos históricos não são sinão índices por meio dos quais se reconstróe o indivíduo visível

A verdadeira história, sòmente começa, quando o historiador principia a distinguir, através da distância do tempo, o homem vivo, atuando movido pelas paixões, munido de hábitos, com sua voz e fisionomia, com seus gestos e seus hábitos, distinto e acabado como aquele que há pouco deixamos na rua

Mas o homem corporal e visível, não é sinão um índice, por meio do qual se deve estudar o homem invisível e interior.

Debaixo do homem exterior existe um homem interior, oculto.

E' êste mundo subterrâneo, o objeto próprio do historiador.

Ao traçar, porém, uma biografia não nos deixemos levar por idéias preconcebidas, ensina Maurois, (*) tornemo-los fruto de investigações imparciais, feitas com cuidado e sem paixão.

Nem sempre temos o espírito livre, somos homens: a admiração ou a hostilidade, perturbam-nos às vezes o julgamento. Mas evitemos formalmente, deixar passar em silêncio a citação de documentos que esclareçam novos aspectos.

Strachey não critica, não julga; expõe.

"A biografia, observa Nicolson, é uma preocupação, uma consolação, não da certesa, mas da dúvida".

Sim, da dúvida, nota Maurois, porque descobrimos na vida dos grandes homens, que êles também duvidaram e, não obstante, não esmoreceram.

Dito isso, passemos ao assunto que nos traz aquí:

A vida pública de Canabarro, abrange um largo período de nossa história — 1811 e 1866 — 55 anos de uma das mais movimentadas e decisivas fases da política interna e externa, que vai da regência ao apogeu do 2.º Império; dos pródromos da independência à consolidação definitiva de nossa política de paz no Rio da Prata.

PRIMEIRA FASE: PRIMEIRAS CAMPANHAS DO PRATA

Si bem que a revolução rio-grandense, já encontrasse em Canabarro um soldado adestrado, conhecedor dos pampas, desde as cochilhas do Rio Grande, às margens do Rio da Prata, foi nela, sem dúvida que sua personalidade tomou o relêvo que forçou as portas da história.

Nasceu êle em 1793, a uma légua da freguezia de Taquarí, filho de José Martins Coelho e de D. Mariana Ferreira, filhos ambos daqueles primeiros casais açorianos que primeiro povoaram a então província de São Pedro do Rio Grande.

(*) Aspects de la Biographie — pág. 28.

Essa pobre gente, vencendo com pertinácia e abnegação às mil dificuldades da viagem e as que encontraria num meio desconhecido e bravio, tiveram ainda que enfrentar as invasões espanholas, que ameaçavam asenhorar-se do Rio Grande. Para tal fim, é que êsses açorianos foram para lá enviados pelas côrtes de Lisboa.

A freguezia de Taquarí, era um pequeno reduto, onde se concentrava uma tenaz resistência ao invasor. O acampamento de São Caetano dos Barrancos, com seu forte de terra batida e suas vinte peças de artilharia, como no-lo descreve Borges Fortes, em seu livro "Casais", dá-nos a idéia da insegurança e precariedade de vida daquelas sólidas famílias, arrancadas ao bucolismo e tranqüilidade de suas ilhas.

Foi, entre o trabalho rude do amanho de uma terra ainda virgem e as reminiscências de uma guerra ainda recente contra o invasor, que ocupara a campanha do Rio Grande durante 13 anos, que cresceu David.

A farda deveria exercer naquela época, uma grande fascinação ao jovem ambicioso que não quisesse vegetar no obscuro trabalho da terra.

Eis porque, com dezesete anos incompletos encontramos David, praça de 2.ª linha, marchando através dos pampas, sob o comando de D. Diogo de Souza.

O fermento da independência, que em 1810 dera por terra com o antigo vice-reinado do rio da Prata, alastrava-se assustadoramente pela Cisplatina, que D. João VI, à fôrça de teimosia e paciência, conseguira conservar engastada em seus domínios da América.

Dominava-se pacificador, o exército que procurava exterminar a idéia de Pátria, que os patriotas com Artigas à frente, conseguiram despertar nos campos orientais do Uruguai.

Distinguia-se David, pelo seu tino e rapidez de resolução.

A promoção a cabo, por merecimento, logo no comêço da carreira, foi o primeiro degrau por onde havia de subir até o generalato.

"Por atos de bravura foi sucessivamente subindo, nota Alfredo Rodrigues, até que foi nomeado alferes, distinção difícil de obter-se em uma época em que raras regalias eram conferidas aos brasileiros de nascimento humilde".

Porque, chamando-se David José Martins, adotou êle o sobrenome de "Canabarro" com o qual, depois se tornou famoso?

Em um manuscrito anônimo, existente na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico, encontramos a seguinte explicação:

"Quando Manoel Teodosio Ferreira, avô materno de David, regressava da campanha de 1814, encontrou casualmente, na outrora vila do Rio Pardo, o marquez de Alegrete a quem foi cumprimentar à portinhola da carruagem, teria exclamado: "Oh! Sr. Canabarro, V. Ex. por aquí, folgo muito de o ver".

"Teodosio obteve falar com êle a sós por minutos fora da carruagem. O que êles falaram jamais alguém o soube até hoje".

"Foi desde então que as pessoas da família começaram a usar o sobrenome — Canabarro".

Seria algum parentesco que lhe descobrira o marquez de Alegrete? Teriam aquelas curtas palavras trocadas entre ambos, perecido nas tradições da família? E' possível. Em todo o caso o sobrenome ficou e outro que fôsse passaria igualmente à história.

As campanhas do Prata ocupam largo período de nossa história; vão até 1828 quando o Brasil reconheceu a independência do Uruguai.

Travaram-se todas elas em tôrno da Cisplatina, que os republicanos platinos, a pretexto de auxiliar a luta pela independência, supunham poder mais tarde, reconstituir o território do antigo vice-reinado.

Artigas, porém, lutava tanto contra a dominação espanhola como contra a influência portenha e a política imperialista de Portugal.

Durante essas guerras, que durariam perto de vinte anos, numerosos foram os combates em que tomou parte Canabarro, ainda então David Martins.

Dentre as vagas referências que existem dêsse período, de sua existência ainda obscura, cita-se o combate de Catalan em que se distinguiu, salvando pela sua vigilância, a guarda da frente de uma surpresa do inimigo. Enfrentando-o com um punhado de cavaleiros sob seu comando, foi sustentando fogo até sua junção ao grosso das tropas, tendo três cavalos mortos, dos quais se mudava para aqueles cujos cavaleiros morriam.

"Era David Canabarro, escreve Alfredo Rodrigues, de robusta construção, grosso de corpo, de avantajada estatura, de feições carregadas "rude na aparência, mas excelente de coração" segundo a expressão de José Garibaldi.

"Afeito às fadigas e intempéries, nada eram para êle os duros trabalhos e árduas provações do soldado em campanha".

"De uma atividade, de uma perspicácia, uma vigilância sem igual, era sempre pronto para o ataque, alerta ao menor movimento suspeito, caindo como um raio sôbre o inimigo descuidado, aproveitando os seus menores erros, tecendo-lhe em caminho emaranhada teia de ardís, deixando-se surpreender quando lhe convinha para de súbito cair-lhe em cima, envolvê-lo, desbaratá-lo por completo".

No combate do Rincão das Galinhas em 24 de setembro de 1825, salvou David Martis o exército brasileiro de completo desbarato, evitando a perseguição das fôrças inimigas com uma brilhante carga de cavalaria que com admirável precisão e denodo levou contra elas, dando tempo a que se efetuasse a retirada em boa ordem.

Essa façanha valeu-lhe os galões de tenente.

Começava assim, pelo seu próprio esfôrço, valentia, valor pessoal, arriscando a vida em cada combate, a abrir caminho na brilhante carreira que foi a sua.

Na famosa batalha do Passo do Rosário, chamada batalha de Itussaingo em 20 de fevereiro de 1827, na qual segundo uns, sofremos uma derrota, segundo outros, ficou in-

decisa, mas o certo porém é que Barbacena retirou-se do campo em perfeita ordem, lá vamos encontrar ainda David José Martins, alistado ao 40 regimento.

Quando terminaram as campanhas do Prata, tinha David cêrca de trinta anos. Dezesete estivera nessa luta, onde iniciara a sua carreira. Aprendera pràticamente tudo quanto da arte militar lhe era possível conhecer. Fizera-se destro na guerra peculiar aos pampas, em que o cavalo, era, naquele tempo a arma mais eficiente.

Na campanha, (campanha, é a planície do Rio Grande, apenas ondulada de cochilhas) disse um entendido, não se faz guerra sem cavalos. A cavalaria, é, alí, a mais importante necessidade e o mais poderoso elemento de guerra. Um soldado não se pode considerar montado sem ter, pelo menos 3 a 4 cavalos, para usar dêstes revesadamente.

De sua obscura situação de simples soldado razo, pelo valor, pela audácia, pela habilidade, foi subindo gradativamente até os primeiros postos do oficialato.

Conheceu Bento Gonçalves e Bento Manoel nos campos de batalha, nas lutas em que o Império se empenhara com o inimigo externo. Alguns anos mais tarde, teriam que se encontrar muitas vezes, combatendo no solo pátrio na mais longa guerra civil que a história pátria registra.

Nos intervalos de sua vida guerreira, entregava-se Canabarro aos labores pacíficos de sua estância, criando e vendendo gado, parando rodeios, imiscuindo-se na política, como todo o brasileiro que se preza.

Foi na paz tranqüila do campo que o foi surpreender o movimento de 35.

SEGUNDA FASE: GUERRA DOS FARRAPOS

Não tomou parte nos acontecimentos de 20 de setembro, que se desenrolaram na capital da província. A revolução encontrou-o no trabalho de sua estância de S. Gregorio, na fronteira com o Uruguai, próximo a Santana do Livramento.

Bento Gonçalves, derrotado no célebre combate da ilha

do Fanfa, feito prisioneiro, fôra remetido para o Rio de Janeiro e aí recolhido à fortaleza de Santa Cruz.

A capital estava novamente em poder das fôrças legais e o govêrno novamente reposto. A revolução parecia já quasi inteiramente dominada, quando Antonio Neto, depois do famoso combate de Seival, em 11 de setembro de 1836, proclamou a "República Riograndense com seu célebre manifesto de Campo do Menezes.

Data daí a entrada de David para as hostes farroupilhas no pôsto de tenente-coronel, tomando o comando das poucas fôrças não subjugadas pelos imperiais na fronteira de Alegrete.

Eis como se decidiu a cooperar ao lado dos republicanos:

"Êle e seu tio Antonio Canabarro haviam cerrado ouvidos aos convites de Bento Manoel, pelo ano anterior, combinando os dois sócios e antigos tenentes de dragões, não tomarem parte na contenda em que se achava dividida a província. Assim fizeram até que se iniciou a contra-revolução. José Antonio Martins, a êsse tempo comandante do departamento do Alegrete, começou a perseguir a David, com insistência para que o acompanhasse, acabando por ameaça-lo de morte, caso não acedesse. Em face de tão despóticas impertinências, Antonio Canabarro observou ao régulo da fronteira: "Deixe-se de andar atrás de meu sobrinho, snr. coronel. A queda do homem é toda para os farroupilhas. Êle não serve com o snr". Ciente da ameaçadora teimosia de Martins, disse entre os seus David: — "ora, se me hão de matar em casa, como um cevado, que me matem no campo, com as armas na mão". E alçou as suas, logo depois mostrando, em lances atrevidos, o préstimo que tinham: a sua primeira façanha como era de esperar, foi já o perfeito rasgo de um mestre". (*)

Othelo Rosa em seu livro "Os amores de Canabarro", traça-nos dêle um perfil nesta fase mais característica de

---

(*) Varela.

sua vida: "Era de alta estatura, espadaúdo, cheio de corpo. Nos olhos semi-serrados, havia uma forte expressão de astúcia, de manha, de ardil, sublinhada por sobrancelhas negras e densas...

"Falava pouco, e a sua linguagem era incisiva, não raro grosseira, sempre pitoresca, pelo sabor dos modismos gauchescos.

"Era, essencialmente, um pertinaz, um teimoso. Sabia esperar. Não tinha, senão execionalmente, explosões de cólera, aquele homem; tinha ao revez, uma calma quasi imperturbável, uma bonomia indolente, que cansava e desnorteava o adversário, e um riso exquisito, longo, silencioso, irônico, de que a preceito se valia, nas ocasiões difíceis e tempestuosas".

Os seus dois companheiros, João Antonio e Jacinto Guedes, com que entrou na revolução, eram duas personalidades de alto valor moral.

João Antonio, era a honra personificada. Simples de costumes, cavalheirescos, a sua palavra tinha o valor de uma escritura.

Jacinto Guedes, distinguiu-se sempre pela bravura inecedível. Tornaram-se célebres as suas expressões: "Sou do Guedes, morro sêco, mas não me entrego" ou por Deus que sou do Guedes".

Inúmeros os combates, grandes e pequenos travados por Canabarro, ao lado dêsses dois leais companheiros.

Dêsses combates, lembraremos a derrota que inflingiu a Loureiro, no lugar denominado "Cêrca de Pedra", com uma carga de cavalaria, levando a dispersão e confusão à coluna inimiga.

A prisão que pouco depois efetuou do influente chefe legalista Silva Tavares, no Herval, nas estâncias do sogro, onde fôra abrigar-se das perseguições de Canabarro. Entrincheirado na casa da fazenda, esperou o cêrco, sendo obrigado a render-se.

Em janeiro de 1837, salvou Canabarro a coluna de Neto, nas proximidades da "serra do Baú", da vigorosa persegui-

ção que lhe movia Bento Manoel, sustentando um contra ataque.

Foi tão violenta a investida de Canabarro, que, não só paralizou a perseguição de Bento Manoel, como obrigou as suas fôrças a um rápido recuo, depois de cinco horas de combate.

Pouco depois derrota novamente Loureiro na coxilha do Espinilho.

Tendo notícia que o marechal Barreto Pereira Pinto, andava por Cruz Alta com grande alarde pelos arredores da vila para lá se dirigiu.

Tanto que aquele soube da aproximação de Canabarro, lançou-se em fuga desabalada até Pôrto Alegre, onde se abrigou.

Depois de dispersar os legalistas em Caçapava, foi designado para auxiliar Bento Manoel, agora a serviço da revolução, no sítio da capital.

Ia porém, em breve ferir-se o célebre combate do Rio Pardo.

Tanto revolucionários como legalistas iriam desenvolver o máximo de seus esforços. Estes últimos estavam intrincheirados na vila, considerada inexpugnável.

Não tentaremos siquer descrever o que foi o combate do Rio Pardo. Limitar-nos-emos, a dizer que a Antonio Neto cabem as honras da vitória, mas não menos brilhante e eficaz a atuação dos outros próceres republicanos.

A Canabarro, por exemplo, coube o trânsito do exército através do rio, em ponto que o inimigo julgava inacessível.

Para chegar ao lugar da ação com as fôrças que comandava, realizou Canabarro uma façanha verdadeiramente notável. Teve que abrir uma picada através de um terreno quasi impossível de ser atravessado.

"Para sair em campo limpo, dentro daquele próprio nacional (rincão d'El-rei) mistér era, a par da crespa travessia montesina, vadear o dito rio, de margens apaüladas, atoladiças, por toda a parte; e após, no seio do mato espêsso, outro acidente parecido, um "forte arroio", de barrancos ex-

cessivamente altos, profundos na madre também orlado de pantanos".

Em dez horas apenas, Canabarro, havia conseguido êsse impossível, construindo um caminho de paus roliços.

Êsse esfôrço foi coroado com a passagem integral das fôrças farroupilhas, transporte de canhões, viaturas e todo o material pesado de que careciam para o êxito do ataque e tudo isso, sem serem presentidos!

Foi o combate do Rio Pardo um dos mais sangrentos, retirando-se os imperiais sob a mais penosa das impressões. Durante muito tempo ficariam inativos, restabelecendo-se.

Tempos depois, formam-se de lado a lado, concentrações de fôrças para novos combates.

Elzeario, que nessa época presidia a província e era o comandante das armas, concebe o plano de encerrar os republicanos que, também inexplicàvelmente, se deixaram ficar inativos, entre os rios dos Sinos, Caí e Taquarí e aí batê-los.

Tivessem depois do combate do Rio Pardo atacado em seguida Pôrto Alegre, a vitória seria completa e diferente talvez o desfecho da luta.

Para impedir a saída de Canabarro pela serra das Três Forquilhas, ordenou Elzeario à Vilas-Bôas guarnecesse o Tramandaí.

Começou o chefe legalista por perseguir as fôrças de Canabarro, que dava impressão de fuga, tal a rapidez com que se retiravam diante dos imperiais.

Quando, porém, já prelibava a derrota do farroupilha, vendo-o com a retirada cortada, eis que de repente Canabarro toma a ofensiva, passando assim de perseguido a perseguidor.

Daí por diante, a esperada vitória dos legalistas, transformou-se na mais desastrosa derrota.

TERCEIRA FASE: A REPÚBLICA CATARINENSE

A revolução que vinha durando já cêrca de 4 anos, convulcionando todo o Rio Grande, começou a ter sua repercussão no território vizinho da província de Santa Catarina.

Foi um êrro, disse o coronel Alencastre em sua conferência sôbre os "Generais da Revolução", essa digressão dispersiva das fôrças farroupilhos do teatro da luta no Rio Grande.

Entendia, porém, Bento Gonçalves viesse isso apressar o desfecho da revolução. Conquistariam um pôrto de mar que não tinham no Rio Grande, graças à vigilância da esquadra imperial na Lagoa dos Patos e Barra, além de aumentar os focos de insurreição contra o Império.

Canabarro foi designado para dirigir o movimento catarinense.

Auxiliaria-o Garibaldi, comandando por mar, a esquadra farrapa, composta de dois navios de madeira por êles mesmos construídos, à beira da Lagoa dos Patos, e que, lembrando um feito homérico, transportaram por terra, através de 14 léguas, até a foz do Tramandaí.

O "Farroupilha" e o "Seival", tais os nomes dos barcos, largaram para o mar, em 13 de julho de 1839 entre vivas e aclamações. Só o "Seival" chegaria ao seu destino, porque o "Farroupilha", surpreendido por violenta tempestade, não resistiu, perdendo-se nas costas do Rio Grande. Pereceu parte da tripulação; os que puderam nadar até à costa, reanimados por Garibaldi, prosseguiram por terra em direção a Laguna.

Nada os fazia desistir da emprêsa!

Canabarro após cinco dias de marcha chegava a Araranguá, a quem se incorporou Garibaldi.

O "Seival" conseguindo meter-se pelas águas do rio Tubarão que desagúa na enseada da Laguna, passara despercebido dos imperiais.

Em 22 de julho de 1839, dá-se o encontro entre os navios legalistas, surtos na Laguna com a unidade farroupilha, secundada pelas fôrças que marchavam por terra.

A surpresa do ataque e o pânico que se apoderou de Vilas-Bôas que comandava a praça, permitiram um triunfo rápido.

Seguiram-se aclamações e festas; proclamação da república catarinense, mudança do nome de Laguna para Juliana, em homenagem ao mês em que ela fôra tomada e aclamação de Canabarro ao pôsto de "general".

O abalo do govêrno imperial, por mais êsse golpe foi enorme; em compensação o regosijo entre os farroupilhas foi indescritível, a julgar-se pela ordem do dia mandada publicar pelo general Antonio Neto.

Efêmera, foi entretanto, a duração da nova república.

Diversas causas contribuiram para o insucesso. A principal, foi a pouca repercussão do movimento, e o pouco entusiasmo que despertou. "Nada poude abalar o povo lagunense, sempre frio e indiferente", diz um contemporâneo.

O recrutamento era mistér fazer-se, pois os farroupilhas que Canabarro trouxera do Rio Grande, não ultrapassavam de 200 e os reforços que pedia com urgência, para prosseguir no avanço, não se lhe mandavam.

O recrutamento falhou, porque, da parte da população, afirma Rossetti, (um dos companheiros de Garibaldi) "não havia todavia aquele espírito revolucionário que anima aos sacrifícios".

Quer-se atribuir a Canabarro certa falta de tacto em evitar o dissídio que se estabeleceu em breve entre os farroupilhas, pugnazes e ardorosos e a população, um tanto indolente e apática.

Mas isso é querer lançar-lhe uma culpa que resulta de causas sôbre as quais não podia ter mão.

Não era sòmente contra os elementos locais que Canabarro haveria de lutar, sinão, também, contra a surda resistência que encontraria ao longe, no próprio seio do alto comando farroupilha.

A situação catarinense seria outra, nota Garibaldi: (que aliás é um juizo insuspeito) "se Canabarro não lutasse com a má vontade, ciúme, quiçá, de quem devia eficazmente sustentá-lo, coadjuvá-lo".

Não insistiremos, porém, para não alongar a exposição.

O govêrno imperial não podia ficar indiferente a essa nova ameaça à sua integridade. Tratou de congregar elementos para exterminar a insurreição nessa província.

Encarregou o general Soares de Andréa de organizar um exército de dois mil homens para atacar por terra, enquanto que o cap. de mar e guerra Mariat, veterano das campanhas do prata, com 13 navios, 300 praças de guarnição, 600 de abordagem e 33 bôcas de fogo, faria o ataque por mar.

Foi cuidadosamente preparado o ataque a Laguna. Andréa coadjuvaria por terra a investida pelo pôrto.

O que decidiu, porém, a vitória para os imperiais foi a batalha por mar, que foi encarniçadíssima.

Eram cêrca de duas horas da tarde, quando a esquadra chegou à altura da barra. Soprava rijo nordeste que impelia com impetuosidade as águas em direção à barra, circunstância rara, observa o Dr. Gama Rosa, em seu estudo publicado na "Semana", que determinou aprofundamento do canal a ponto de poder dar entrada a navios de 12 a 14 palmos, que é caso muito extraordinário nessa barra".

"Os farroupilhas, do lado da terra, tomaram posições de combate. Além da fortaleza, armada de 6 peças e convenientemente guarnecida, Garibaldi fundeou suas embarcações na mesma linha em prolongamento da fortaleza. 1.200 homens extendidos em linha desde o forte pelo prolongamento da montanha até à praia, acompanhavam a sinuosidade do canal, por onde muito rente, teria que passar a esquadrilha".

"Não havia corrente na barra, mas é certo que Canabarro dera ordens nesse sentido. Garibaldi, porém julgara isso desnecessário à vista das grandes dificuldades naturais do lugar".

O combate, que apenas durou 15 minutos, foi violentíssimo. Os navios impelidos pelo vento e pela maré, passavam no meio de uma tempestade de balas, num espaço de 600 braças onde se concentravam os fogos dos canhões e da fusilaria. Nesse curto espaço de tempo as embarcações che-

garam inteiramente desmanteladas ao pôrto, perdendo um terço de sua tripulação.

Os republicanos, por seu turno, também ficaram literalmente destruídos.

Uma testemunha de vista, declara que: a maré e o vento favoreciam a esquadra inimiga, que entrara passando rápida pela artilharia da barra, e tão feliz que aos primeiros tiros fizera calar a artilharia de dois dos nossos navios. Sòmente Garibaldi continuava a enviar a morte em seus tiros, até que reduzido à mulher (essa mulher era Anita, natural de S. Catarina e que em Roma, na grande estátua a Garibaldi, representa o prototipo da coragem feminina), reduzido à mulher e um soldado, trabalhando até à noite, entregou seus novios s chamas. A essa mesma hora, a coluna republicana, ao mando de Canabarro tocava a retirada. Podia ainda ser cortada no Camacho pelos navios inimigos, mas a refrega maltratara-os tanto, que não se aventuraram a novos esforços.

Terminava assim, dramàticamente, mais êsse episódio dessa formidável campanha que foi a guerra dos farrapos.

Dentro em pouco recebia Canabarro ordem de voltar para Setembrina, onde se encontrava o exército da república, preparando-se para a próxima campanha a reabrir-se no Sul.

Estava-se em janeiro de 1840.

QUARTA FASE: 1840, O ANO TRÁGICO, O DECLÍNIO E A PACIFICAÇÃO

As forças imperiais haviam tornado o govêrno farroupilha um govêrno ambulante, obrigando-o a mover-se contìnuamente de um lado para outro.

Há pouco ainda surpreendera Calderon a sede dêsse govêrno em Caçapava, que se viu obrigado a abandonar ao inimigo todo o arquivo e depósitos.

A campanha, o grande celeiro de homens, cavalhadas e munições dos farroupilhas, estava virtualmente tomada pelos imperiais.

O esfôrço daqueles visava, nesta nova fase, a sua re-

conquista e o restabelecimento das comunicações entre Setembrina, o quartel-general, e a campanha.

O interessante é que, ao passo que de um lado os revolucionários gizavam seu plano de campanha, de parte dos imperiais, o velho marechal Manoel Jorge também gizava os seus, com o fim de cercá-los, tomando-lhes todas as saídas.

Na Laguna aquartelava uma forte divisão ao mando do coronel José Fernandes, que trancava a saída por beira-mar, na serra, em marcha para S. Francisco, vinha Labatut; no Caí, estacionavam mais numerosos que os da República, os soldados do Império, cobrindo os passos

Havia entretanto, livre, uma passagem de Setembrina (Viamão) para a campanha.

Era mistér operar-se a junção das duas fôrças farrapas, sem o que a sua dispersão seria relativamente fácil! Mas era tão difícil o trânsito por essa passagem, chamado passo do Parecí, através três léguas de mato, que o próprio Manoel Jorge julgou impossível vararem por aí, razão pela qual retirou parte de sua guarnição por julgá-la desnecessária.

Canabarro, vindo pelo Maratá e Bento Gonçalves pelo passo do Parecí, conseguiram fazer junção com as fôrças da campanha, sob as ordens de Neto, acampando alta noite no morro da Fortaleza, distante apenas 2 léguas do acampamento legalista.

Quando a manhã surgiu, o general legalista teve a mais desoladora surpresa. Esbarrordara-se-lhe todo o plano, tão cuidadosa e pacientemente elaborado!

Verdade é que os farroupilhas também viram os seus frustrados!

O combate de Taquarí, que se seguiu pouco depois, não teve o esperado desfecho decisivo para os farroupilhas, porquanto conseguiram os legalistas o seu objetivo, que era a passagem do dito rio na qual, aqueles, esperavam surpreender e desbaratar a estes.

Êsse desastre para os farroupilhas abateu-os, além de provocar graves desinteligências que já despontavam.

Foi o último combate dirigido por Bento Gonçalves, que daí por diante vê empalidecer o seu prestígio.

Canabarro pouco depois enceta a sua perseguição a Labatut que pairava por S. Francisco, próximo à embocadura da serra-velha.

Tanto que Labatut soube da proximidade de Canabarro com 2.000 homens, desata numa fuga, a marchas forçadas, refugiando-se na serra do Botucaraí.

Entrementes resolve Andréa, investir contra Setembrina, onde se encontrava o estado-maior, com Bento Gonçalves, à frente.

Receiando êste não poder resistir ao cêrco e correndo risco de vêr-se cercado, resolveu abandonar a praça, sem despertar suspeitas. Queria fazer junção com Canabarro. Marcou o encontro em Vacaria.

"Para poder dar mão a seu generalíssimo, aduz Varela, quando dêle se aproprinquasse aos caminhos que, da Laguna sobem a Vacaria e Lages, encetou Canabarro uma travessia duríssima, através do sertão bravio em que provou a sua tenacidade e a fibra dos que o acompanhavam".

"Nove dias consumiu o exército para atravessá-la, sob chuvas torrenciais parte seguindo o trilho existente no profundo, escabrosíssimo vale; parte em atalho que romperam na espessura, os abnegados, quanto desventurosos revolucionários, com o fito de saírem à retaguarda de Labatut".

"Depois de arrostarem com toda a sorte de obstáculos adversos, é que puderam de perto bater-lhe o rasto, na imensa planura que, do Antas, se prolonga ao alto Uruguai ou Pelotas".

"Quasi a pé, famintos, cobertos de andrajos, com míngua de tudo, que tudo haviam perdido na aspérima cruzada, os farrapos avançaram sem perda de tempo, contra o adversário, o qual mais uma vez não os esperou". (*)

Escrevendo a um amigo, dando conta de seus trabalhos, teve Canabarro esta frase, que sintetiza bem aquela alma

(*) Varela — op. cit. vol. II pág. 82.

espartana: "que agora só tinham o infortúnio a recordar..."

Enquanto aguardava Bento Gonçalves em Vacaria, tratou de remontar sua tropa, pondo-a com rapidez incrível novamente em estado de proseguir a campanha.

Operada a junção na segunda quinzena de dezembro de 40, considerada notável feito militar, encetam os dois chefes a perseguição de Labatut sem conseguir, entretanto alcançá-lo.

Os anos de 41 e 42 decorrem sem que se assinalem grandes feitos militares. Começava o declínio da revolução. Apelam para uma organização política. Infrutíferos esforços. Surge a discórdia...

O prestígio político e militar de Bento Gonçalves vai diminuindo, à medida que o de Canabarro aumenta.

Em maio de 1843, fere-se o combate de Ponche-Verde em que os farroupilhas reünem todos os seus chefes e fôrças num supremo esfôrço para surpreender Bento Manoel duas vezes profugo.

O eminente historiador Souza Docca, membro dêste Instituto, em notável conferência pública, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, dá minuciosa explicação dessas atitudes. (*)

Hábil general, um dos mais hábeis de seu tempo, Bento Manoel conseguiu evitar, não sem custo, o seu total desbarato. Ainda assim teve de retirar-se do campo de batalha, em formatura de combate, contando-se êle próprio, entre os feridos.

Antonio Neto, desde algum tempo já era o chefe militar da revolução em substituïção a Bento Gonçalves. Não conseguindo de uma feita, obstar a passagem de uma cavalhada para o exército de Caxias, podendo tê-lo feito com facilidade, foi muito criticado e, em conseqüência, como diz o pró-

---

(*) 1.° trim. de 1934.

prio Caxias em correspondência oficial, destituído do comando, sendo para o mesmo eleito Canabarro.

Estava êste pois na chefia suprema do exército, não sem certa luta. Surda animosidade estabelecera-se entre êle, Bento Gonçalves e Neto, que recalcitravam em ratificar a sua promoção ao pôsto de general que lhe fôra conferido em Santa Catarina, quando da tomada de Laguna.

Diante dos resentimentos que se levantavam de todos os lados anuiu Bento Gonçalves na assinatura do decreto, em 3 de agôsto de 1843, mas a discórdia continuava a lavrar.

A elevação de Canabarro ao comando geral era apenas a oficialização de uma situação de fato já considerada tal desde a sua memorável travessia da Serra.

A situação, porém, em que Canabarro recebeu o comando do exército da república era verdadeiramente calamitosa.

Observou alguém, com certa perspicácia, que o comando do exército lhe fôra entregue para que a revolução acabasse em suas mãos.

Datam daí as correrias loucas de Canabarro, através das coxilhas, diante das fôrças de Caxias, incomparàvelmente mais numerosas, hàbilmente dispostas pela Campanha, e que lhe moviam uma perseguição sem tréguas.

Caxias estropiava as suas cavalhadas que mudava a cada passo, para não esmorecer na perseguição e, não obstante, após longas léguas de marcha, Canabarro desaparecia de suas vistas, num verdadeiro passe de mágica!

Mas a fadiga e o desânimo invadia a todos. O Rio Grande estava reduzido à miséria. Foi quando os revolucionários pensaram em fazer a paz. Aliás, Caxias, acenava-lhes com as mais fagueiras promessas. . .

O problema da paz, porém, era tão difícil quanto o da guerra. Se bem que todos a desejassem, impugnavam-na uns pelas pessoas que a negociavam, outros pela maneira de fazê-la, outros, porque eram a ela radicalmente contrários.

As cousas já pareciam bem encaminhadas, quando deu-se a "Surpresa de Porongos" que, por momentos, fez periclitar todo o paciente trabalho de Caxias.

E' que êste convencionara não haver suspensão de hostilidade para evitar surpresas futuras.

Enquanto negociava a paz com os farroupilhas, elaborava com Chico Pedro um demorado plano para atacar de surpresa Canabarro, que, no seu próprio dizer, nunca o fôra até aquela data, tão conspícua era a sua vigilância.

A surpresa deu-se de fato e a derrota sofrida por Canabarro foi estrondosa.

Quiseram depois atribuir a Canabarro uma mancomunação com Caxias para acabar de uma vez com a revolução.

Essa balela, entretanto, foi completamente destruída, não só por Alfredo Rodrigues, como provada a sua impossibilidade por um eminente membro desta casa o exímio biógrafo de Caxias, o Dr. Vilhena de Moraes, em conferência realizada em 1927, neste Instituto.

O próprio Varela, que foi quem levantou a suspeita de traição em Canabarro, em obra recente, assím se expressa: "...que a Revolução tombara com honra para si e sem mancha de felonia, que algum tempo admití no seu bravo chefe militar que assinou a paz".

Otelo Rosa, em sua já citada novela, (Os amores de Canabarro) faz derivar de um fugaz episódio sentimental, a famosa "Surpresa de Porongos", último combate com que terminou a guerra dos farrapos.

A exaustão e miséria em que se achavam combatentes e chefes deve ter sido a principal causa. O descuido que reinava no acampamento, em vista das adiantadas confabulações para a pacificação, era fato notório.

Através da própria obra a que nos referimos, conhecendo-se melhor e mais de perto o temperamento do rude e voluntarioso cabo farroupilha, compreende-se a pouca presa que o sentimentalismo deveria ter tido sôbre sua alma

Difícil reconhecer-se nêle um Casanova, para quem, as aventuras de amor constituiram, talvez, o mais interessante capítulo da existência. Faltava-lhe aquilo que torna um homem sedutor: a galanteria

Quem procurar no infatigável guerrilheiro, uma fonte de episódios de amor, ficará decepcionado

De suas aventuras, conhecem-se: o seu primeiro casamento com D. Eufrasia, respeitável irmã de seu pai; o episódio galante com D. Maria Francisca, apelidada a "Papagaia", a quem, Antonio Vicente da Fontoura, em seu "Diário", fulmina com uma frase irreverente, e o casamento com uma cunhada, viúva de seu irmão João Martins.

Mas passemos adiante.

Pouco depois assinava-se a paz.

Em 28 de fevereiro de 1845, lança Canabarro um manifesto, declarando terminada a guerra civil.

Não eram condições de vencedor para vencidos, eram condições de vencidos para vencedor. Não havia pois vencidos!

Quando um dos oficiais de Canabarro o felicitava pela honrosa terminação da luta, chamando-o de general, respondeu-lhe aquele, comovido: "de hoje em diante não sou mais general, sou cidadão brasileiro".

QUINTA FASE: GUERRA CONTRA ROSAS, CAMPANHA DO PARAGUAI — RENDIÇÃO DE URUGUAIANA. MORTE

Terminada a guerra civil, recolheu-se David à vida privada, disposto a acabar seus dias tranqüilamente, entre seus trabalhos de campo, por tão longo tempo abandonados.

Mas a carreira das armas empolgava-o; levara-lhe já o melhor da existência, pois quando voltara ao lar, contava perto de cincoenta anos.

A política do Império no Rio da Prata toldara-se novamente. Rosas, até então ocupado em cosolidar a sua situação interna, elevado agora ao pináculo da admiração geral, começava a estender suas vistas para as fronteiras, enevado num sonho de grandeza.

Afirma-se também que, em conseqüência do excessivo labor a que se entregara por cêrca de 30 anos, sua integridade mental começou a ressentir-se.

O certo porém, é que Rosas, ao comêço secretamente, depois abertamente, trabalhava pela segregação das províncias do Brasil, principalmente o Rio Grande.

Confirmam essas suposições os termos da proclamação de Canabarro, de 28 de fevereiro de 45, datada de Ponche-Verde; Referências no "Diário" de Vicente da Fontoura, e na correspondência de Bento Gonçalves. Rosas oferecia-se para intervir em favor dos revoltosos.

Quando a situação se tornou francamente hostil ao Brasil, tomou êste as precauções que ela exigia, preparando-se para a luta.

Caxias foi nomeado comandante em chefe das fôrças imperiais em organização no Rio Grande do Sul. Seu primeiro pensamento foi chamar todos os antigos elementos que se ditinguiram na **guerra dos farrapos,** tanto revolucionários como legalistas.

Em princípios de setembro de 1851, dispunha de 4 divisões comandadas pelo marechal Bento Manoel Ribeiro, a 1.ª; pelo general Caldwell, a 2.ª; pelo brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira, a 3.ª; pelo coronel comandante David Canabarro, a 4.ª divisão ligeira e um comando geral de artilharia que tocou ao coronel Francisco Antonio da Silva Bitencourt.

"A vanguarda coube à Canabarro, adianta Calogeras, antigo chefe **farrapo, o novo súbdito do Império** como o apelidava o ministro general Tomaz Guido".

Rosas contava com a sublevação dos antigos chefes farrapos, mas enganou-se com o seu patriotismo.

Referindo-se a Canabarro, conta-nos Pinto de Campos, (*) a seguinte anedota, da época da guerra contra Rosas:

"Mais tarde, essa transviada espada desembainhou-se contra o estrangeiro em defesa do pendão brasileiro e Canabarro, às ordens do nosso general, prestou importantes serviços. Dispunham-se as operações contra Rosas. Um dia, estava o general dando suas instruções a Canabarro, na mais amigável harmonia; ia-lhe desevolvendo todo o seu plano; e ao passo que delineava as projetadas operações,

---

Da Regência á Queda de Rosas, pag. 578.

(*) Pinto de Campos — Vida do Duque de Caxias nota a pág. 124.

ia não menos prevenindo quais os movimentos ou as surpresas que da parte contrária podessem sobrevir, e o modo de aproveitar as adversas estratégias".

"Observava o general que Canabarro ria com freqüência; e, admirando-se de semelhantes disposições, em tão solene conjuntura, suspendeu o seu discurso, perguntando-lhe, porque ria? ao que êle respondeu literalmente com estas palavras:

—"Rio — exmo. snr. porque agora é que estou vendo a razão porque eu nunca o poude apanhar de geito; é que v. ex. sabe todas quantas eu sei, e sabe outras cousas que estou aprendendo".

"Nada mais significativo na bôca do surpreendedor mór do Império".

A cooperação eficaz e prestante de Canabarro foi reconhecida por seus superiores e em conseqüência elevado ao pôsto de brigadeiro honorário depois da campanha de 1852

O último episódio guerreiro do grande cabo é a defesa do território pátrio na invasão paraguaia.

Na qualidade de comandante superior da guarda nacional da fronteira, foi encarregado de organizar a divisão ligeira, da qual foi nomeado comandante a partir de 1.º de janeiro de 1865.

O exército paraguaio, marchando através de Corrientes, forte de 12.000 homens ao mando de Estigarribia, ameaçava invadir o Rio Grande.

A divisão comandada por Canabarro não ultrapassava de 4.000 homens composta em sua maioria de recrutas, mal instruída, mal armada e mal montada. Debalde oficiara, pedindo reforços, cavalhadas, artilharia e munições.

Enfrentar nestas condições as fôrças do invasor, bem aguerridas, fanáticas de seus comandos, era arriscar desvantajosamente a sorte da província no azar de um combate, mòrmente quando tinha certeza dos auxílios de Flôres e Osorio, ainda ocupados com a invasão em território oriental.

Tinha Canabarro tanta certeza de êxito do plano que concertara, que em ofício de 13 de janeiro de 1865 ao cons. José Maria da Silva Paranhos, ministro em missão especial junto ao govêrno da confederação Argentina, dizia:... "Invadir a nossa fronteira do Uruguai é menos perigoso mas não estão isentos da **derrota infalível**, si esta divisão for reforçada convenientemente e a tempo".

A invasão deu-se por S. Borja. O exército brasileiro retraia-se á medida que o invasor avançava. Pensou-se em uma resistência em Uruguaiana. Falhou. Caíu a vila em poder dos paraguaios. Fez-se porém, o cêrco. Em menos de 3 meses (18 de setembro de 1865) rendia-se o invasor sem dar um disparo.

A queda de Urugaiana foi solenizada com festas estrondosas, presença do Imperador, membros da família imperial. Bartolomeu Mitre, presidente argentino, Venancio Flôres, presidente e general uruguaio, altos dignatários e o ministro da guerra Angelo Muniz da Silva Ferraz.

O ministro da guerra que recebeu a espada de Estigarribia, recebeu depois o título de barão de Uruguaiana.

Canabarro fôra esquecido ou melhor não fôra lembrado.

Muito de indústria, porém. Censurava-se-lhe não ter oposto resistência à invasão.

Não contentes ainda seus inimigos, o ministro da guerra faz baixar uma ordem do dia: **mandando submetê-lo a conselho de guerra** (3 de outubro de 1865).

Fato tão escandaloso repercute em breve na imprensa do Rio de Janeiro.

Silveira Martins rompe pela imprensa um ataque ao govêrno: Em um dêles, escrevia:

"O general Canabarro tem glórias para emprestar e para dar... O general Canabarro não pleitea glórias com ninguém; podemos antes afirmar que a sua modéstia sentiria prazer em oferecer ao soberano do Império, os frutos da árvore que êle cultivou com suas mãos".

A discussão, travava-se de lado a lado, de modo geral, sem argumentação fundada, quando, o senador Teofilo Otoni, acompanhado de brilhante artigo, estampa no Jornal do Co-

mércio de 27 de novembro de 1865 a magistral defesa que Canabarro apresenta aos seus juizes de conselho.

Era tão persuasiva que êste nunca mais se reüniu.

Reproduzimos trechos dêsse artigo, no qual Teofilo Otoni resume algumas passagens dessa defesa:

"A situação é melindrosa, e é preciso que o público conheça todos os elementos para julgar devidamente a campanha do Uruguai, terminada com a batalha de Jataí e capitulação de Uruguaiana".

"O govêrno para responder ao Snr. Dr. Silveira Martins tinha o dever de publicar desde já as peças oficiais que devem fazer o corpo de delito do benemérito general Canabarro".

"No entanto o govêrno pensa que se justifica injuriando diariàmente pela imprensa o Snr. general Canabarro, exigindo do Snr. Silveira Martins que produza a defesa do general, sem lhe dar o conhecimento das peças oficiais, que guarda cuidadosamente no seu arquivo, ao passo que faz correr o mundo a indecente diatribe que com o título de aviso da secretaria da guerra serve de libelo no processo Canabarro".

"Alguém que se revoltou honrosamente contra tão sanhuda iniqüidade, fez chegar ao meu conhecimento a autêntica de um ofício em que o distinto general Canabarro explca ao Snr. general Caldwell os motivos ponderosos pelos quais o Snr. Caldwell se poderia defender se alguém o argüisse de não haver dado, como de fato não deu, ordem para que o exército brasileiro do Uruguai atacasse ao exército de Estigarribia, quando êste entrou no Rio Grande, em S. Borja, e desceu pela margem esquerda do Uruguai até Uruguaiana".

"Note-se bem, o Snr. general Caldwell era, como comandante das armas da província o comandante em chefe das fôrças que compunham a divisão Canabarro e outras".

"No entanto o Snr. Caldwell não é chamado a conselho de guerra, e sim oficiais que serviram às suas ordens!"

"A cêrca da conveniência de serem ou não atacados os paraguaios ao mando de Estigarribia exigira o general em

chefe Caldwell o voto de um conselho dos comandantes da divisão e brigadas".

"Canabarro opinou que os paraguaios não fôssem atacados antes de ser destruída a coluna que descia pela margem direita do Uruguai, declarando que, destruída esta coluna pelas fôrças que mandava o general Osorio ao seu encontro, os invasores do Rio Grande pagariam com a sua ousadia, e que nenhum repassaria o Uruguai."

"O desfecho da batalha de Jataí e capitulação de Uruguaiana sancionaram gloriosamente as previsões do distinto Riograndense".

"Note-se porém, que dando aquele conselho digno de Fabio ou de Washington, o general Canabarro dizia entretanto ao Snr. Caldwell que, a-pesar-de tal ser o seu voto no conselho, estava pronto para ir atacar os paraguaios logo que tivesse ordem".

"O Snr. Caldwell não deu ordem para serem atacados os paraguaios, e Canabarro é quem responde a conselho de guerra".

"E' justiça política que o Snr. Ferraz mandou fazer. Os seus amigos não tinham necessidade de inutilizar o general Caldwell; mas era-lhes indispensável para assegurarem a sua reeleição que ao general Canabarro se golpeasse a tão legítima como poderosa influência que tem na política da província".

"Pese o país o comportamento do Snr. Ferraz e de seus colegas de ministério nesta gravíssima situação. Leia o público com madureza as explicações com que o Snr. general Canabarro ilustra a campanha do Uruguai, e julgue entre o distinto general e o seu muito conhecido detrator".

Referindo-se ao título com que foi agraciado Ferraz, disse alguém: "O manto não lhe servia bem, porque Canabarro era mais gordo".

"Em Uruguaiana havia terminado a sua carreira; havia pago a vitória eleitoral que, contra o cons. Ferraz o conde de Porto Alegre havia alcançado em Santana do Livramento, Alegrete e Uruguaiana em 1860".

Que era uma perseguição política, confirma-o esta no-

tícia inserta no Jornal do Comércio de 2 de janeiro de 1866, de seu correspondente em Pôrto Alegre, nestes termos:

"A questão do dia, é o conselho de guerra a que vai responder Canabarro".

"Êste conselho deve reünir-se segundo consta logo que se nomear quem substitua o brigadeiro José Luiz Mena Barreto que pediu dispensa, dando-se de **suspeito como inimigo político;** aguardemos a decisão, porque, **se se procura com instância provas para condenar Canabarro** há de apresentar outras que o farão absolver, **salvo se os juizes, de ânimo deliberado a serem instrumentos do plano político, as despresarem".**

Quando, porém, o duque de Caxias assumiu o comando de todas as fôrças contra o Paraguai, fez a Canabarro a merecida justiça, restabelecendo-o no comando superior da fronteira, incumbindo-o ainda da organização do 3.ª corpo do exército. Destinara-lhe uma divisão para o seu comando.

O que parecia um êrro militar, tornara-se o mais brilhante feito de toda a campanha **"o primeiro triunfo visto na América do Sul"** segundo a própria expressão de Canabarro, justamente por não haver-se derramado uma gota de sangue!

A injustiça com que foi ferido no seu coração de patriota pelo ato político do ministro Ferraz, fê-lo recolher-se à sua estância, amargurado de desgôsto.

A sua saúde ainda robusta, apesar dos anos (71) e fadigas não poude resistir ao abalo. Em 25 de março de 1867 uma ferida no pé, recebida na mangueira (curral) foi-se arruïnando progressivamente, de cujo mal veiu a sucumbir em 12 de abril do mesmo ano.

Comparando os três mais notáveis cabos do ciclo farroupilha: Bento Gonçalves, Antonio Neto e David Canabarro, ouçamos a opinião insuspeita de Araripe, em seu ma-

gistral estudo sôbre essa revolução, inserto na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil", e referida em outro trabalho nosso". (*)

"Se Bento Gonçalves não foi feliz nos combates que deu, todavia foi pertinaz e praticou movimentos estratégicos bem combinados. Faltava-lhe a resolução pronta de agredir oportunamente. E' êste o juizo que dêle fez seu companheiro e amigo Giusepe Garibaldi, em suas memórias, quando diz que aquele tinha todos os dotes de um grande capitão, menos a felicidade, sendo o mais deplorável de seus defeitos certa hesitação".

"Antonio Neto gozou de grande reputação até pouco antes da terminação da luta. Tendo porém, já no final, certa vez que impedir a passagem pelo rio Jacuí de numerosa cavalhada destinada ao acampamento do Barão de Caxias, não o fez, podendo tê-lo feito com extrema facilidade. Increpava-se-lhe sempre depois, êsse êrro indesculpável".

"David Canabarro, diz textualmente o autor citado: foi o melhor cabo de guerra. Executou a expedição da Laguna, realizou a incrível marcha de Setembrina (Viamão) para Vacaria, onde Bento Gonçalves foi reünir-se a êle para perseguir as fôrças do general Labatut. David Canabarro, que começou a guerra em grau subalterno, finalizou-a no pôsto de general da República e comandante em chefe das fôrças revolucionárias. A sua atividade e vigilância foram conspícuas no curso da sangrenta luta e só ao final dela êsse general sofreu a surpresa de Porongos, tão fatal às armas da rebeldia".

Não nos importa saber se Canabarro foi um grande capitão, no sentido rigoroso da expressão, ou apenas um maravilhoso **"sabreur"**.

A natureza da luta que lhe deu renome, não lhe permitia, nem pelos recursos de que podia dispor, nem pela tática a que era obrigado a uzar, a ser diferente do que foi.

No cenário em que se moveu, foi notável, superior, por

(*) Idéias de liberdade no Rio Grande do Sul. pág. 35.

vezes, aos generais do Império que o combatiam, excluído Caxias, em quem reconheceu a indiscutível superioridade de estudos militares e de quem, mais tarde, se tornou ótimo auxiliar.

Foram, contudo, durante dois anos, dois adversários dignos um do outro, e para vencer, Caxias teve que usar de uma tática semelhante a do antagonista, manobreiro, manhoso e fértil nos ardís.

Por isso quando lhe perguntaram: (*)

— Como foi, general, que chegou ao pôrto onde tantos naufragaram?

Respondeu:

— Por isso mesmo, senhor, serviu-me de farol essa experiência. Como já não havia êrro possível, só tive em vista não fazer nada do que se tinha feito.

— Vejo, general, que não venceu só; convenceu."

E assim foi. A persuasão e a brandura puderam mais que a fôrça das armas.

E assim terminou êsse prélio gigantesco, o qual, para sustentá-lo, aqueles nossos antepassados, tinham apenas por si: um espírito de sacrifício ilimitado, um Ideal e uma vontade inflexível.

(*) Pinto de Campos — op. cit. pág. 104.

David Canabarro

(Conferencia do sr. Othelo Rosa, em 22 de agôsto)

Nessa notável geração de homens que em 1835 traduziu as aspirações e as tendências, e emblemou os atributos morais do povo continentino, David Canabarro é uma figura estranha, sugestiva, que impressionando o mero observador dos fatos, empolga e seduz o analista de almas.

Êle se enquadra, a primor, no conceito de Emerson: é o homem que tem nas suas mãos o seu destino, capaz de forjar a própria personalidade no heroísmo anônimo de um esfôrço tenaz e quotidiano.

Soldado animoso e rude, a quem o tempo minguou para adquirir educação literária, êle realizará o milagre de ser um dia a expressão autêntica de idéias luminosas e altas. O seu espírito, esclarecido apenas pela fôrça poderosa de um instinto, a que a rija disciplina das milícias aplainara as arestas, de todo se integraria nesse idealismo soberbo — "visão antecipada da realidade" — que transforma os farrapos em precursores da ideologia federativa no Brasil, em mártires concientes e incomparáveis de um anseio que se estratificara nas camadas profundas da nacionalidade.

Nesse homem volumoso, espadaúdo, de olhar semi-cerrado, em que transluz perenemente uma chama de malícia alegre; de uma linguagem pitoresca e típica; de um riso singular e manso, em que a solércia aflora, estão compendiadas, num resumo fiel, as qualidades nativas da gente gaú-

cha, estruturada nesse panorama físico e moral, para todo o sempre perdido, do áspero e belo Rio Grande de antanho.

Êle é dêsses valentes tranqüilos, magníficos, feitos no tumulto dos entreveros, ao fragor alucinante das cavalarias em roldão. Êle tem, face a face do perigo, na visinhança da morte, aquela serenidade perfeita, augusta, que foi, no rio-grandense de ontem, traço fundamental e marcante. Do açoriano, de que provinha, êle guardava a devoção do dever, aquele "brio antigo de cumprir pontualmente a obrigação", a que alude Antero de Figueiredo. A sua vontade é modelada em aço: e êle sabe manter, o que é uma tradição da raça, na aspereza de seu feitio, lealdade aos seus companheiros, fidelidade inviolável aos seus compromissos.

Ouçamos a impressão que dêle nos dá um seu contemporâneo, sargento das hostes farroupilhas, no desatavio e na simplicidade de uma linguagem descuidosa e chã:

"— Canabarro tinha servido ao Exército Brasileiro na guerra de 1825 até a sua conclusão. Era tenente de um corpo de milícias da segunda linha e fez proezas como tal em uma retirada que o nosso exército fez na direção do Camaquã, fazendo êle a retaguarda do Exército. Era homem de um caráter muito severo, e valente a toda a prova, e muito perspicaz. Durante a revolução nunca foi derrotado, sòmente nos Porongos perdeu parte da divisão que comandava.

Quando o Caxias perseguia-o, êle mais severo tornava-se com os oficiais de sua Divisão. Chegava ao ponto de dizer aos que faltavam com os seus deveres: — Aquele oficial que não quiser ir preso para o piquete, pode marchar para a fôrça de Caxias, que lá está — e apontava para o inimigo. Dos chefes da República foi o que mais ordem conteve na sua fôrça, devido à sua severidade.

Era homem de poucas palavras e positivo. A sua vontade era de ferro. Era muito respeitado não só pelos seus subordinados como pelo inimigo. Depois da pacificação da Província foi êle o primeiro homem da fronteira do Quaraí. Canabarro dizia que não era homem do primeiro informe, que era preciso ouvir-se ambas as partes. Êle falava português pelo dicionário rio-grandense".

Aí está, miniaturada, no testemunho de um soldado da mesma trincheira, a figura do general farrapo. E veremos agora, seguindo-lhe a parábola da vida, que êsse Carlyle modesto, campeiro garboso dos rincões de Cangussú, foi destro e foi seguro no perfil.

David José Martins nasceu no lugar chamado "Pinheiros", nas cercanias da hoje cidade de Taquarí, neste Estado, no dia 22 de agôsto de 1796. Seu pai, o alferes José Martins Coelho, era continentino, desta cidade de Pôrto Alegre; sua mãe, Mariana Ignacia de Jesus, natural da ilha de Santa Catarina.

Recordemos, nos termos da certidão de batismo, a ascendência do guerreiro:

"David — Aos quatro de setembro de mil setecentos e noventa e seis nesta Matriz de S. José de Taquarí batisei solenemente a David que nasceu aos vinte e dois de agôsto do presente ano. Filho legítimo de José Martins Coelho, natural de Pôrto Alegre, e de Mariana Ignacia de Jesus, natural da Ilha de Santa Catarina. Avós paternos: José Martins Falleiros e Jacinta Rosa, naturais da Ilha Terceira. Maternos: Manoel Francisco Ferreira e Perpetua de Jesus, naturais da mesma Ilha. Foram padrinhos Manoel de Medeiros e sua mulher Maria Silveira, de que para constar fiz êste termo que por verdade assinei. — O Vigário,José de Resende Novaes".

Em 1809, segundo uns, ou mais tarde, no parecer de outros, David Martins, fiel ao destino da sua geração, ao signo de seu povo, assentou praça. Soldado raso, êsse neto de açoriano, de alma temperada ao sôpro do pampeiro, ia iniciar a carreira surpreendente que o levaria, pela intrepidez, pelo denodo, pela constância, aos galões dourados de brigadeiro do Exército do Brasil, e às insígnias do generalato na República de Piratiní.

Militar valente, de uma argúcia admirável, de uma atividade assombrosa, êle vai lentamente, mas seguramente,

conquistando o seu lugar ao sol. Com as divisas de cabo de esquadra, em 1823, êle marcha contra Montevidéu, ocupada pelas fôrças lusitanas de D. Alvaro da Costa, e aí galhardamente se conduz. Na campanha de 1825, entra como furriel: em breve estaria alferes. E êsse alferes, em um lance de bravura, invadiria as páginas da história, nelas gravando, para sempre, o nome do soldado humilde que humildemente nascera no sítio pitoresco dos "Pinheiros", quasi ao sopé do morro "Carapuça", na quieta freguesia de S. José de Taquarí...

24 de setembro de 1825. No "Rincon de las Gallinas", ou de Haedo, Frutuoso Rivera, o astuto caudilho, ataca violentamente fôrças brasileiras, comandadas pelos coroneis Jeronimo Gomes Jardim e José Luiz Menna Barreto. Foi-nos contrária, nesse dia, a sorte das armas: fomos completamente derrotados pelo inimigo esperto, manejador adestrado de cavalarias. Menna Barreto, bravo de boa estirpe, não aprendera a recuar, e não sabia render-se: morre pelejando soberbamente, êsse coronel de 27 anos, e ao derredor de seu corpo 15 oficiais brasileiros, zelando a glória da sua farda, repetem a lição romana, de que é melhor perder a vida, do que viver sem honra.

No fragor do desastre, um homem se mantém sereno, temerosamente tranqüilo: é o alferes David José Martins, que à frente de 40 milicianos investe contra o inimigo vitorioso, obriga-o a refluir, para conter o assalto inopinado, e permite destarte que a retirada se organize em relativa ordem. Ao alferes, que assim se conduz, nas aperturas do transe tristíssimo, a Pátria reconhecida recompensa com os galões de tenente.

Esteve em Queguaí, e aí recebeu o seu primeiro ferimento. Bateu-se em Sarandí; e na batalha do Passo do Rosário pelejou bizarramente, na 2.ª brigada de cavalaria comandada pelo coronel Bento Gonçalves da Silva.

Feita a paz, em agôsto de 1828, David Martins abandona o exército e vai entregar-se a trabalhos de campo, associado a seu tio, Antonio Ferreira Canabarro, de quem mais tarde adotaria o nome.

Ao irromper a revolução de 1835, tio e sobrinho permanecem tranqüilos em seu lar. A contenda, porém, havia de envolvê-los e o tenente David José Martins um dia cinge a espada e se alista nas fileiras da República.

Quem era êle, puderam logo avaliá-lo farrapos e caramurús.

Em setembro de 1836 estão reünidos, em um dôrso de coxilha, três bravos: João Antonio da Silveira, David José Martins e Jacinto Guedes da Luz. Rareiadas, as fileiras de sua gente: 65 homens, com David e Guedes; 80, com João Antonio.

Sabem, por um prisioneiro que fazem, que não mui distante, no lugar "Cêrca de Pedra", estaciona uma brigada, de mais de 300 homens, dirigida pelos oficiais legalistas Manoel dos Santos Loureiro e José Maria de Almeida Gama Lobo Coelho d'Eça.

Para atacar a fôrça imperial, tão superior em número, recorrem a uma traça: David e Guedes, com os seus 65 companheiros, aproximar-se-iam do inimigo, numa guerrilha frouxa; e João Antonio, com os 80 legionários, ocultos em um rincão, em hora propícia cairia de surpresa sôbre o adversário, com a atenção concentrada nos guerrilheiros à vista.

Vendo em tôrno dêles aquele punhado de gaúchos, retouçando nos corcéis briosos, os caramurús, seguros da sua superioridade, entraram a dirigir-lhes chufas e motejos; passaram depois às provocações e aos insultos, que claramente chegavam aos ouvidos dos farrapos. O sangue foi lhes aquecendo nas veias: nem David, nem Guedes, eram homens para ouvir chistes pesados, sem resposta pronta. Consultaram-se ràpidamente; e sem esperar João Antonio, os 65 republicanos caem de inopino sôbre o inimigo, que não sonhava tal audácia, e fá-lo debandar, numa daquelas cargas impetuosas, indomináveis, que assombrava Garibaldi. Quando João Antonio acode ao campo da peleja, receioso pela sorte dos farrapos atrevidos, não encontra mais inimigos a combater: o que encontra é Guedes, o legendário Guedes, botando san-

gue pela bôca, de três ferimentos recebidos no lance épico, e ainda devolvendo injúrias aos caramurús desaparecidos...

Em 17 de dezembro do mesmo ano de 1836, Davi José Martins, que pela última vez usaria êsse nome, no termo da capitulação, bate e aprisiona, no Arroio Grande, o coronel João da Silva Tavares, depois Visconde de Serro Alegre, um dos mais graduados defensores do Império. Já é "tenente-coronel das fôrças em operações"; e estão com êle Jacinto Guedes da Luz, capitão, e José Alves Valença, tenente...

Desde aí, no decurso do decênio, a vida de Canabarro é uma ascenção gloriosa. Vigilante, cheio de astúcia, de uma atividade incansável, êle se impõe aos seus companheiros de cruzada, por atributos militares inobscurecíveis. Na expedição de Santa Catarina, em 1839, é a êle que outorgam o comando, o que prova, pela importância da missão, o aprêço em que o têm.

Dois motivos determinam a tentativa: a conquista de um pôrto de mar, primeiro; e a esperança do farrapo de espalhar assim, por terras do Brasil, a idéia republicana e federativa.

E Canabarro segue. À sua ilharga, nos lanchões históricos, vai Garibaldi, o nauta sem mêdo, escrevendo epopéias na crista espumante das ondas revoltas.

Santa Catarina cai. E' proclamada a República Juliana. Efêmera, a jornada. Canabarro, parece, falhou como político, na empreitada difícil. Como militar, porém, a retirada mantem-lhe fama e renome.

A República Catarinense, em decreto de 5 de setembro de 1839, havia promovido a general "o coronel rio-grandense David Canabarro"; a República de Piratiní confirmou-o no pôsto, em 3 de julho de 1841.

Em 1840, Canabarro, no conceito insuspeito de Tristão de Alencar Araripe, "realizou a incrível marcha de Setembrina para a Vacaria", feito que mais evidenciou as suas qualidades de cabo de guerra, o "melhor da República", ao juizo do escritor citado.

Em meio a desoladora dissidência que enfraquece e di-

vide, no campo político os republicanos, David Canabarro mantém atitudes discretas; e em 1843 é elevado ao pôsto supremo de comandante em chefe do exército farroupilha, que ocupará até ao termo da luta.

E' aí, na fase terrível, quando tudo conspira contra a República, que a figura de Canabarro assume proporções gigantescas. No ano de 1844, enfrentando Caxias, o guerreiro gaúcho tem qualquer coisa de sobrehumano. A sua tenacidade é prodigiosa. A sua energia assombra. O seu tino militar espanta.

Tem pela frente um general de valor, que cautelosamente se prepara para o choque decisivo, que conta com todos os recursos, e que dirige cêrca de 12.000 homens, com oficiais do quilate de Bento Manoel e Chico Pedro: e o guerrilheiro dos pampas é o comandante em chefe de 2.000 farrapos, que na invernia inclemente de 44 se vestem com pelegos; aos quais, narra o "Diário" de Antonio Vicente, até erva falta para o chimarrão do estilo; farrapos, na expressão total da palavra, que de tudo carecem, menos de bravura e de estoicismo. E' verdade que entre êles refulgem ainda espadas que valem exércitos, como Bento Gonçalves da Silva, Neto, João Antonio, Manduca Carvalho, Guedes da Luz, Gomes Portinho, Teixeira Nunes, Antonio Manoel do Amaral, os dois últimos fadados a morrer, à bênção da bandeira tricolor, nos recontros finais da grande pugna.

Terrìvelmente desigual, entanto, a luta. Só uma geração predestinada, como a de 35, a esculpir na história uma legenda, poderia sustentá-la, meses a fio, num exemplo incamparável de sacrifício, de renúncia, de desprendimento, de amor à gleba, e aos seus ideais.

E, entanto, a luta continua! E tão galhardamente se batem, nas canhadas e coxilhas do Rio Grande, os heróis da República, que o Barão de Caxias declara ao seu govêrno que homens de tal porte não serão nunca vencidos pelas armas, e que mais convém com êles transigir, no sentido de uma paz honrosa.

14 de novembro de 1844. No acampamento do sêrro de Porongos, David Canabarro, o chefe incansável, é surpreendi-

do e derrotado por Francisco Pedro de Abreu, mais tarde barão de Jacuí, nas fileiras republicanas conhecido pela alcunha de "Moringue".

Causa estranhesa o fato, tão proverbial era a vigilância do chefe farroupilha. E contra êle se levanta a acusação tremenda de uma feia traïção à República, assacadilha que chegou a infiltrar-se nas páginas da história, mareando a memória de Canabarro. Repeliu-a, de logo, Alfredo Ferreira Rodrigues, pesquizador incansável e emérito, que ensinou a minha geração a amar a glória dos farrapos.

A tese de defesa, do estudioso provecto, não tardava a ficar documentadamente vencedora, rehabilitado o general republicano, que apenas pecara por negligência, nêle inesperada. Uma Dalila provinciana, fazendo-o adormecer no seio perfumoso, comprometera êste Sansão dos pampas...

Aí mesmo, ao pêso da derrota, a individualidade pujante de Canabarro se afirma, sobranceando o minutó de tragédia da sua grande vida.

A surpresa de Porongos se dera quando já havia entendimentos de paz.

Embora não se houvesse assentado nenhuma suspensão de armas, a façanha de Chico Pedro se realizara na vigência de um armistício implícito. No dia seguinte ao da derrota, à frente de 200 gaúchos, perdidos à beira de um sêrro, no município de Piratiní, Canabarro, em ofício de inacreditável altivez, relembra essa circunstância ao Barão de Caxias; e como se podesse supor que os republicanos do Rio Grande, depois do fragoroso desastre, estivessem implorando misericórdia ao Império, Canabarro declarava rôtas as negociações de paz e apelidava os legalistas ao final ajuste de contas, em campo raso!

Caxias, à inspiração de seu patriotismo, responde então ao chefe farroupilha que a paz seria discutida nas bases formuladas anteriormente à surpresa de "Moringue". E assim a paz se fez, com honra e dignidade, nos termos dessa convenção:

1.º — O indivíduo que fôr indicado pelos republicanos para presidente da província e aprovado pelo Govêrno Imperial, passará logo a presidir a Província.

2.º — A dívida Nacional é paga pelo Govêrno Imperial, devendo apresentar-se ao Barão a relação dos credores, para êle entregar, à pessoa ou pessoas para isso nomeadas, a importância a que montar a dívida.

3.º — Os oficiais da República que pelo comandante em chefe forem indicados, passarão a servir no Exército do Brasil nos mesmos postos, e os que quiserem sua demissão ou não quiserem pertencer ao referido Exército, não serão jámais obrigados a servir, tanto em Guarda Nacional como em primeira linha.

4.º — São livres e como tais reconhecidos os cativos que serviram na Revolução.

5.º — As causas civis, não tendo nulidade escandalosas, são válidas bem como todas as licenças e dispensas eclesiásticas.

6.º — E' garantida a segurança individual e de propriedade em toda a sua plenitude.

7.º — Tendo o Barão de organizar um corpo de linha, receberá toda a oficialidade para êle dos republicanos, sempre que assim voluntàriamente o queiram.

8.º — Nossos prisioneiros de guerra serão logo soltos e aqueles que estão fora da Província serão reconduzidos a ela.

9.º — Não são reconhecidos em suas patentes os nossos generais, porém gozarão das imunidades dos demais cidadãos designados.

10.º — O Govêrno Imperial vai tratar definitivamente da linha divisória com o Estado Oriental.

11.º — Os soldados da República, pelos respectivos comandantes relacionados ficam isentos do recrutamento da primeira linha e da Guarda Nacional.

12.º — Os oficiais e soldados que pertenceram ao Exército Imperial e se apresentaram ao nosso serviço, são plenamente garantidos como os demais republicanos."

Antes dela, porém, Rosas, ditador de Buenos Aires, vendo as dificuldades com que lutavam os revolucionários, julgou azado o momento para chamá-los em auxílio de seus interêsses políticos e das suas ambições. E a Canabarro enviou essa proposta:

— "Meus soldados estão prontos para cooperar com os valorosos rio-grandenses. A um aceno cruzarão a fronteira e derrotarão os imperiais. Aceitais êste auxílio, que vos dará a vitória?"

Vêde agora a resposta de Canabarro, — documento que poderíamos gravar em bronze, como a legenda da devoção gaúcha pela, grandeza e pela integridade da Pátria:

— "Senhor:

O primeiro de vossos soldados que transpuzer a fronteira, fornecerá o sangue com que assinaremos a paz de Piratiní com os imperiais, pois acima de nosso amor à República está o nosso brio de brasileiros.

Quisemos ontem a separação de nossa pátria, hoje almejamos a sua integridade.

Vossos homens, se ousassem invadir nosso país, encontrariam, ombro a ombro, os republicanos de Piratiní e os monarquistas do sr. D Pedro II."

As promessas de Rosas envolviam uma ameaça ao Brasil. E é ela que leva mais ligeiro à paz. Dirigindo-se aos seus legionários, na proclamação de 28 de fevereiro de 1845, Canabarro recorda-a:

— "Um poder estranho ameaça a integridade do Império e tão estólida ousadia jámais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será teatro de suas iniqüidades, nós partilharemos a glória de sacrificar os resentimentos criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil".

Que êle era sincero, provou-o em 1851, comandando uma divisão de cavalaria, na guerra contra Rosas. E em 1865, sem embargo da velhice que sôbre êle pesava, defendeu nobremente o Brasil, na invasão paraguaia, até a rendição de Uruguaiana, sendo vítima aí, da injustiça clamorosa de um conselho de guerra, onde apresentou defesa tão convin-

cente de sua ação militar, que os seus levianos acusadores julgaram melhor que um perpétuo silêncio caise sôbre o libelo...

Ao pundonoroso guerreiro doeu fundo a iniqüidade; e amargurado por ela David Canabarro morreu, na fazenda de São Gregorio, em Santana do Livramento, em 12 de agôsto de 1867.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul inicia hoje uma série de conferências públicas, sôbre as grandes figuras do decênio farroupilha. Nas datas que assinalam o nascimento, ou a morte, dos tipos culminantes da República de Piratiní, aquí estará, nesta tribuna, qualquer de nós, cumprindo o dever impreterível de evocar a memória impoluta dos varões egrégios em que a glória do Rio Grande resplandece.

Dever, repito: dever impreterível. Não é digno da vida o povo que esquece as suas tradições, a soma dos esforços e dos sacrifícios que constituem o seu patrimônio moral. A história não é um prazer requintado de eruditos: é a alma imortal do passado projetando luz no futuro das nacionalidades. Não é, não deve ser, gôzo epicurista do espírito: mas a prodigiosa fôrça moral que despertando nas gerações os sentimentos altos e generosos, torna-as maiores, mais homogêneas, mais fortes, para não se apequenarem ante a grandeza olímpica dos seus avoengos. A quem recebe, disse um pensador, cumpre aumentar o legado, para transmití-lo aos que chegam.

Ninguém, senhores, recebeu dos seus antepassados um legado mais opulento e mais belo do que nós: os "farrapos", que nos vem de 35, hão de fulgir eternamente, no armorial dos nossos brazões, como glória puríssima de um povo que deu à sua miséria um sentido divino, traçando com a lança do gaúcho altivo à epopéia imperecível de um decênio de suor e de sangue pela justiça e pela liberdade.

Recordemos, senhores, em comovidas romarias cívicas, a

que os nossos corações estejam presentes, os gigantes do nosso passado. Bem o merecem, êles, os cavaleiros andantes do ciclo farroupilha; e aproximando-nos dos seus túmulos, com a emoção suprema das horas graves e profundas da vida, dêles ouviremos a exortação solene de manter com honra e com coragem as nobres tradições dêste Rio Grande abençoado, que êles fizeram, para todo o sempre, a terra sagrada do heroísmo e da beleza.

Separatismo entre os Farrapos

(Conferencia do sr. Othelo Rosa, em 20 de setembro)

Neste penoso, lento trabalho de rehabilitação da memória do farrapo, a que nos estamos devotando, para imprimir à comemoração que se aproxima um sentido superior, uma das questões que mais nos deve interessar é a do espírito de separatismo, que se atribue aos revolucionários gaúchos de 1835.

Eram separatistas, os farrapos? No movimento, que organizaram e sustentaram, com estóica pertinácia, durante dez anos, inspirava-os e orientava-os uma tendência centrífuga, em relação ao Brasil?

Na proclamação da República de Piratiní, em 1836, e conseqüente declaração da independência do Rio Grande, obedeciam êles a um propósito determinado, certo, de ruptura com a nacionalidade?

Largo tempo, — um século inteiro, — a todas essas perguntas se deu, aquí e alhures, com a displicência de quem repete verdades sabidas, a resposta afirmativa. E o farrapo foi surgindo assim, nas páginas dos nossos compêndios de história, como a figura secundária de um batalhador, rijo e valente, sem dúvida, mas apenas norteado por um sentimento de rebeldia à lei, às normas tutelares da organização social e política de seu tempo, e tão agreste e bravio na sua revolta que por amor dela sufocara no seu íntimo a afinidade racial,

o dever de solidariedade moral, o respeito às tradições comuns do país, o apêgo ao povo brasileiro, que era o seu povo, e que se estava formando, nos lances dramáticos de uma consciência coletiva que se atirava para o futuro, na conquista de seu lugar ao sol, entre expansões, empolgantes de sacrifícios e de coragem.

Esqueciam-se e esquecem-se, entretanto, os qus aderem a essa tese do separatismo farroupilha, de explicar, tanto quanto necessário, as suas origens e as suas causas.

Porque eram separatistas, os riograndenses de 35? A sua indiferença, quiça hostilidade, pela Nação em que estavam integrados não poderia nascer improvisamente, de um impulso ocasional. Seria mistér descobrí-la, constatá-la, acompanhá-la na sua gênese e na sua evolução; vê-la infiltrar-se, espraiar-se no espírito da época, dominando enfim, de forma decisiva, a vontade da gente continentina, que em armas se levantou contra o Império, em uma unanimidade quasi perfeita.

Que era entretanto, o gaúcho do decênio heróico? Próximo, límpido, direto descendente do velho e bom sangue português, vinculado assim, ètnicamente, à raça que povoava o Brasil. No seu primeiro, e escasso, século de vida, de 1737 a 1835, fôra parte integrante da comunhão brasileira, identificado com ela nas suas lutas, nos seus sofrimentos, nos seus anseios, nas cuas aspirações. Nas planuras e coxilhas dos nossos pagos, vigilante e destemeroso, montára guarda às nossas fronteiras, intervindo em todos os litígios e prélios, ombro a ombro com as milícias luzitanas, antes, e depois com os soldados mineiros, paulistas, baianos, com o pelejador brasileiro em suma, com o qual se confunde e se irmana, na tragédia dos campos de batalha, num batismo sagrado de sangue e de amor pela terra imensa e fecunda do Brasil.

No episódio culminante da evolução nacional, que é a independência, em 1822, aonde está o gaúcho? Está com a raça que desponta, plena de fôrça e de esperança, no deslumbramento de uma natureza que é um eterno aceno à vida, à atividade criadora.

Na terra do Rio Grande, esta nesga abençoada do terri-

tório brasileiro, tão aceitosa e tão linda que Deus, ao fazê-la estava decerto sorrindo, na frase sugestiva de cronista antigo, o que se vê, em 1822, é uma afirmação esplêndida de nacionalismo, de elevação cívica, de entusiasmo patriótico. Quando os brasileiros no júbilo santo dêsse minuto redentor, alteiam os seus corações, em harmonia com êles vibra e palpita o coração do gaúcho!

Feita a independência, constituída a Nação, o rio-grandense permanece modelarmente fiel à terra e à gente, e não recusa, em seu benefício, nenhum sacrifício que porventura dêles se exija.

Examinai as páginas da nossa história e através delas o divisareis, na paz como na guerra, trabalhando e pelejando pela consolidação da Pátria nascente. Mais do que isso, vereis os rudes e leais continentinos suportando com heróica resignação, os mil, penosos encargos que sôbre êles pesam, e ainda as injustiças de um govêrno central que os desdenha, e não raro os humilha.

São os exageros de uma centralização desavisada e ferrenha; a iniqüidade de um regime tributário, de odiosa exceção; o abandono em que jaz a Província, sem estradas, sem escolas, sem serviços públicos organizados, rudimentalmente siquér; o descaso da Monarquia a todos os apêlos, a todos os reclamos, a todas as advertências; a ingratidão clamorosa e pública com que vê retribuído o seu esfôrço; as demasias de um absolutismo inconciliável de todo com as tendências democráticas, geradas nas condições de vida e de ambiente, e ainda com um nobre, pundonoroso sentimento de liberdade, de respeito a si próprio, de altivez e dignidade individual, que o gaúcho adquirira e fortalecera, no trato constante com o perigo, em derredor dos fogões, na simplicidade espartana de seus ranchos; nos descampados das suas estâncias; ou no tumulto dos entrevêros heróicos: são êsse, em quadro incompleto, os motivos que levam os homens do Continente de S. Pedro, exgotada a sua capacidade de sofrimento, quando transborda o seu cálice de amargura, a reivindicar os seus direitos conculcados, as suas prerogativas esquecidas. Reivindicar contra quem? Contra o Brasil?

Não. Contra a monarquia, onde estava, para êles, a origem extrema do mal. E, por isso, êles se fazem republicanos. Contra a centralização, em que enxergam a causa primacial dos erros administrativos acumulados. E, por isso, lògicamente, êles se fazem os defensores da idéia federativa.

— Nesse binômio — República e Federação — está o grande anseio do farrapo, o seu luminoso ideal de liberdade e de justiça.

Discute-se, é verdade, e nega-se mesmo, a aspiração republicana, em figuras centrais da revolução farroupilha, como, para citar a maior de todas, o general Bento Gonçalves. E' preciso, porém, não esquecer, que o legendário chefe era um oficial do Exército, forçado pela própria posição a esconder os seus pendores, sob pena de tornar inútil todo o trabalho de propaganda e de aliciação e até de comprometer e sacrificar os seus companheiros de jornada. Não há conspiração que se possa organizar à luz do sol, deixando ao inimgo, que é o Poder, o detentor da fôrça material, o flanco aberto, para que êle esmague a tentativa, e faça da impiedade, do rigor da repressão, um elemento novo de fôrça. Valho-me, no passo, de judiciosos conceitos do meu ilustre confrade, Florencio de Abreu, antigo presidente dêste Instituto:

"As verdadeiras causas, porém, vimos, eram de ordem geral e mais graves: deitavam raízes profundas na conciência republicana do Rio Grande. Todavia, os chefes do movimento julgaram prudente não descobrir desde logo os intuítos definitivos da rebeldia, afim de captar o apôio de liberais menos afeiçoados à república. Essa parece a verdade, e tanto mais nos convencemos que assim fôra, quando é certo que a Câmara Municipal de Jaguarão, ao secundar a proclamação de Netto, elegera o próprio Bento Gonçalves presidente da República, sem prévia consulta, como si secreto entendimento houvesse entre os homens da revolução. E' que a Câmara motivos deveria ter de sobra para obrar com tal desembaraço a decisão, pois não nos devemos esquecer que era a fronteira de Jaguarão o teatro da atividade militar e política de Bento Gonçalves, que a comandava.

Razão tivera Limpo de Abreu, o perspicaz ministro da justiça do Império, quando, em ofício de 26 de dezembro de 1835, advertia a Araujo Ribeiro, presidente da Província, de que — "as verdadeiras causas da sedição estão ainda encobertas por "véo misterioso", e que reconhecê-las e explicá-las é de absoluta necessidade" — Sim: havia, sem dúvida, um mistério: êsse mistério era a República".

Procedente o assêrto, a meu ver. E atentemos para êste fato, de importância decisiva: em 1832, três anos antes da revolução, Bento Gonçalves e o dr. Marciano Ribeiro trocavam correspondência íntima, e no texto dessas cartas, já publicadas, em que diziam claramente o seu pensamento, declaram-se republicanos, e tratam de assuntos atinentes ao partido republicano, que já existia, portanto, no Rio Grande do Sul.

E' significativa, é esclarecedora, a circunstância da existência de uma agremiação política, de tendências republicanas, anteriormente ao surto revolucionário; ela explica muitas confusões aparentes, como o demonstrou Souza Docca em seu trabalho — "A ideologia federativa na cruzada farroupilha".

Tendo sido brasileiros até 1835, em uma afirmação de nacionalismo que não fraqueara ante nenhum sacrifício, ante provação nenhuma, porque se tornariam os rio-grandenses, de inopino, hostís ao seu país e à sua raça? A ação revolucionária, que êles desencadêam, não é anti-brasileira: é anti-monárquica, é anti-centralizadora, como é fácil verificar acompanhando, à luz de documentos irrefragáveis, a expressão genuína das suas intenções e da sua vontade.

Proclamaram a República: era o meio natural, de que lançaram mão, para realizar a sua idéia, central e dominante de um regime federativo no país. Proclamada, porém, a República, qual é o seu primeiro ato? O apêlo às Províncias irmãs, às Províncias do Brasil, no sentido de adotarem o mesmo sistema de govêrno, e federarem-se. E é êsse desejo de união com o resto do Brasil que fará com que os farroupilhas não cessem, durante o decênio, de se aproximarem das Províncias, numa tentativa teimosa de expansão das suas idéias,

orientadas sempre para a nacionalidade. E assim êles, mais de uma vez, aparecerão em Lages; invadirão Santa Catarina; manterão entendimentos com os liberais de S. Paulo e Minas Gerais.

Observe-se ainda que, em todo o movimento revolucionário, como figuras de máxima responsabilidade, ao par de toda a trama, de todos os objetivos, intervém numerosos cidadãos das outras províncias do Império.

Domingos José de Almeira, o estadista da revolução de 1835, o seu legislador prudente e austero, era mineiro; mineiro era também José Pinheiro de Ulhôa Cintra, o valente jornalista liberal, ministro de Estado da República, mais tarde seu ministro plenipotenciário; e era de Minas Gerais o dr. Marciano Pereira Ribeiro, amigo de Bento Gonçalves, "leader" do partido republicano, que duas vezes exerceu o govêrno da Província, em nome da revolução.

Entre os generais da República, está êsse galhardo oficial, João Manoel de Lima e Silva, tio do Duque de Caxias, fluminense que iria morrer, em terras do Rio Grande, como um paladino da democracia. E era carioca o major José Mariano de Mattos, um dos vice-presidentes da República de Piratiní e seu ministro da Guerra, brasileiro de tão bom quilate que o veremos mais tarde, em 1864, ministro da guerra do Império.

O temível agitador, padre José Antonio Caldas, era, um nortista, condenado à morte na revolução de 1824, e que está na história do decênio, como um traço de ligação entre a revolta do sul e as revoltas do Norte, acentuando o caráter nacional que as aproxima e nivela. E no sacerdócio riograndense, de tanta influência na preparação intelectual do movimento farroupilha, encontramos, entre outros, um mineiro, o padre Antonio Pereira Ribeiro, e um paulista, o padre Sebastião Pinto do Rego, Vicente José da Silva França, o célebre juíz de paz, um dos autores da representação sôbre a posse do presidente Araujo Ribeiro, era catarinense, como de Santa Catarina era também José Manoel Leão, coronel de legião, que morreu em 1839, pelejando pela República.

Será crível, será admissível, que êsses homens, e outros

muitos, se integrassem em um movimento separatista, que ameaçava assim as Províncias de que eram naturais? Não. Êles sabiam bem que não era essa a verdadeira orientação dos farrapos. À sombra da gloriosa bandeira republicana todos êles se sentiam bem, porque, atentai nisso, senhores, a bandeira da república de Piratiní, hoje a bandeira do Rio Grande do Sul, é o único símbolo estadual que mantém e conserva, o verde e o amarelo, as duas côres nacionais, as duas côres emblemáticas do Brasil...

Encerremos o comentário. Provemos a tese com a autoridade suprema dos documentos. E êles demonstrarão nos farrapos, em todos os momentos, e por todos os seus órgãos de expressão legítima, a persistência de um ideal federativo, que não exclue o Brasil, antes compreende e envolve o Brasil. Em novembro de 1836, logo após a proclamação da República, a Câmara Municipal de Piratiní, a legendária Piratiní, exprime e traduz o pensamento dos gaúchos, nestas palavras expressivas:

— "declara-se a província desligada da obediência que devia ao govêrno do Brasil, elevando-a à categoria de Estado livre, constitucional e independente, com a denominação de — Estado Riograndense —, podendo ligar-se por laços federativos àquelas Províncias do Brasil que adotarem o mesmo sistema de govêrno e quiserem se federar a êste Estado".

Aí está, completo, um programa político: a declaração da independência do Rio Grande como um meio, necessário, inevitável, de chegar-se à República e a federação, as aspirações maiores dos farroupilhas. E para essa federação há sempre uma cláusula expressa, terminante: que ela se faça com — Províncias do Brasil.

Não ignora ninguém que as Câmaras Municipais, naquele tempo, eram as autênticas intérpretes do pensamento popular, geral. E a Câmara de Alegrete, em 1837, reitera o compromisso da de Piratiní, em termos quasi idênticos:

— "a Província do Rio Grande deve constituir-se em Estado livre, constitucional e independente, com a denomi-

nação de Estado Riograndense, podendo ligar-se por laços de federação às Províncias do Brasil que, como é de esperar, vierem a adotar a mesma forma de govêrno, querendo elas esta união".

Ouçamos, no ano seguinte, em 1838, a palavra de Bento Gonçalves, a encarnação maior da alma da gente continentina, o chefe dos chefes da revolução, no seu manifesto de 29 de agôsto:

— "Perdidas, pois, as esperanças de concluirem com o govêrno de S. M. Imperial uma conciliação fundada nos princípios de justiça Universal, os Rio Grandenses, reünidas as suas municipalidades, solenemente proclamaram e juraram a sua Independência Política, debaixo dos Auspícios do Sistema Republicano, dispostos todavia a se federarem, quando nisso se acordem as Províncias irmãs que venham adotar o mesmo sistema".

Antonio de Souza Netto, o preclaro general, que proclamou nos campos de Seival a República rio-grandense, decretando assim, num relance épico da sua espada, a independência da Província, o seu desligamento do Império; Antonio Netto, indicado como o maior separatista, correndo mesmo sôbre êle a versão de que não se conformara com a paz, o que não é exato, pois que êle assinou a ata de Poncho Verde, de 25 de fevereiro de 1845; Antonio Netto define eloqüentemente o seu ponto de vista em memorável proclamação, de 24 de julho de 1839, em que pergunta: "— Que resta pois ao Brasil? Como salvar-se?"

A essa grave interrogação é o próprio Netto que responde:

"— Um só meio se antolha, o reconhecimento da independência rio-grandense, — ou melhor, a Federação das Províncias, única maneira de manter um centro de União no malfadado Império de Santa Cruz; prescindir dêstes princípios, é promover completa ruína a esta bela porção da América".

Mas é ainda Bento Gonçalves, o expoente magno da revolução, que nos vai dizer a palavra decisiva, em 1840, na

carta que escreveu ao marechal Menna Barreto, sôbre propostas de paz em estudo.

Vêde, senhores, como é um nobre, puríssimo sentimento de brasilidade, que vibra nos conceitos admiráveis do patriota insígne:

"A questão é de princípios e não de interêsses. Fez-se a revolução para garantir os direitos e liberdades do Rio Grande, conspurcados pelo Império, depois de 7 de abril. Pensais, com os malsinadores, que me puz à frente da revolução para fazer fortuna? Quão pouco me conheceis! Tenho empobrecido com a guerra. Esta não é de interêsses, disse e repetirei à saciedade; tem um alto objetivo e, conseguintemente, não há de ser com a fôrça, nem com a fraude, que a ultimareis, na medida em que alguns o almejam; a traïção da ilha do Fanfa e suas conseqüências assaz vos tem provado o contrário. A guerra que sustentamos, não é guerra de capricho; mas uma guerra de princípios; e a garantia dêsses princípios é uma consideração "sine qua non". Uma opressão acintosa pesava sôbre o povo Rio-grandense; a influência lusitana, que devia acabar com o glorioso 7 de abril, dominou por toda a parte. Empunhamos as armas para resistir à opressão. — Não tínhamos então idéia de mudar a forma de govêrno estabelecido, mas atrocidades e violências praticadas pelo govêrno do Império, seus agentes e delegados, nos forçaram a proclamar a Independência; quer antes, quer depois dêste ato, combatemos sempre pelos princípios, isto é, por uma verdadeira liberdade, não sòmente de direito, mas também de fato. Como desistiremos da luta, sem salvar êsses princípios? Dizeis que não perderemos nossos postos, que serão conservados e mesmo se nos darão meios suficientes de subsistência? Já vos respondí, e repito, que a nossa questão é de princípios, e não de interêsses individuais. — Dizeis que ficaremos restabelecidos na grande família brasileira? Nem eu, nem os rio-grandeses desejamos desligar-nos absolutamente do Brasil. A mesma religião, a mesma linguagem, mesmos usos, mesmos costumes, vínculos de sangue, laços de amizade, e finalmente as mais ternas simpatias inclinam o nosso coração a favor de um povo que

consideramos irmão. Gozando de absoluta independência a respeito de nossos negócios internos e peculiares, não duvidariamos, quanto ao mais, em submeter-nos a um govêrno geral, que velasse sôbre o bem e interêsses da União".

Acompanhemos agora os farrapos em momento empolgante da luta. Reüne-se, afinal, em 1842, em Alegrete, vencidos mil obtáculos e tropeços, a Assembléia Constituinte, o poder legislativo que vai consubstanciar em um corpo de lei a ideologia farroupilha, que vai gravar nos artigos de uma Constituïção os princípios políticos e sociais que inspiraram o movimento.

Bento Gonçalves, presidente da República, na sua Fala solene aos representantes do Rio Grande do Sul, tem essa eloqüente, fulgurante afirmação:

— "Banida a realeza da terra de Santa Cruz, nos havemos de unir por estreitos laços federais à magnânima Nação Brasileira, a cujo grêmio nos chama a natureza e nossos mais caros interêsses".

E o que responde a Assembléia, o conclave magnífico dos intérpretes da opinião gaúcha? Isto senhores, que vale tudo:

— "Raie então um dia de glória, em que possa verificar-se a lisongeira idéia de nossa união à grande família brasileira, pelos laços da mais estreita federação".

Aí tendes, senhores, o separatismo dos farrapos: depois de sete anos de luta sangrenta, homérica, o general e os deputados da República de Piratiní, na hora grave em que se reünem para definir em bases de direito as suas tendências espirituais, voltam corações e olhos para êsse Brasil imenso, renovando a esperança de com êle ficarem. Combatiam um govêrno, opressor e violento; não combatiam à Nação, que êles chamam de grande e magnânima!

Eu não tenho, neste instante, o mêdo de repetir-me. Não me traz a essa tribuna uma preocupação retórica: traz-me o desejo de elucidar um tema. Esclarecê-lo, menos com interpretações, que poderiam acoimar de apaixonadas, ou ilógicas; mas com o argumento irrespondível do documento e do fato.

Em 1844, Rosas, o ditador de Buenos Aires, vendo as incríveis dificuldades com que lutavam os farrapos, a sua penúria, a sua miséria, e não conhecendo a têmpera de aço dêsses homens singulares, propõe-se a auxiliá-los, invadindo o Brasil com fôrças argentinas para combater os imperiais. Foi então que os republicanos transformaram em legenda a sua pobreza, fizeram de seus "farrapos" um símbolo incorruptível de civismo e de glória. Aí está, na grandeza da sua simplicidade, a carta de David Canabarro:

"Senhor: O primeiro de vossos soldados que transpuser a fronteira, fornecerá o sangue com que assinaremos a paz de Piratiní com os imperiais, pois acima de nosso amor à república está o nosso brio de brasileiros.

Quisemos ontem a separação de nossa pátria, hoje almejamos a sua integridade.

Vossos homens, se ousassem invadir nosso país, encontrariam, ombro a ombro, os republicanos de Piratiní e os monarquistas do senhor Dom Pedro II".

Não é tudo, ainda. No mesmo ano de 1844, o coronel Manoel Lucas de Oliveira, ministro da guerra da República de Piratiní, dirige a numerosos cidadãos paulistas um fervente apêlo para que S. Paulo venha, federativamente, unir-se ao Rio Grande do Sul. E' para o Brasil que se voltam sempre os farrapos! E êles o provarão soberbamente, na paz de 1845. O último documento do decênio, a última vibração da voz augusta do farrapo nas coxilhas gaúchas, é um grito de nacionalismo, uma expressão do seu amor pelo Brasil. E' a proclamação de David Canabarro, então comandante em chefe do exército republicano:

— "Concidadãos! Competentemente autorizado pelo Magistrado civil a quem obedeciamos e na qualidade de Comandante em chefe, contando com a unânime vontade de todos os oficiais da fôrça de meu Comando, vos declaro que a guerra civil que há mais de nove anos devasta êste belo país está acabada. A cadeia de sucessos porque passão todas as revoluções tem transviado o fim político a que nos dirigiamos, e hoje a continuação de uma guerra tal seria o ultimatum da destruïção e do aniquilamento de nossa terra. Um

poder estranho ameaça a integridade do Império e tão estolida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será teatro de suas iniqüidades, nós partilharemos a glória de sacrificar os resentimentos criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil".

Senhores:

A reünião de hoje, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, é um ato de reparação. Queremos, todos nós, que dentro desta casa vivemos no culto quotidiano das tradições da nossa terra e da nossa gente, articular as razões fundadas e lógicas por que recusamos a tese do separatismo farroupilha. Consideramos a argüição improcedente e injusta, em face dos documentos e das provas, que exibí. E é tempo, senhores, de limpar dessa mácula a memória do farrapo. Comemorando o centenário da revolução de 35, com a intensidade cívica que nos é inerente queremos fazê-lo com a serenidade de espírito que nos vem da certeza de que estamos, os homens de hoje, no Rio Grande, dentro do idealismo soberbo, que foi o apanágio dos homens de ontem, e que lança as suas profundas raízes na devoção, no amor ao incomparável patrimônio moral da raça brasileira.

Não fomos, em 1835, nem seremos, em 1935, o filho pródigo, arredio da casa paterna, deslembrado dos invioláveis deveres assumidos com a Pátria. Antes, senhores, no fogão do gaúcho, aceso num galpão de estância, ou na linha sinuosa de uma coxilha, viveu sempre, e sempre palpitou, a imagem divina dessa Pátria, pela qual o rio-grandense tanta vez morreu, olhando bem de face os céus azues, tranqüilos, magestosos, que cobrem o Brasil todo.

No drama da consolidação da unidade nacional não foi nunca, o gaúcho, um elemento negativo. Ao contrário, êle foi, êle é, êle será, dessa obra magnífica, operário pontual e desprendido.

Façamos da hora da glorificação, a hora da justiça. E' justiça, e apenas justiça, que do fundo de seus túmulos os farrapos nos pedem.

Não lha recusemos senhores: seria uma impiedade, derivante de um êrro tremendo e inexcusável.

Façamos-lhe justiça, como a fez Olavo Bilac, o grande poeta da nacionalidade, na beleza destas palavras:

— "Farrapos!... Êsse nome, criado pelo desprêzo, foi nobilitado pela glória; a inevitável glória da justiça do tempo transformou o epíteto injurioso em título de suprema honra. Eram desgraçados, sim, eram pobres, eram maltrapilhos, aqueles guerreiros que, para não morrer de fome, contentavam-se com um bocado de carne crua: acampavam e dormiam ao relento, com a face voltada para as estrêlas; não tinham dinheiro, nem uniforme, e não podiam renovar as botas e os ponchos que o pó das estradas, as balas, as cutiladas, as chuvas estraçalhavam e apodreciam; — mas presavam o seu nome de "Farrapos", e tinham o orgulho da sua pobresa: — e eram mais ricos assim, possuindo apenas o seu cavalo, a sua garrucha, a sua lança e a sua bravura...

Cenobitas da religião cívica, anacoretas da guerra, vivendo no imenso e fulgurante ascetério do pampa, êsses primeiros criadores da nossa liberdade política não olhavam para si: olhavam para a estepe infinita que os cercava, para o infinito céu que os cobria, — e nesses dois infinitos viam dilatar-se, irradiar e vencer no ar livre o seu grande ideal de justiça e de fraternidade!".

Parecer dos srs. Darcy Azambuja e Othelo Rosa sôbre a „História da Grande Revolução", do dr. Alfredo Varela.

Publicamos a seguir a carta que recebemos do escritor L. F. Castilhos de Goycochêa e o parecer sôbre a mesma mandado lavrar pelo Instituto.

CARTA

"Rio, 23 de julho de 1934 — Exmo. Sr. Professor Dr. Eduardo Duarte. — Pôrto Alegre.

Meu caro Professor — Saüdações cordeais.

Logo de minha chegada escrevi uma pequena carta agradecendo a remessa das publicações do Museu. Reitero agora os agradecimentos e volto a escrever-lhe para assunto que diz com a nossa terra, isto é, com a história do Rio Grande.

A idéia de lhe escrever foi sugerida por um artigo de Souza Doca, no "Jornal do Comércio", de ontem, rebatendo afirmativas do dr. Alfredo Varella, na "História da Grande Revolução".

E' uma grande pena que essa publicação tenha sido feita pelo Tesouro do Estado sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual, creio, o senhor é membro, porque essas credenciais quasi que oficia-

lizam as teses defendidas pelo autor, teses falsas de "separatismo" e "castelhanismo" — Contra toda a argumentação de Souza Doca, de Alencastre, de Borges Fortes e minha, vem logo a citação da obra do dr. Varella acompanhada da declaração de que é publicação oficiosa...

Será possível que o venerando Instituto aceite as aludidas teses?

Não; não creio. Não creio porque todos os documentos publicados sôbre a epopéia dos Farrapos desmentem isso. Não creio porque nunca soube de fato ou de simples indício de que na terra pampeana se houvesse cogitado, sériamente de separação. Um ou outro caso isolado de ideal separatista não pode servir para um argumento a ser tido em conta.

Quando menino ouvi falar em um clube que teria existido em Cachoeira e no qual o separatismo era a bandeira de combate. Agora, soube que o dr. Bozano, morto gloriosamente em 1932, era separatista vermelho. Além disso, só na obra do dr. Varella há referência a êsse desejo de romper o Rio Grande a ligação com o Brasil.

Ignorarei qualquer episódio que permita atribuir ao gaúcho essa aspiração?

Como sabe o ilustre mestre, acabo de percorrer todo o território do Estado — ou quasi todo — sem ter ouvido uma referência a isso. Rio Grande, Pelotas, Pôrto Alegre, Caxias, Montenegro, Santa Maria, São Leopoldo, Alegrete, Itaquí, Uruguaiana, Lavras, Santana, Bagé e Arroio Grande foram por mim visitadas, tendo conversado em todas essas cidades com o que elas teem de mais representativo na política, na administração, nas armas, nas letras, na indústria, e no comércio. Em muitas delas falei com parentes meus, ìntimamente, de coração aberto, como aliás, sempre falam os gaúchos. De nenhum, de ninguém, ouví referência, por mais cega que fôsse, à separação.

Porque, pois, consentir, quem tem responsabilidades, na universalização da falsa afirmativa?

Penso que o Diretor do Arquivo Histórico, o pesquizador incansável do nosso arquivo, o historiador ilustre, pode

e deve encabeçar um movimento no seio do Instituto Histórico, no sentido de desautorizar a tese defendida pelo dr. Varela, declarando pública e solenemente que o fato de ter sido a publicação da "História da Grande Revolução" feita sob os seus auspícios e à expensas do Tesouro, não importa em aceitar-lhe os conceitos.

Vivemos tão malsinados — porque desconhecidos — que é patriótico qualquer trabalho no sentido de mostrar quem somos e como somos.

Si fôssemos separatistas já teriamos conseguido o nosso ideal; si fôssemos acastelhanados já teríamos acastelhanado o resto do Brasil — Não somos, porém, nem uma e nem outra cousa. Faz-se, mistér, portanto, que isso seja dito alto, bem alto, de forma a ser ouvido por todos, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, por nacionais e estrangeiros, por sábios e ignorantes, por inimigos e amigos.

Somos brasileiros de origem lusitana, com todas as qualidades do tipo resultante da fusão do melhor português, do melhor silvícola americano e do melhor brasileiro. Refiro-me ao açoriano, ao guaraní e ao mameluco paulista.

Falamos o melhor português falado no Brasil.

A propósito consinta que lhe transmita uma observação feita em Santanna — Rivera. Nessas cidades tudo é comum: as ruas, o comércio, a religião, os costumes, e até o dinheiro. Só a língua é diversa. Nem o português é falado em Rivera e nem espanhol é usado em Santana.

Não obstante isso, o dr. Basilio de Magalhães ainda não se retratou do que avançou sôbre nós e o dr. Alfredo Varela obtem credenciais oficiais para ir à Europa, como historiador, pesquizar arquivos...

O dr. Basilio de Magalhães é mineiro, vive em São João del-Rey, não conhece o Rio Grande do Sul; o dr. Alfredo Varela, porém, é gaúcho, gaúcho lídimo, da linha fronteriça, a arena em a qual, o luzitano e o castelhano, a ferro e fogo estabeleceram suas lindes de dominação.

E' o que eu tinha a dizer, hoje, ao prezado amigo, cuja lembrança me é tão grata.

Espero que o meu apêlo não seja desprezado e que não

seja desdenhada a declaração que lhe faço da minha grande estima e admiração. (ass.) Castilhos Goycochêa".

UM PARECER

(Esta carta foi aos srs. dr. Darcy Azambuja e Othelo Rosa para fins de parecer).

O parecer é do teor seguinte:

"Sr. Presidente do Instituto Histórico.

Os infrascritos designados por v. ex., para emitir parecer sôbre o assunto da carta dirigida ao "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul" pelo dr. L. F. de Castilhos Goycochêa, vêm desobrigar-se da incumbência recebibida.

A questão em seus termos exatos é a seguinte:

O dr. Alfredo Varela, ilustre sócio correspondente dêste Instituto, e provecto historiador riograndense, publicou no ano transato a obra em 6 volumes — "História da Grande Revolução", que traz, no rosto esta anotação:

— "Edição comemorativa do centenário — Estampada sob os aupícios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e a expensas do Govêrno do Estado".

Ocorre que, nesse trabalho o dr. Alfredo Varela não só sustenta a tese de que predominavam, entre os farroupilhas, idéias separatistas, como ainda a de uma decisiva influência castelhana na gênese e evolução do movimento revolucionário de 1835.

E porque, em debates públicos, se tenha afirmado que as aludidas teses do dr. Alfredo Varela, traduzem o pensamento desta casa, que estampou, sob os seus auspícios, o livro que as contém, o Instituto é solicitado a declarar si o fato de haver patrocinado a publicação da "História da Grande Revolução", implica na sua solidariedade aos pontos de vista emitidos e sustentados pelo autor, maximé no tocante ao "separatismo" e ao "platinismo".

Duas considerações, sòmente são suficientes para dirimir de todo a controvérsia.

A finalidade precípua do Instituto é promover e patro-

cinar a divulgação de estudos históricos; e não é siquer admissível a hipótese de que o fizesse a todos êles enquadrando em orientação determinada e certa. Entre os seus sócios há correntes que divergem em derredor de alguns temas de história; e, não raro, opiniões isoladas, individuais, nem por isso menos dignas de acatamento e de aprêço. A função do Instituto é precisamente essa: favorecer a divulgação de todas as opiniões, submetê-las à discussão e à crítica, afim de que a análise-histórica se processe em um ambiente arejado, superior, extreme de preconceitos.

Sendo assim, está excluída a idéia de uma adesão do Instituto aos conceitos dos livros e trabalhos, cuja publicação estimula, e que insere nas próprias páginas de sua "Revista", salvo quando êles se revestem de uma improcedência manifesta, ou de uma documentação viciosa ou imprópria.

A "História da Grande Revolução", do dr. Alfredo Varela, é obra de indiscutível valor. Recusando-se, embora, a legitimidade de algumas de suas conclusões, praticar-se-ia injustiça notória negando a êsse extenso trabalho, copiosamente documentado, produto de uma notável dedicação ao estudo de nosso passado, o lugar que inquestionàvelmente lhe compete entre os estudos de história riograndense. E êsse fato, aliado à qualidade de nosso consócio que frue o dr. Alfredo Varela, justifica perfeitamente o ato do Instituto, colocando sob os seus auspícios a publicação da obra, sem a preocupação de sua anuência, no todo ou em parte, às doutrinas do escritor.

Em referência à debatida tese do separatismo, nenhuma dúvida pode existir, quanto à orientação do Instituto. Naquelas publicações, que envolvem a responsabilidade da casa; nas suas solenidades e comemorações; na palavra de seus intérpretes oficiais, o Instituto tem reiterada e sistemàticamente negado o seu apôio a essa opinião, exposada pelo dr. Alfredo Varela, de que houvesse, no espírito dos revolucionários de 1835, a idéia da separação do Rio Grande do Sul, da comunhão nacional.

Ao envês, tem reivindicado para os farroupilhas a in-

tegridade de um alto sentimento de brasilidade, sustentando que os dirigiu uma ideologia republicana-federativa, e que a proclamação do Seival, e a conseqüente independência da Província foi apenas um meio e não um fim.

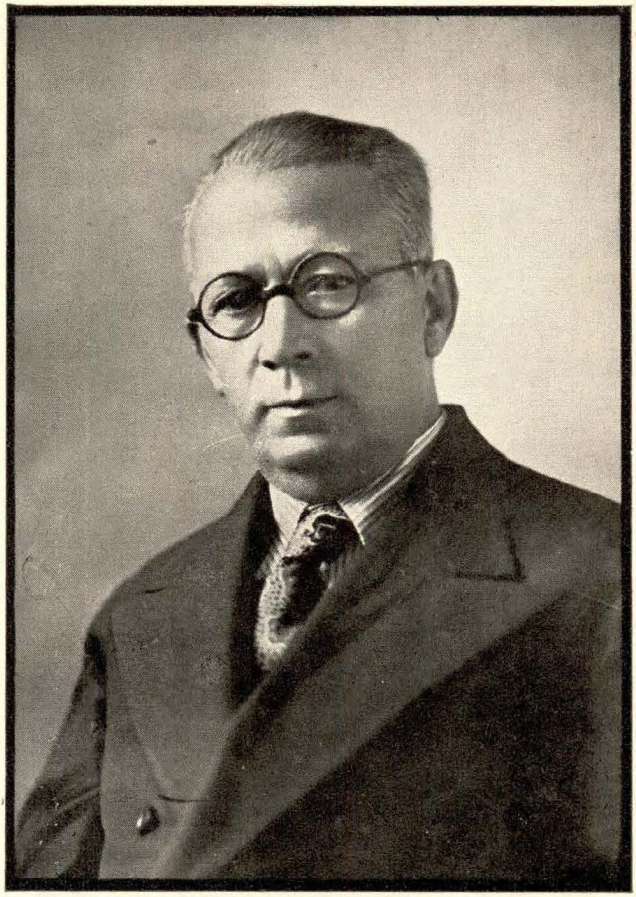
Ocorre ainda notar que, neste passo, a orientação pessoal da quasi totalidade dos sócios do Instituto não é diferente. Pelo menos, os que têm publicado trabalhos de qualquer ordem, sôbre o tema — excepção feita do dr. Alfredo Varela — não manifestaram discrepância nenhuma.

Isto posto, concluímos:

a) — O "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", patrocinando a edição da "História da Grande Revolução", do dr. Alfredo Varela, ateve-se exclusivamente ao mérito da obra, sem dar a sua solidariedade intelectual às idéias preferidas pelo autor;

b) — no tocante ao separatismo dos revolucionários riograndenses de 1835, em manifestações anteriores e inequívocas havia o Instituto afirmado o seu pensamento, contestando-o e negando-o, o que envolve também a recusa da influência platina no movimento farroupilha, nas condições e com a amplitude com que a admite o conspícuo historiador, dr. Alfredo Varela.

Pôrto Alegre, 12 de setembro de 1934. — (ass.) Darcy Azambuja, Othelo Rosa".



Dr. Eduardo Duarte

Eduardo Duarte

(Pela Comissão organizadora da homenagem)

No dia 12 de maio do corrente ano completou 35 anos de bons serviços prestados ao Estado e, também, às letras pátrias o dr. Eduardo Duarte. Por êsse motivo, comemorando tão justo jubileu, quis o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul prestar ao infatigável e benemérito pesquizador e historiador as homenagens a que fez jus o ilustre consócio, em uma sessão solene, pública, efetuada na sala de conferências da Biblioteca Pública do Estado.

O que foi a vida do ilustre homenageado durante êsses 35 anos da mais intensa atividade, diz-nos a seguinte nota publicada na imprensa de Pôrto Alegre:

"Trinta e cinco anos faz hoje, 12 de maio de 1934, que o dr. Eduardo Duarte ingressou no funcionalismo público. Trinta e cinco anos de um labor contínuo em benefício, sempre, do Rio Grande do Sul, a quem serve com amor e beneditina dedicação.

Foi em 1899, a 12 de maio, que o ilustre rio-grandense ingressou no funcionalismo, após um concurso feito nesta cidade de Pôrto Alegre, como professor em Alfredo Chaves.

PROFESSOR E FUNCIONÁRIO

Como professor, cabe-lhe a glória de ter sido, dentre muitos outros vultos de destaque hoje, o alfabetizador de Mansueto Bernardi, diretor, atualmente, da Casa de Moeda.

Em 1916 entrou o dr. Eduardo Duarte para o Arquivo Público na qualidade de cartorário, e em 1919, sendo diretor do Arquivo o dr. Florencio de Abreu, foi o nosso historiador incumbido de organizar o Arquivo Histórico do Rio Grande, trabalho que executou com o maior cuidado e desvêlo.

Daí por diante, subindo sempre, chegou ao pôsto de diretor do Arquivo Histórico do Estado cargo êsse que ainda ocupa, e no qual vem prestando os mais relevantes serviços à história, ainda tão desconhecida, dêste nosso torrão gaúcho.

Essa a carreira de funcionário do benemérito patrício dr. Eduardo Duarte.

Como intelectual, como historiador emérito, verdadeiro dicionário vivo de nossa história, produziu o dr. Duarte grande número de obras de incontestável mérito e valor inestimável.

O HISTORIADOR

Entre elas podemos contar os 24 volumes da **"Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul"**, e em especial os n.° 7.° dedicado ao centenário da Independência do Brasil, e 15-16, dedicados ao centenário da imigração alemã em 1924. Não menos preciosos, porém, são os demais números cuja coleção é, hoje, imprescindível na estante de todos os estudiosos dos fastos da história regional.

Publicou, além disso, o dr. Duarte, duas outras obras de grande valor, a coleção, fotolitografada, do jornal **"O Povo"**, e mais a do **"Mensageiro"**, **"Americano"** e **Estrêla do Sul"**, todos êles farrapos, e está agora, cogitando da publicação de uma outra coleção, a do jornal caramurú **"O Liberal"**, que foi publicado na vila do Rio Grande, completando, dêsse modo, a mais preciosa coleção de jornais sôbre o glorioso decênio farroupilha.

Em 1920, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. No número de seus fundadores figura Eduardo Duarte que foi eleito em seguida, seu secretário, cargo que também ainda hoje ocupa e no qual prestou e presta os mais relevantes serviços à egrégia instituïção.

A Revista do Instituto, fundada em 1921, desde 1924 conta o dr. Duarte entre os seus redatores e, sem favor o que por ela mais tem trabalhado. Inúmeros são os seus trabalhos publicados nessa revista, destacando-se, entre êles, **"Os canhões de Garibaldi"**, **"Poetas da grande revolução"**, **"Garibaldi, Rosseti e Zambicari"**, entre vários outros.

Em 1919, formou-se o dr. Duarte em medicina na Escola Médico Cirúrgica de Pôrto Alegre, assumindo, no ano seguinte a cadeira de Fisiologia.

Continuou, ou antes, reiniciou, assim, a sua carreira de professor na Médico Cirúrgica e, em seguida na Academia de Comércio como catedrático da língua italiana.

Possue, além disso, o nosso benemérito historiador os diplomas de Membro de Honra do Instituto Histórico e Geográfico de Montevidéu e correspondente dos do Pará e Santa Catarina, mantendo correspondência assídua com os vultos de destaque nos meios científicos platinos.

Essa, em breves traços, a atividade intelectual e social do dr. Eduardo Duarte, uma das figuras mais simpáticas e queridas no mundo intelectual e especialmente dos historiadores do Rio Grande do Sul".

*
* *

Nesse dia 12 de maio, à noite, na sala de conferências da Biblioteca Pública, realizou-se a sessão solene em homenagem ao servidor da história rio-grandense.

Sob a presidencia do dr. João Maia, vice-presidente, estando ausente, por enfermo, o presidente, desembargador Florencio C. de Abreu e Silva, — foi aberta a sessão, a qual, além de grande número de famílias e amigos do homenageado, compareceram os secretários de Estado e representantes de S. Exª. o sr. Interventor Federal e de S. Exª. o sr. Prefeito Municipal.

Dada a palavra ao secretário ad-hoc, sr. Walter Spalding, leu, êste, a ata da sessão pública, anterior, e o expe-

diente que constou de diversas cartas, cartões, telegramas e fonogramas dirigidos ao homenageado, tudo conforme consta da respectiva ata que, a seguir, transcrevemos na íntegra:

"Ata da 21.ª sessão extraordinária.

Aos doze dias do mês de maio de mil novecentos e trinta e quatro, às 21 horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os sócios que firmaram o respectivo livro de presença, e mais os representantes: de s. ex. o snr. Interventor Federal no Estado, de s. ex. o snr. Prefeito Municipal e de s. exa. Revma. o snr. Arcebispo Metropolitano de Pôrto Alegre, e elevado número de cavalheiros, senhoras e senhoritas, o sr. João Maia, vice-presidente em exercício, declarou aberta a sessão.

Depois de declarar que esta sessão extraordinária fôra convocada com o fim precípuo de prestar-se uma homenagem ao dr. Eduardo Duarte, ilustre secretário do Instituto, que completa, neste dia, 35 anos de bons serviços ao Estado, e em particular à História do Rio Grande do Sul, convida ao snr. Capitão Anapio B. Feio, representante de s. exa. o snr. Interventor Federal, para presidir a sessão. Foi, em seguida, designada uma comissão para introduzir no recinto o homenageado, dr. Duarte, que se assentou à direita do snr. vice-presidente em exercício. Lida e aprovada, logo após, a ata da sessão anterior, passou o secretário "ad-hoc", antecipadamente convidado, á leitura do expediente que constou de cartas, cartões e telegramas dirigidos ao Instituto e ao homenageado, congratulando-se pela justa homenagem que se estava promovendo ao dr. Duarte. Por último, foi lida uma carta do desembargador Florencio C. de Abreu e Silva, ilustre presidente do Instituto, dando o motivo de seu não compareimento, reportando-se, carinhosamente à personalidade do homenageado, concluindo por propor fôsse o dr. Eduardo Duarte aclamado Secretário Perpétuo do Instituto. Submetida à aprovação foi essa proposta do snr. desembargador unanimemente aprovada, ficando aclamado o dr. Eduardo Duarte "Secrtário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul". A seguir foi dada a

palavra ao orador oficial, coronel João Maia, que produziu brilhante peça oratória, pondo em destaque a atividade quer como funcionário público, quer como historiador, e as qualidades morais e intelectuais do homenageado. Terminando o discurso do orador oficial, cujas últimas palavras foram cobertas por uma salva de palmas, o snr. Presidente da sessão deu a palavra ao dr. Eduardo Duarte, que num trabalho feliz e brilhante, agradeceu a homenagem que se lhe prestava pasando em rápida revista os seus trabalhos como Diretor do Arquivo Histórico, encarecendo a documentação existente nesse departamento e os inestimáveis serviços às letras históricas que a publicação dessa preciosa documentação tem prestado. Foi calorosamente aplaudido o belo e expressivo discurso do homenageado. Pediu, a seguir, a palavra o secretário "ad-hoc", que, depois de lhe ser a mesma concedida, disse que a-pesar-de não ser praxe em ocasiões como essa mais um orador, queria, contudo fazer uma declaração na qual, contrariando a modéstia do homenageado, elevou os seus merecimentos, relatando fatos de sua vida passada como professor público, citando a honrosa referência de Pinto da Rocha. Terminou felicitando o homenageado e hipotecando-lhe todo o afeto e dedicação suas. O snr. representante de S. Excia, o Snr. Interventor Federal, tomando a palavra, apresentou ao homenageado os cumprimentos de S. Excia. o Snr. General Flores da Cunha, aos quais juntou os seus, e em seguida, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Valter Spalding, secretário "ad-hoc" lavrei a presente ata."

E' o seguinte o teor da carta a que alude a ata, dirigida ao sr. Vice-presidente em exercício, pelo desembargador Florencio C. de Abreu e Silva:

"Presado e ilustre amigo snr. João Maia.

Por motivo imperioso de saúde não posso comparecer hoje, à noite, à sessão em que o Instituto presta justa homenagem ao dr. Eduardo Duarte, nosso indefesso Secretário, ao completar 35 anos de serviço público e especialmente à história pátria.

E' oportuno recordar que em 12 de maio do ano de 1924,

quando era eu diretor do Arquivo e o dr. Duarte chefiava a secção de História, registei no livro do ponto o seguinte conceito:

"Praz-me consignar aquí que êsse funcionário, dr. Eduardo Duarte, completa hoje 25 anos de serviço público tendo sido pelo seu critério, inteligência e operosidade, um valioso auxiliar desta diretoria, na organização e desenvolvimento dos trabalhos da importante secção de história e geográfia".

Agora, dez anos depois, ao completar êsse ilustre confrade 35 anos de tão bons serviços, fàcilmente compreendereis e bem assim os demais companheiros do Instituto, quanto lamento não ter a honra de presidir à solenidade em que a nossa Instituïção realiza a consagração pública da operosidade fecunda e cívica do seu ilustre secretário, conferindo-lhe o título de Secretário perpétuo.

Como tereis de me substituir na presidência dêsse ato, solicito-vos a fineza de me representardes e transmitirdes o meu caloroso abraço ao homenageado.

Com agradecimentos, subscrevo-me, mui cordialmente,

(ass.) **Florencio de Abreu.**

*
* *

Depois de lido o expediente, usou a palavra o dr. João Maia, orador especialmente convidado pelo Instituto para saüdar o dr. Eduardo Duarte, que pronunciou a seguinte saüdação:

"Senhores! — Fora do halo de bondade que envolve o feitio do eminente cidadão norteador dos destinos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, não sei como situar a preferência da mais apagada figura dessa conspícua corporação para traduzir o objetivo desta assembléia ilustre.

A não ser que o sr. presidente sem transpor os limites dessa auréola — aliás intransponível para um espiríto de

Sessão extraordinaria em homenagem ao dr. Eduardo Duarte no Instituto Historico. Preside a mesa o representante de s. ex. o sr. interventor federal no Estado ladeado pelos senhores dr. João Maia, vice-presidente em exercício e Walter Spalding, secretario ad-hoc.

Homenagem prestada no "Museu Julio de Castilhos ao dr. Eduardo Duarte. A' direita do homenageado está o desembargador Florencio de Abreu, presidente honorario do Instituto Historico.

"élite" — o norteasse, sempre generoso, na afinidade originária da formação mental do homenageado desta noite e o intérprete oral da sua apoteóse.

Esta circunstância, dado que ela houvesse concorrido para a preferência, sim, me tranqüiliza até certo ponto — e por que não dize-lo? me desvanece.

Porque é preciso ter pertencido a essa obscura, numerosa, sofredora mas insubmissa turba anônima que se revolve, lenta, impreca, braceja lá em baixo, na ânsia desesperada de subir, penetrar os domínios e tomar pé na sociedade sempre tão solícita em assestar as baterias de seus preconceitos e prejuizos contra os que não tiveram a ventura de nascer feitos, quão complacente na acolhida dêstes e dos que a demandam com credenciais a miúde discutíveis.

E, para os raros triunfadores, que conseguem formar-se por êsse esfôrço, exaustivo, quantos submergidos, no afã desesperado e impotente de atingir a encosta alcantilada e abrupta do mar hostil!

Eduardo Duarte foi um dêsses raros.

E como decorre hoje o sétimo lustro de sua ascenção, quer dizer do ponto de partida de sua vida pública, vale bem passá-la em rápida revista.

A 12 de maio de 1899 ingressou no magistério público, onde se conservou até o ano de 1914, como professor da 5.ª aula de Alfredo Chaves.

De como exerceu o magistério, que o atestem, entre outros depoimentos de inconteste valor as repetidas referências ao seu zêlo à sua competência, à sua assiduïdade, firmadas pelo antigo inspetor regional Victor Silva, saüdoso beletrista, egrégio esteta a cuja autoria espiritual Pôrto Alegre deve êste formoso edifício.

O tempo disponível que lhe deixava a árdua função de mestre-escola vilarengo, empregava-o Duarte nos trabalhos do Colégio Brasileiro, internato por êle fundado em Alfredo Chaves e na direção e feitura integral da fôlha da localidade, também criação sua.

Acontece, porém, que aqueles âmbitos não tardaram em

tornar-se acanhados para quem, como o professor-jornalista de aldeia, visionava mais alto.

Ainda escalou por uma escrivaninha; mas, decididamente, o centro cultural que o atraia, como condição para realizações, outras, era Pôrto Alegre.

E para aquí abalou, matriculando-se, a seguir, num curso de odontologia, que ultimou sem tropeços.

Porém essa foi uma etapa simplesmente intermediária, para quem visionava mais alto.

Formou-se então, em medicina, no ano de 1919, pela Escola Médico Cirúrgica, aí se iniciando no magistério superior, com a ocupação da cadeira de fisiologia, que ainda rege.

E' lente catedrático da língua italiana, na Academia de Comércio desta capital.

No ano de sua formatura, isto é, em 1919, toma conta do serviço de história nacional do Arquivo Público, tendo para aí entrado em virtude de permuta do cargo de escrivão com o de cartorário dêsse departamento administrativo.

Nesse novo pôsto de trabalho deu à publicidade vinte e quatro números da Revista do Arquivo, sendo que dois especiais, o da Independência e o da colonização alemã.

Assinalavam sua trajetória pelo Arquivo Público, além dos serviços já enunciados outros muitos de especial relêvo, e, todos deram ensejos a demonstrações de irrecusável significação, da parte dos respectivos superiores e das quais apenas uma destacaremos, do livro do "Ponto" correspondente ao dia 12 de maio de 1924, para parmos, assim, uma idéia do alto e justo aprêço em que era tido o modelar funcionário:

"Eduardo Duarte — Praz-me consignar aquí que êsse funcionário, dr. Eduardo Duarte, completa hoje 25 anos de serviço público, tendo sido pelo seu critério, inteligência e operasidade, um valioso auxiliar desta diretoria na organização do desenvolvimento dos trabalhos da importante secção de história e geográfia — Florencio de Abreu".

Mas o pôsto da atuação decisiva de Eduardo Duarte ainda não havia sido definitivamente fixado. E só o foi quando

do seguro descortínio de seu ilustre chefe, sr. desembargador Florencio de Abreu, resultou ser destacado para a secção de história e geografia do Museu do Estado e para a Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Investido dêsses cargos, o infatigável servidor integrou-se definitivamente no mistér que sempre imperou preferentemente no seu espírito de eleição, através de trinta e cinco anos de uma laboriosidade sem hiatos: devotar-se à terra natalícia perquirindo, pesquizando nas estantes poeirentas dos arquivos a história da gleba gauchesca, reconstituindo episódios, reindicando glórias ainda mal apuradas, enfrentando na emprêsa meritória as legiões de traças e cupins que se repastavam no precioso manancial dos atestados das nossas façanhas semi-lendárias, no inestimável patrimônio do Rio Grande amado.

Reflexo brilhante dêsse labor que a paciência beneditina reveste e o culto do civismo norteia, são as páginas fulgurantes da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", êsse precioso repositório de subsídios e fatos hoje indispensável na biblioteca dos estudiosos residentes quer no Brasil, quer nos demais países sul-americanos.

Substituto, desde 1924, do saüdoso e erudito padre Hafekemeier na comissão redatorial dessa revista, certo a ninguém inflingirá mágua proclamando, em homenagem à verdade, que Eduardo Duarte, mais do que o exclusivo coordenador da matéria de tão útil publicação, é o seu principal, quiça exclusivo fator.

Ainda hoje, Alcides Maya, ilustre diretor do Museu Julio de Castilhos, baixou honrosa portaria.

E não se limita, na tenda de seu profícuo labor que é a secção de história do museu, à faina de reconstruir o que é nosso, e a ação corrosiva do tempo e de outros elementos estava destroçando: aquele silencioso recanto de penumbra, profundamente evocados e saturado de antiguidades, cujos humbrais não se transpõem sem que uma saudade irresistível e tocante se apodere do espírito do recém-vindo — per-

dõem-lhe o saudosismo os seus irequietos inimigos — daquele recanto, dizia eu, emergem para as páginas das revistas e para as colunas dos jornais expansões sadias de valores novos que, sem os incitamentos, os subsídios carinhosamente proporcionados e os encorajamentos irradiados da bondade criadora de Eduardo Duarte não estariam engrandecendo, com uma cultura em pleno desabrochamento promissor, o patrimônio mental do Rio Grande. Possìvelmente, representantes dessa preparação benfazeja, que me honram, nesta hora edificante, com a sua atenção benévola, estarão, em sã conciência, aprovando êsse conceito.

E eis que atinjo — felizmente para vós, já se vê — os derradeiros períodos desta perlenga.

Glorificando a personalidade cujo trigéssimo quinto aniversário do início de uma carreira triunfante aquí nos congrega, glorificamos simultaneamente uma parcela considerável da comunidade rio-grandense: a classe dos funcionários públicos.

E pois que a humanidade tem evoluído sempre em tôrno de símbolos, quer no que concerne aos cultos, quer no que diz respeito às artes e ciências simbolizamos em Eduardo Duarte a classe daqueles para quem a privação do bem-estar, o voto de pobreza e a renúncia a suntuosidades quaisquer representam condições impostas à investidura funcional — a classe dos servidores públicos.

Disse".

*

* *

Respondendo à saüdação, o dr. Eduardo Duarte pronunciou o seguinte discurso:

"Sr. Presidente — Meus confrades — Senhoras e senhores.

Há dois dias que o meu espírito tornou-se presa de um mixto de comoção e — porque não dizê-lo, — de terror. Comoveu-me o vosso gesto de altruismo sem par, pondo em evidência quem a vida tem vivido na penumbra, por algum tempo no exercício do modestíssimo cargo de professor de

primeiras letras, e a maior parte a pesquizar velhos papéis no silêncio dos arquivos, em procura de subsídios hoje conhecidos e que de tão irradiante luz foram para desfazer controvérsias ou esclarecer pontos obscuros da história continentina.

De terror, sim, porque jámais pensei, embora não desconhecendo a vossa generosidade, que impuzesseis a minha presença hoje aquí, para num destaque aterrorizante, tornar-me alvo de tão honrosa quão menos justa homenagem.

Porém, que dizer-vos? Insisti, pedi, supliquei que desistisseis dessa resolução, para a qual, por mais que procure, não encontro justificativa.

O mérito que me atribuís, sou eu o primeiro a negá-lo. Êle é vosso, foi a vossa generosidade, sempre grande, que quis distinguir o último dos vossos consócios com esta prova de carinho, que eu recebo como símbolo da vossa bondade, suave estímulo para que eu possa continuar, quiçá completar a obra que a mim próprio impuz.

E' verdade que desde os verdes anos, quando apenas deixava os brincos infantis, senti-me inclinado aos estudos que a vida inteira me têm empolgado. E lembro o meu primeiro artigo que em letra de forma apareceu, aos meus desesseis anos, no qual prégava o liberalismo da gente farroupilha.

Cito o fato, olhos fitos num passado longínquo, para recordar, com a máxima veneração, que entre as figuras que já naquele tempo me empolgavam o espírito, tinha notavel destaque o senador Florencio de Abreu, ilustre genitor de nosso ilustre e benemérito presidente, desembargador Florencio C. de Abreu e Silva, quem me seria mais tarde grande amigo, seguro guia no meu trabalho e na minha vida espiritual.

Inclinado para êste gênero de estudo, ingressei um dia, após um interstício pelo professorado, como disse linhas atrás, na Repartição do Arquivo Público onde me encontrou, logo depois o desembargador Florencio de Abreu que me integrou de vez para sempre no velho arquivo histórico de nossa terra.

Para sempre, sim, porque minha vida está de todo con-

sagrada à nossa terra e à nossa gente. E de tal forma de mim se apossou essa resolução, que eu chego a pensar que isto é já uma paranoia, enfermidade que em fisiologia nervosa constitui uma das várias modalidades da loucura.

E alí, no opulento Arquivo Histórico do Estado, em meio de velhos papéis, entre maços amarrados há longos cem anos, encontrei verdadeiro manancial de subsídios ao estudo dos primeiros dias dêste então continente de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Poi bem, daquela riqueza acumulada, onde ninguém havia tocado, com receio talvez dessa cultura de micróbios que é a poeira dos arquivos, surgiu a velha história do Rio Grande, a verdadeira história, amparada e opulentada em farta documentação, hoje selecionada, interpretada e catalogada, acessível à investigação, facilitando-se, assim, aos estudiosos êsses ricos filões, preciosos cimélios que tão claramente nos falam dos primeiros dias da terra esquecida pela metrópole, da velha capitania D'El Rei.

O trabalho executado no Arquivo Histórico do Estado, às publicações feitas através da sua Revista e aos volumes especiais, se deve hoje o aparecimento de inúmeras obras no Brasil, e no exterior, todas de trancendental importância para a história desta parte da América, em determinado período. E' uma revelação para muitos de vós, meus senhores, mas o fato encontra justificativa em nossas afinidades histórico-geográficas. Sinão, vejamos.

A campanha de 1811-1812, ou seja a penetração que em terras dos domínios de Espanha fez D. Diogo de Souza à testa do chamado "Exército Pacificador", foi largamente tratada na Revista, por dilatados anos, e, publicados êsses documentos, até então não conhecidos, livros foram surgindo, graças à divulgação feita nas páginas da Revista. E' que êsse movimentado capítulo da história sul-americana compreende a emancipação das colônias espanholas do jugo castelhano, e a documentação por nós divulgada quanta luz veiu trazer à história daqueles angustiosos tempos. Quero mesmo lembrar um relatório apresentado pelo futuro barão de Cerro Largo, então tenente José de Abreu, ao general D.

Diogo, relatório que historía com inteira fidelidade de testemunha ocular, o que foram êsses cruciantes dias do heróico Paraguai, quando recém proclamava a sua independência política. E êsse precioso cimélio nós o possuímos, divulgámo-lo e está transcrito em várias obras, entre as quais a que foi escrita por Baes, grande historiador paraguaio.

Longe iria, senhores, si continuasse a falar sôbre a opulência do que possuímos alí guardado e que constitui valioso patrimônio do Estado.

Com a minha integração no Arquivo Histórico, coincide a fundação dêste Instituto e, em virtude do cargo por mim exercido e ao nosso benemérito presidente de então e, felizmente de hoje ainda, deve-se, à míngua de quaisquer outros predicados, figurar o meu nome no quadro dos seus associados.

Mas, não será o Instituto uma continuação do Arquivo Histórico? As suas finalidades se encontram, e mais: fundado o Instituto, a sua sede foi estabelecida naquela Repartição, e a sua biblioteca, tão valiosa, pois atinge a seis mil volumes, foi organizada por quem ainda hoje dela cuida, e, como a biblioteca do Arquivo Histórico, há dois olhos que para ambas têm sempre igual carícia.

E assim, considerada esta proveitosa xipofagia do Instituto com a repartição de que sou funcionário, é que tenho procurado servir o Instituto da melhor forma possível, com inteira dedicação, à falta de talentos que me tornassem merecedor do título. Fiz tudo quanto em mim estava, dentro do meu possível, para ser útil ao Instituto. Era meu dever, como elemento do Arquivo Histórico do Estado.

Apesar disso, vós, meus confrades, encontrando mérito naquilo que considero cumprimento do dever, promovestes esta carinhosa homenagem que tanto me comove. Eu vos agradeço. O mérito é vosso e não daquele que vos fala e que é o último dos membros do nosso quadro social.

Disse um dia o grande jornalista Luiz Rossetti, inconfundível figura do decênio farroupilha, em carta que guardamos como preciosa relíquia: "Ao Rio Grande, à terra a qual consagrei a própria existência..."

Lembrando essas palavras, direi: Ao Instituto consagrei a própria vida, e ontem e hoje e amanhã como sempre, fui, sou e serei do Instituto, quer no exercício do cargo público, quer aposentado; serei um espírito, apagado é verdade, mas como sempre dedicado, inteiramente consagrado ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

E termino: A todos o melhor de meu penhor, a minha gratidão pelo elevado carinho com que me distinguís nesta noite para mim tão memorável e altamente desvanecedora".

*
* *

Por último, antes de ser encerrada a sessão, falou o sr. Valter Spalding, cujo discurso foi o seguinte:

"Dr. Eduardo Duarte.

Não era intenção minha falar nesta solene sessão extraordinária do Instituto, em justa homenagem a quem sempre se tem distinguido dentre os seus consócios.

Uma indiscreção fez, porém, com que lesse vosso brilhante discurso e não me foi possível conter o desejo de contestar algumas expressões nele contidas.

Dr. Duarte. Dizeis vós, constantemente, que esta homenagem era imerecida e que o mérito do quanto tendes feito é todo nosso.

Perdoai-me: não está certo. Nós, si mérito vos damos é que o tendes.

Vossa modéstia é por demais conhecida, e é preciso combatê-la em parte.

Lembro ainda agora aquela frase vossa quando em palestra lá no Arquivo, contando cousas do passado vosso, dissestes-me: "Maldito pedantismo".

E porque? Porque, na intimidade que eu, desautorizadamente venho publicar, me contáveis os vossos trabalhos como professor referido-vos ao que de vós disse Pinto da Rocha, quando expusestes numa das vitrines da Livraria do Globo — há quantos anos! — grande número de mapas do Rio Grande do Sul e do Brasil e de todo o mundo trabalho

de vossos alunos, iniciando, portanto, quando ainda disso ninguém cogitava, o ensinamento objetivo.

Pinto da Rocha, apontando essa exposição, dissera: eis um trabalho magnífico de modesto professor da roça! Modesto, sim, mas ativo e inteligente, que vem dar lições ao magistério da capital do Estado!

E' mistér, é necessário que tudo isso apareça neste dia em que com a maior justiça celebramos essa data de vosso 35.º aniversário no funcionalismo público.

E além dessas pequeninas cousas, muitas outras a que já se referiu a imprensa, em grande parte, devo, ainda, repetir que sois vós, dr. Duarte, o esteio do Instituto. Vós sois a alma desta agremiação que tão justamente vos elegeu desde o início seu secretário e quis, ainda agora, galardoar-vos com o secretariado perpétuo.

Vós não sois o último dos membros dêste Instituto: sois o primeiro, sois a coluna mestra, novamente o digo embora fira a vossa conhecida modéstia.

A vós, alma grande, inteligência brilhante, glória imorredoura de nossa história, mais uma vez o nosso abraço e todo o nosso afeto e dedicação.

Disse".

Em seguida o presidente encerrou a sessão, sendo o homenageado muito cumprimentado.

*
* *

Na manhã dêsse mesmo dia 12, realizou-se, também, uma homenagem no Museu Júlio de Castilhos, promovida pelos companheiros de trabalho do dr. Eduardo Duarte, naquela repartição do Estado.

Falaram, nessa ocasião, os Srs. Júlio Martins Pôrto e Nery Machado.

Fizeram-se representar, nessa homenagem, por delegações, os Colégios Elementar, por determinação de seu diretor, dr. Emilio Kemp, e Paula Soares, pela professora d. Leopolda Barnevitz.

Iniciando a homenagem, o sr. Augusto Bianchi Filho, funcionário do Museu, leu a seguinte portaria, baixada pelo sr. Alcides Maya, diretor do Museu Júlio de Castilhos.

"Diretor do Museu Júlio de Castilhos, desde que a êle foi incorporada a 2.ª secção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul então dirigida pelo dr. Eduardo Duarte, devo com justiça, à data de hoje, consignar e relevar os notáveis serviços prestados por êsse alto, competente e prestimoso funcionário ao Departamento de História Nacional dêste Instituto. À sua dedicação, à análise atenta e lúcida dos documentos históricos do glorioso passado rio-grandense confiados à sua guarda e classificação são possíveis todos os elogios como pesquizador, intérprete e classificador.

A sua atividade tem se revestido de um caráter cívico digno de ser relembrado no dia em que comemoram os seus confrades o 35.º aniversário da sua entrada para os quadros do serviço público. — (ass.) **Alcides Maya,** diretor".

Falaram, a seguir, os oradores, aos quais respondeu o dr. Duarte em brilhante improviso.

Foi o seguinte o discurso do Sr. Julio Pôrto:

"Eminente chefe dr. Eduardo Duarte.

Não podiam os funcionários do Museu Julio de Castilhos deixar passar despercebida essa data, tão cara para vós, em que completais 35 anos de serviços públicos.

Outro devera ser, por certo, o orador para tal fim designado, por isso, e reconhecendo o desvalimento e o descolorido de minha palavra, relutei a princípio em aceder a instâncias de colegas meus.

Mas, soldado disciplinado, obedecí à essa imposição, a contragôsto por um lado, por saber que bem não me desempenharia dela; entretanto, por outro lado, o desejo de contribuir com meus modestos recursos para as justas solenidades que vos serão tributadas, dá-me prazer e alevanta-me as fôrças.

Dizer de vossa atividade funcional durante 35 longos anos, não é decerto fácil tarefa, quando êsse lapso de tempo foi acentuado por marcos luminosos que assinalam a vossa trajetória no funcinalismo público estadual.

Produto de um esfôrço hercúleo e de uma vontade enérgica, vós passastes pelos mais diversos sectores da pública administração, deixando em todos êles o traço caracterizador da energia, sempre orientada pelo bem e pela verdade.

Professor público, coube-vos, nesse cargo espinhoso, preparar uma pletóra de cidadãos que hoje se distinguem nas letras, na administração pública e no comércio, fazendo germinar no espírito em flor de vossos discípulos a semente boa da moral, do patriotismo e dos princípios básicos diretores da instrução.

Dignificastes o vosso cargo, fazendo do magistério um verdadeiro sacerdócio.

E depois, o escrivão íntegro e o polemista ardoroso na defesa do direito e da justiça, sempre pronto a revidar acusações de invejosos e de inmigos gratuítos.

Mas, onde a vossa atividade mais se notabilizou, foi no departamento das letras históricas riograndenses.

No louvável afã de perscutar os primórdios de nossa constituïção de povo, mergulhastes nos arquivos, transformastes a secção de História do Arquivo Público em uma repartição metodisada, classificando com carinho e com paciência beneditinos aqueles muitos milhares de fôlhas de papel, que, carcomidos, carunchados e apagados pela ação demolidora dos tempos, vos revelaram, entretanto, o quanto de bravura e de destemor se praticou nesta heróica então província de S. Pedro do Sul.

Capítulos desconhecidos e em completa nebulosidade de nossa história regional, foram por vós pacientemente reconstituídos, através dêsse relicário de glórias que é o nosso arquivo histórico.

Assim são conhecidos por todos os que mourejam nesta casa, as publicações que foram dadas à luz da publicidade, graças ao vosso ininterrupto labor.

Entretanto, nem de todos é sabido o que de sacrifícios, dedicação sem conta, e inteligência custou-vos reünir essas fôlhas dispersas, fazendo que dêsse emaranhado, surgisse à luminosidade, como um veeiro do mais alto quilate, a alma sempre heróica do pago.

E aí estão, atestado eloqüente de vossa operosidade, as magníficas edições fac-similadas dos jornais: "O Povo" e "O Mensageiro", além de outros mais.

Dez anos custou-vos reünir os exemplares esparsos do "O Povo" e era de ver a alegria que de vós se apoderava ao anexar mais um fascículo à desfalcadíssima coleção.

Mas, não se cifrou apenas aos deveres funcionais a vossa atividade.

O Instituto Histórico, cenáculo do escól da intelectualidade gaúcha, vos conservou sempre á testa de sua Revista, filha dileta e jamais desmerecida de vossos carinhos.

E foi, premiando essa dedicação sem limites e desinteressada, que vos atribuíram a sua secretaria, onde sois a alma do Instituto e o cérebro diretor que tudo orienta e a tudo prevê, dando mostras de uma infatigável capacidade de trabalho.

Formado em medicina, sabe Deus com que sacrifícios, talvez, não por falta de talento e capacidade que vos sobram, mas, quiçá, por dificuldades materiais, não quisestes abandonar esta velha casa do Rio Grande, onde se sente palpitar latente os anseios de nossa ancestralidade gloriosa.

Por isso, bem justa, é, por todos os títulos, a homenagem que vos prestam os vossos colaboradores, conhecedores do vosso dinamismo aliado à uma bondade sem par, filha de um espírito sòlidamente educado na moral cristã.

Exmo. dr. Eduardo Duarte!

Chegais hoje à meta final de vossa vida pública.

Amanhã talvez, ireis desfrutar em vossa casa, no doce remanso do vosso lar, da recompensa que só aos bons cidadãos é dada, depois de uma vida inteira de dedicações prestadas à coletividade.

E para lá, no ameno seio de vossa amantíssima família, levareis a certesa de que os vossos esforços, e os vossos trabalhos não foram improfícuos.

O vosso nome, mercê dos trabalhos publicados, já atravessou as fronteiras do nosso pago, não sendo hoje desconhecido por todos aqueles que estudam a nossa história pátria.

Aquí na Repartição do "Museu Julio de Castilhos", ficarão os vossos exemplos de dedicação e operosidade, a apontar-nos o caminho a seguir.

Porém, mais que tudo, a vossa generosidade e o tratamento afável que sempre nos dispensastes, resistirão às investidas destruídoras do tempo, para, indelèvelmente, ficarem gravados, como símbolos de saudade e de eterna lembrança, no coração de todos os que tiveram a ventura de colaborar nessa obra de patriotismo que aquí realizastes.

A vós, pois, os nossos cumprimentos e os nossos votos de felicidade pessoal, que formulamos, extensivos à vossa distintíssima família.

Disse.

Foi o seguinte discurso do sr. Nerí Machado, funcionário, igualmente, do Museu Julio de Castilhos:

Colegas.

Senhorinhas e caro amigo dr. Duarte.

Perdôe-me a liberdade de chamá-lo amigo, dentro desta repartição em que as prerrogativas de chefe o cercam do mais merecido respeito, mas, para que esta manifestação afetiva, simples, sincera e justa, represente a expressão do nosso sentimento é preciso, também, que seja íntima, e, por isso, esqueçamos o respeito disciplinar e deixemos as palavras aflorarem aos nossos lábios com a sua singeleza característica; porque assim nos sentiremos melhor.

Não resisti à tentação de falar, neste momento, e mesmo não fiz esforços para isso. Quero dar vasão á imensa gratidão que devo a quem me descortinou perspectivas radiosas, horizontes mais vastos e promissores. Não fôra êle, colegas, talvez, ainda vagasse, a esmo na senda tortuosa da minha vida acidentada; por isso, imaginai a satisfação que me vai na alma em poder louvar o vosso gesto e dêle participar.

Ao dr. Duarte, folgamos em homenageá-lo, hoje, dia em que completa 35 anos de atividade no funcionalismo públi-

co, não por saber que em breve se afastará de nós, mas, sim, porque desejamos vê-lo entregue ao confôrto e à tranqüilidade do lar, livre da obrigatoriedade do ponto; falo em obrigatoriedade de ponto, porque é, bem sabemos, a única cousa que abandonará nesta casa.

Aquí tem vivido, mergulhado na poeira dos arquivos, horas inteiras, interruptamente, todos os dias úteis a reünir palavras isoladas ou idéias e coordenar períodos ou pensamentos, numa atividade incansável, estimulando-nos com o seu exemplo ao trabalho e à veneração pelos feitos sem par de nossos ancestrais.

Não abandonará esta casa porque a poeira dos arquivos faz parte integrante do protoplasma de suas células pulmonares e porque como ostras aos rochedos está a êle apegada no afã de dar mais glória à gloriosa história riograndense.

Disse".

O DUARTE

Othelo Rosa

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul reünir-se-á hoje, em sessão especial, para prestar uma expressiva homenagem ao dr. Eduardo Duarte, seu dedicado e antigo secretário, que nesta data completa 35 anos de serviço público.

O Duarte, como êle se chama entre os seus confrades, sem Eduardo e sem dr., é uma figura inseparável dêsse Instituto Histórico que vem há 14 anos, silenciosamente, quietamente, sem alardos e sem reclamos, carreando os elementos imprescindíveis ao estudo da história do Rio Grande. A sua paciência de investigador é proverbial; e já deve acarretar para êle uma soma, cada vez maior, de trabalho e de responsabilidades. Porque nós, os outros, que não temos essa admirável pertinácia, sempre que nos encontramos em face da necessidade de uma pesquiza poeirenta e difícil, nos entreolhamos sorridentes, num ar de conspiração, e concluímos por interrogar o Duarte. O secretário do Instituto con-

centra-se; e nós debandamos, certíssimos de que, dentro de curto prazo, o foral, o diploma, o alvará, o decreto, a certidão de nascimento ou de morte, o quer que seja, enfim, nos será indicado ou mostrado, num ar vitorioso, pelo Duarte, ainda coberto pelo pó dos archivos.

O amor do passado é um sentimento dominante, avassalador, absorvente, nesse homem. Há qualquer coisa de religioso, no seu carinho pela sua terra e pela sua gente. E como é um metódico, servido por uma lúcida inteligência, o seu trabalho de evocação reveste-se de uma eficiência notável, documentada nesses dois incomparáveis repositórios que são as Revistas do Arquivo Público e do Instituto Histórico, sem as quais não é hoje possível a ninguém estudar a sério a nossa história, e nos vários ensaios que publicou.

Investiga; pesquiza; examina; coordena; organiza. Não tem pressa, nem fadiga. De tudo que se refere à história riograndense, desde o documento mais importante ao objeto mais simples, êle se aproxima com veneração. E por isso lhe devemos uma contribuïção valiosíssima a que nós, seus confrades, damos o aprêço merecido, mas a que deve ser grato todo o gaúcho que ame as tradições e a grandesa do Rio Grande.

O dia de hoje há de ser, necessàriamente, de alegria para o Duarte. Êle sentirá que muita gente quer bem a esta adorável terra, a que se devota; e que o seu profícuo esforço foi compreendido e admirado pelos seus contemporâneos. Aí está a significação exata, ampla, da homenagem: nos honraremos, em Eduardo Duarte, o luminoso passado do Rio Grande, em cuja reconstrução tem sido dos operários maiores, mais assíduos, mais prestimosos. Embora modesto, arredio, o Duarte ficará contente. Não é um poderoso: é apenas um homem que trabalha. Não para si, nem por si: para o Rio Grande, pela sua glória.

E êsse homem simples, desambicioso, porque foi um funcionário exemplar, durante 35 anos, e devotadamente amou e estudou a sua terra, receberá hoje, de seus confrades e concidadãos, prova solene de simpatia e de aprêço.

Os homens, afinal, não são maus, ingratos, secos, como parecem. De vez em vez, são capazes de honrar o mérito, só pelo mérito. E o Duarte hoje o verificará.

(Do "Correio do Povo")

O DR. EDUARDO DUARTE

Walter Spalding

Foi em 1925. Há muito conhecia eu de nome o dr. Duarte. Conhecia e admirava embora pouco, dêle, tivesse lido. Uma qualquer cousa me atraia para aquele cidadão que vivia engolfado entre papéis velhos no Museu Júlio de Castilhos. Era eu, então, secretário do Club Caixeiral Porto Alegrense, e o meu amigo Olinto Sanmartin, vice-presidente.

Com o intuíto de congregar os intelectuais gaúchos residentes em Pôrto Alegre, iniciou o Caixeiral uma série de recepções, destacando-se a de 16 de novembro de 1925, da qual guardo grata recordação, pois foi nessa seleta reünião íntima que conheci e falei pela primeira vez a êsses dois vultos que são, hoje, de minha maior admiração: Souza Doca e Eduardo Duarte.

Daí por diante nunca mais os perdi de vista embora mui raras vezes falasse com êles, podendo mesmo dizer que, com Souza Doca, depois disso sòmente falei por correspondência de longe. Com o dr. Duarte, porém, mais seguidos foram os meus encontros, quasi todos no Museu onde ia a procura de documentos, que estava ajuntando desde 1926, para o meu **"Farrapos"** cujo primeiro volume saíu sòmente em 1931, quando o terminei.

Alma boníssima, sempre com um sorriso confortador nos lábios, muito tem êle feito, e fará ainda, querendo Deus, e por longos anos, em prol de nossa História, ainda tão descuidada a-pesar do muito que já se tem feito.

Êsse surto de vida nova que se nota na atividade histó-

rica do Rio Grande é, pode-se dizer, obra dessa alma eleita que é o dr. Duarte.

Aconselhando, incentivando, divulgando fatos e documentos de nossa história, tem descoberto vocações embora o não saiba. Muitos e muitos de nossos intelectuais, como ainda faz pouco constatei, ignoram a nossa história e, declaram, não a estudam porque tudo ainda, ou quasi tudo, está por fazer. Realmente assim é. Não se encontra, por ora, cousa alguma capaz de despertar o gôsto pela História do Rio Grande do Sul, a não ser que a ela se dediquem. porque já possuem alguma cousa: a documentação publicada, com método, com seleção.

E a quem se deve êsse pouco que, aliás, é muito para um homem só?

Ao dr. Eduardo Duarte, o grande, o maior benemérito de nossa história.

Aí estão, como prova cabal de sua enorme atividade, os 24 volumes da **"Revista do Museu e Arquivo Público"**, verdadeiro manancial de dados e notas. Mas dentre êsses 24 volumes destacam-se dois sobremodo preciosos: o comemorativo de nossa independência política, em 1822, e o da imigração alemã, no seu centenário, em 1924.

Formado em medicina, podendo no exercício de sua profissão ganhar o dôbro, talvez, do que ganha como funcionário público, o dr. Duarte preferiu, a bem da coletividade e da História do Rio Grande, sacrificar a sua profissão e continuar na direção do Arquivo Histórico do Estado, cargo êsse que ocupa desde 1920.

Nesse mesmo ano de 1920 foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e entre os seus fundadores ao lado de Souza Doca e Florencio de Abreu, figura, em primeiro plano, o dr. Eduardo Duarte, eleito, nessa ocasião, secretário do Instituto, cargo êsse que ocupa até hoje, com o máximo carinho.

Coluna mestra do Instituto é como podemos, e devemos chamar a êsse beneditino de nossa história, que jamais se negou a prestar os seus serviços à pátria e ao pago gaúcho.

Diretor do Arquivo Histórico, onde os trabalhos não fal-

tam, diàriamente; secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; é ainda desde 1924, redator da Revista de cuja publicação êle tão sòmente cuida. E com que carinho! E com quanta dedicação! Só os que o tem acompanhado no seu diário mourejar é que podem fazer uma idéia exata do grande, do enorme e benemérito trabalho do dr. Duarte.

Mas não termina aí o seu dinamismo. Vai além. Na cátedra, ora ensinando Fisiologia, ora línguas, sobra-lhe ainda tempo para, em belíssimas conferências, divulgar, aquí, alí, acolá fastos e cousas de nossa história, e publicar, também, artigos e notas na imprensa diária, e manter assídua correspondência com todo o Rio Grande do Sul, grande parte do Brasil e, ainda, com vultos de destaque nos meios científicos platinos.

Espôso exemplar, pai extremoso, ídolo de seus cinco netos, o grande encanto de sua vida, embora lhe dêm, às vezes, dor de cabeça, alma boníssima, amigo dedicado, sempre de bom humor, gostando de fazer suas blagues, cativa a quantos dêle se acercam, podendo, mesmo, afirmar-se ser êle o homem que mais amizades sinceras e desinteressadas simpatias conta no Rio Grande do Sul.

E êsse homem, ilustre e benemérito, tão cheio de serviços ao Rio Grande do Sul, iniciou a sua carreira pública como modesto professor na vila de Alfredo Chaves, em 1899, há justamente, 35 anos.

Com a mais viva simpatia, por isso, prestamos-lhe hoje essa merecida homenagem, desejando em breve vê-lo gozar o prêmio de tão longos anos de labuta, e, então, dedicar-se, ùnicamente, às questões de história do nosso muito amado e heróico Rio Grande do Sul.

(Do "Correio do Povo")

DR. EDUARDO DUARTE

Olintho Sanmartin

O dr. Eduardo Duarte celebrou, a 12 de maio p. p., 35 anos de rara e fecunda atividade pública. O que tem sido o trabalho brilhante dêste infatigável amoroso das coisas históricas, dos fatos que se relacionam com a formação política rio-grandense, não é tarefa de simplicidade amena capaz de ser objetivada num punhado de pensamentos escritos.

O dr. Eduardo Duarte, dedicando-se às atividades impostas pelo quadro do funcionalismo público ao qual se acha integrado, distinguiu-se com alto esplendor, no magistério tratando, abnegadamente de dar perfeitas diretrizes aos brotos humanos entregues ao seu cuidado na certeza de ver nêles a pujança futura de uma nacionalidade altiva, envolta numa crença de bem servir a pátria dando-lhe homens capazes de melhor a enriquecer e a imortalizar.

Na verdade, se muito fez no magistério o dr. Eduardo Duarte, a sua notoriedade ficou evidenciada, amplamente, dando origem a uma admiração em tôrno do seu febril panorama de ação, pela fisionomia invulgar que caraterizou a sua passagem no Arquivo Público do Estado e atualmente no Museu Júlio de Castilhos.

Alí, a sua inteligência, em constante vibração ideal, foi creando uma obra histórica de altíssima veneração patriótica.

A **Revista do Museu e Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul,** tornou-se uma publicação de inconfundível valor, notável relíquia de assuntos construtivos e retificadores de nossa história.

O ilustre historiador, que é o dr. Eduardo Duarte, fez, assim, despertar um entusiasmo latente pela tradição da raça, um amor sereno pela glória dos nossos ante-passados. Revolvendo documentos esquecidos, organizando, classificando e publicando tudo aquilo que no Museu e no Arquivo repousava, tranqüilo, dum desalento de indiferença e de abandono surgiu uma rajada de epopéia nacionalista. E' que o

incansável publicista traz consigo o alto estigma de uma virtude ingênita.

Essa ternura de investigar, êsse ardor, essa tortura em busca da verdade histórica, de identificar concienciosamente, sem vascilações degenerativas, fez do dr. Eduardo Duarte uma personalidade que se impos à estima e à admiração dos seus coevos.

Um trabalho dessa natureza, continuado, repetido, sem esmorecimento, transformando em eloqüências reguladoras de fatos registrados, velhos papéis de eras esmaecidas, construindo, restaurando e julgando os homens que se lançaram na conquista de ideais, delineando uma perfeita estructura do passado, transmitindo pelas arestas claras dessa paciência beneditina um mundo de acontecimentos que se perdeu na confusão do tempo, um trabalho dessa ordem é bem um trabalho que comove, que enobrece, que dignifica.

A feição de incomplexidade que a história sugere e parece irradiar, contém a poderosa centelha de uma miragem apenas, miragem que se vai refrutindo no cenário das concepções humanas sem qualquer senso de valor positivo. Árdua nas suas cambiantes e profunda na essência, a história será sempre um bizarro reduto de legendas sagradas. Atrai e faz operar a imersão do espírito no largo mistério de uma dinâmica que passou e que viveu em ciclos memoráveis. Ás próprias fraquezas imperantes, a fragilizar a física social, não bastariam para assinalar o desapreço das consagrações imortais.

O ilustre dr. Eduardo Duarte, numa extuante cintilação de energias, entre a poeira espectral de sombras indistintas, tem feito despertar a alma histórica do Rio Grande no seio das gerações presentes. No decurso de 35 anos, largo período de lutas e anseios pela grandeza de uma cultura coletiva, cada vez maior no exercício do magistério ou na quietude austera de arquivos seculares, o dr. Eduardo Duarte consumiu sua esplêndida maturidade glorificada por uma

radiosa exaltação cívica que dia a dia mais se avoluma e mais se projeta sôbre a posteridade que há de premiar o seu fecundo e inconfudível servidor.

(Da "Revista do Globo")

EDUARDO DUARTE

por **Dante de Laytano**

O velho mestre da nossa historia tão esquecida, esse Eduardo Duarte, dono duma perpetua alegria que o torna um comunicador de entusiasmo, êsse professor sem catedra e sem colegio, está merecendo nestes instantes a homenagem dos circulos intelectuais da provincia.

Eduardo Duarte completa trinta e cinco anos de serviço publico, quer dizer, trinta e cinco anos de luta, de ingratidão de despeitos de abdicações.

Diante dos ciclos em que se formam os funcionários públicos, onde a competição da inteligência dificilmente atinge, mesmo, a um segundo plano, os contemporâneos de Eduardo Duarte não puderam conter-se no entusiasmo e na admiração pelo alquimista e pelo reavivador do Rio Grande tradicional e histórico e prestam-lhe, agora, em público, um tributo, o qual é doado a raras criaturas.

Mas Eduardo Duarte é uma criatura rara entre todas as outras criaturas.

O espirito, acima de tantas cousas, o envolve sempre nos debates culturais e através da própria vida. Desmaterializada, assim negligencia das torpezas e dos contactos humanos. Ha sempre frestas de luz nos porões das almas.

Imensamente superior, guardando até no fisico uma certa postura de inglês fino, a elegância requintada de sua personalidade dimana ainda e como intrinseco da existência.

Eterno enamorado do silêncio, pouco ou nada consegue achar interessante o dinamismo cabotino, enervante e dissol-

vente da vida nova e foge para o recolhimento claustral de um arquivo e de um museu, onde não chegam as descargas dos radios, nem o ronco dos aviões, mas paira a mansidão adorável dos velhos e respeitáveis papeis e objetos.

Quantas vezes com as mãos tremulas tenha segurado a lente para poder ler a escrita quasi apagada dum amarelo roteiro do seculo dezoito, revirado centenas de páginas palidas para recompor uma memoria mal grafada, passar anos e anos á espera que alguém mande um jornal duma época passada para completar uma coleção.

Que emoção trescala do interior de quem passou angustiosos tempos na espectativa de revelar um novo caso da vida de um país, é grande e sublime a pureza dos que vivem assim para decifrar os enigmas e trazer a verdade nas mentiras históricas.

São os homens que se alheiam da vertigem e do tumulto do século para entregar-se aos cansados alfarrabios que os tempos escondem para que num momento para outro surjam e então os apaixonados do passado quasi enlouquecem para estudar com todo o carinho aquelas palavras e aquelas datas...

A ordem dos silenciosos. Para êles nada mais existe sinão o silêncio. Porque da quietude nascem as fontes das cultura.

Eduardo Duarte adora o seu silencio numa religiosidade quasi mistica.

Era Tómas Carlyle quem dizia que deveriamos erguer altares aos silencio.

E Maeterlink, no missal dos Tesouros dos Humildes, cujas palavras Georgete Leblanc diz serem dela, clama: "E' no silêncio que se formam as grandes coisas, para que elas surjam, enfim, perfeitas e majestosas, á luz da vida que vão dominar".

Sim, os homens das ruas, das calçadas, dos bondes, dos trens, dos autos, dos escritorios e das companhias, o que serias dêles, dessas legiões de demialucinados pelo pão e pelo dinheiro, sinão fossem esses sacerdotes do silêncio.

Eduardo Duarte é um sacerdote do silêncio. Todos os

que vão até áquele seu templo de saber bem o sentem quanto as palavras de qualquer especie são inoportunas mesmo porque também há, esta claro, cavalheiros inoportunos...

E Eduardo Duarte fez possível uma grande cousa no Rio Grande: o estudo da história.

Durante dezenas de anos, uma burocracia absurda impediu o estudo da nossa história.

As repartições de pesquisas da cultura mental tinham invariàvelmente nas portas um cartaz: fechado para reformas.

Ora, um certo número de estudiosos diante de tais obstáculos tende a diminuir sempre, e como o número é insignificante, termina desaparecendo...

Mas Eduardo Duarte começou a lançar os seus notáveis trabalhos: uma revista com os documentos comentados.

Surge, então, uma coisa inesperada aos olhos de toda a gente: Não é preciso ficar numa sala qualquer algumas horas miseráveis para ler essa ou aquela correspondência ou outro trabalho que seja...

As demarcações dos nossos limites, os primeiros movimentos de tropas portuguesas, a colonização alemã, o decenio farroupilha, aparecem á luz dos arquivos oficiais e particulares.

E um homem sósinho fez tudo isso durante anos e anos. E êste homem foi Eduardo Duarte. Em torno dêle está se formando uma nova geração de historiadores do Rio Grande. Em torno de sua obra monumental. Torna-se grandioso o esfôrço e as proporções tomam volumes extranhos, porque é toda uma obra feita quasi que anonimamente.

Entretanto, esta é a hora do resgate. Os seus companheiros de corporação o saudam em altas vozes para que êste éco se alontane pela pampa em fóra.

Os jornais que sempre o tiveram como um confrade pronto a encher páginas inteiras para edições comemorativas, também agora são os primeiros a noticiarem um esforço que completa trinta e cinco anos.

Os amigos fazem o côro da admiração incondicional. E os discipulos desejam pagar a sua contribuição.

Eduardo Duarte foi e é o meu mestre. A êle eu devo os meus livros de história, inclusive a sua publicação, o conforto e a solidariedade nas polemicas que me fez vencer, os rumos e as orientações intelectuais tomadas por mim na ciência histórica.

Eduardo Duarte é na gratidão minha muito mais alto que uma estrela, muito mais sublime que a claridade das nuvens e mora na minha memória para sempre.

Do homem novo para o homem velho, que sou eu para o dr. Eduardo Duarte, coisa alguma nos separa desta amizade feita de muitas côres.

A vida talvez nos seja igual porque para nós dois ela nada mais é do que um grande sonho.

E o sonho é eterno...

Eduardo Duarte nos trinta e cinco anos de serviço público não foi mais do que um grande sonhador. E para êle talvez seja de algum conforto deixar os seus discipulos. Eu por mim não só o tenho como mestre como também o venero. A veneração é uma homenagem. Eis a minha homenagem.

(Do "Jornal da Manhã")

Nótulas bibliográficas

por **Walter Spalding**

O TRABALHO ALEMÃO NO RIO GRANDE DO SUL, por **Aurelio Porto.** — Est. Graf. S. Terezinha, Pôrto Alegre, 1934.

Aurelio Porto é um verdadeiro exemplo de trabalho e estudo. Dentre os nossos escritores, mórmente historiadores, destaca-se o sr. Aurelio Porto não só pela fecundidade como, e principalmente, pela imparcialidade e concisão admiráveis de seus magnificos trabalhos, quer em livro, quer na imprensa.

Todo entregue aos arquivos do Rio de Janeiro de onde está desentranhando cimélios inéditos do mais alto valor, referentes aos farrapos Aurelio consegue ainda tempo para, fora das anotações à essa preciosa documentação, escrever ainda e estudar.

E dêsse seu labor extra, prova de seu entranhado amor à nossa história, publicou o sr. Aurelio Porto, êste ano, a encantadora novela histórica — O TESOURO DO ARROIO DO CONDE, — O COLONO ALEMÃO, — aos quais já nos referimos nestas páginas, e mais: CAARÓ (Notas para um ensaio etimológico), interessante monografia sôbre a destruída redução de Caaró de Todos os Santos, onde foram martirizados os padres Roque Gonzales de Santa Cruz e Affonso Rodrigues, e PREHISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL — Unidade de uma raça desconhecida —, ótima con-

tribuïção para um amplo estudo sôbre os indígenas que habitavam nosso Brasil.

O primeiro dêstes estudos publicou Aurelio Porto no "Jornal do Comércio" de 22 de julho dêste ano, e o segundo no n.º 2.º, também dêste ano, da "Revista Brasileira", de Baptista Pereira.

Além de tudo isso, dá-nos, ainda, um substancioso volume sôbre o TRABALHO ALEMÃO NO RIO GRANDE DO SUL.

Não cabe, na angústia destas linhas, um estudo digno da magnífica obra de Aurelio Porto. Aliás, tudo quanto dizer podiamos nada mais seria do que um elogio contínuo ao livro e ao talento do eminente historiador.

Baste pois, o registo aquí, do aparecimento de O TRABALHO ALEMÃO NO RIO GRANDE DO SUL, editado, ao mesmo tempo, em português e alemão no mês de abril, si não nos falha a memória, e, para sua consagração, dizer que, em cêrca de seis meses, estava a edição alemã esgotada!

Já é alguma cousa para uma obra de pura história como é esta de Aurelio Porto.

E bem merecem essa consagração os 30 capítulos de O TRABALHO ALEMÃO NO RIO GRANDE DO SUL, porque nêles o historiador procurou fixar não só a contribuïção do elemento germanico na vida ativa e comercial do Rio Grande do Sul, como também a sua ação social e política, na paz e na guerra.

E' um livro que se recomenda sob todos os pontos de vista.

ROQUE GONZALES ou a aurora sangrenta da História Rio-grandense; tragédia em 4 atos por Afonso Rodrigues Hansen, S. J. — Edição da Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1934.

Roque Gonzales de Santa Cruz, o jesuíta mártir de Caaró, primeiro civilizado que pisou o solo rio-grandense, em 1626,

teve seu primeiro historiador no saüdoso P. Carlos Teschauer, S. J., cuja obra — VIDA E OBRAS DO VENERÁVEL ROQUE GONZALES DE SANTA CRUZ, primeiro apóstolo do Rio Grande do Sul, — conseguiu três edições em 20 anos: 1.ª — 1908; 2.ª — 1913; e 3.ª — 1928, por ocasião do tricentenário do martírio do apóstolo.

Muitos outros trabalhos apareceram, depois, sôbre o ilustre jesuíta missionário: na Argentina devemos destacar os trabalhos do P. José Maria Blanco, S. J., em dois volumes: um estudo crítico-histórico, reproduzindo toda a documentação referente aos três mártires, e "Los mártires del Caaró e Ijuí", história popular da vida dêsses missionários. Outras obras surgiram ainda, mas menores, como o trabalho de divulgação do Rev. P. João Baptista Reus, S. J., em português, alemão e italiano (Pôrto Alegre, 1932), fartamente ilustrado — "Os três mártires de Caaró e Ijuí, no Rio Grande do Sul — Brasil" — entre outros.

Agora, sob a forma de peça teatral, apresenta-nos bem escrita biografia o Rev. P. Afonso Rodrigues Hansen, S. J., intitulada ROQUE GONZALEZ OU A AURORA SANGRENTA DA HISTÓRIA RIO-GRANDENSE.

"Tragédia em 4 atos", escreveu o autor. Realmente, verdadeira tragédia foi a vida de Roque Gonzalez.

Si bem a peça tenha, aquí e alí, pequenos defeitos de técnica, dando-nos ainda a idéia de ser mais "teatro de leitura", do que "teatro de representação" está muito bem feita e, salvo uma ou outra particularidade não histórica, esplicada pelo autor no prefácio, històricamente certo o enrêdo.

Com êsse seu trabalho presta o Rev. P. Afonso Rodrigues Hansen, S. J., um bom serviço às pobres letras teatrais de nosso Rio Grande, não só apresentando um motivo nosso, como também profundamente educativo e moral. E' sob êste aspecto, principalmente, que a tragédia é digna do máximo louvor.

TUPAN-CY-RETAN, por Manoelito de Ornellas. — São Paulo Editora Limitada, 1934.

E' trabalho dos mais interessantes para a história de um povo, êsse que podemos denominar "monografias regionais". Nada mais útil, mais prático, mais compatível com a índole do povo, do que êsses trabalhos, quando bem orientados e escritos com serenidade e sobriedade de linguagem.

Alguma cousa temos já, no Rio Grande do Sul, nesse gênero, merecendo destaque, entre outras menores, as monografias sôbre Triunfo, escrita por Marino Josetti de Almeida; a sôbre Cruz Alta, de Josino dos Santos Lima; a sôbre Rio Pardo de De Paranhos Antunes, e sobretudo a de João Belém, sôbre Santa Maria, que é um trabalho de fôlego, muito interessante e de grande valor.

A estes veiu juntar-se, agora, o sr. Manuelito de Ornellas, com TUPAN-CY-RETAN, trabalho imparcial e, nota-se em todas as suas páginas, escrito com carinho e estremado amor.

A nosso ver TUPAN-CY-RETAN é o que de melhor nêsse gênero, monografias municipais, ou regionais, tem aparecido até hoje.

Escrito num estilo conciso, didático, num português correto, esta excelente obra do sr. Manuelito de Ornellas tem o condão, raro em tais trabalhos, de prender desde o início a atenção do leitor. E' uma obra digna de nota, e oxalá atinja a sua finalidade: deleitar instruindo, sobretudo instruindo, e incutindo na nossa mocidade hodierna o amor ao pago e à história tão rica e linda de nossa querida gleba gaúcha.

Divide-se TUPAN-CY-RETAN em seis partes: "Charruas e Minuanos", "Corografia", "História", "Homens ilustres", "Tupaceretã na História do Brasil", "Atualidade social e Imprensa", além de quatro pequenos capítulos: "Um quadro de honra", "Tupaceretã intelectual", "Um tributo de amizade" e "Apêndice".

Com êsse livro revelou-se o poeta de "Rodeio de Estrê-

las" e "Arco Iris" um historiador competente, e capaz de obras de maior vulto e alcance no reino maravilhoso da História.

SÃO PAULO — BRASIL, por A. Pompêo. — Emprêsa Gráfica Revista dos Tribunais", São Paulo, 1934.

E' das tipografias paulistas que nos tem vindo, ùltimamente, o maior número de obras. Obras de todo o gênero, de todos os matizes. Desde a obra genuìnamente católica-apostólica-romana, até a mais rubra comunista, desde a mais moral, a mais pornográfica.

Mas, nesse particular, longe está ainda, — e damos-lhe nosso parabem, — do Rio de Janeiro, onde as casas editoras se amontoam, andam às dúzias, como os restaurantes.

São Paulo, porém, tem produzido, e produz ainda, o maior número de obras boas, de grandes obras, de legítimas glórias de nossa literatura recreativa, social, política e histórica. Glória lhe seja dado.

Dentre os escritores paulistas que ùltimamente se tem revelado aquí no sul, destaca-se, por sua atividade social e por sua finalidade genuìnamente moral e cristã, o sr. A. Pompêo.

Desde 1927 vem êle produzindo: "Idéias, homens e livros", "Em 1875" (novela). Depois, "Os paulistas e a Igreja", "Ruy e Nabuco" e mais: "Conferências", "Deus e Pátria" e, agora, SÃO PAULO-BRASIL, interessante discurso "que não poude ser pronunciado na católica Bragança", segundo afirma o autor em nota.

Porque?

Êsse discurso é genuìnamente católico e patriótico. Porque, pois, "não poude ser pronunciado"?

Isso, afinal, pouco importa. O que vale é registrar o aparecimento, em letra de forma, de mais êsse trabalho do brilhante escritor paulista, sr. A. Pompêo.

ARQUEOLOGIA DEL ARROYO LEYES (Província de Santa Fé). Notícia preliminar a propósito de la colección Bousquet, por Antonio Serrano. — Predassi Impressores, Paraná, 1934.

Inúmeros são os trabalhos já publicados pelo sr. Antonio Serrano, ilustre diretor do "Museu Escolar Central de la Província de Paraná", Rep. Argentina. Inúmeros e cheios, todos, de interessantes observações.

O autor das 30 páginas de ARQUEOLOGIA DEL ARROYO LEYES pode ser considerado, hoje, graças aos seus estudos contínuos, que se nota através todos os seus trabalhos, uma legítima autoridade em assuntos arqueológicos americanos, e, pelo seu sistema de expor, criticar, comentar, e demonstrar a procedência ou as possibilidades, simples hipóteses, não raro dêste ou daquele fato, dêste ou daquele achado, torna-se um verdadeiro orientador nesses estudos.

ARQUEOLOGIA DEL ARROYO LEYES é, como o próprio sub-título indica, uma simples notícia sôbre a coleção do sr. Manuel A. Bousquet, extraída, quasi toda, das jazidas arqueológicas da província de Santa Fé, junto ao arroio Leyes. Não deixa, porém, de ser de grande utilidade o trabalho do sr. Antonio Serrano ao estudo de mais uma parte da arqueologia americana, não só pela notícia, como também pelas 13 planchas com reproduções fotográficas que a acompanham.

FERIADOS DO BRASIL, pelo desembargador Carlos Xavier Paes Barreto. — Livraria editora Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, 1926. 3 volumes.

Trata-se de um substancioso trabalho apresentado ao 8.º Congresso Brasileiro de Geografia, secção de Antropologia, subsecção de Geagrafia Histórica. Nesses três alentados

volumes (mais de 1.200 páginas ao todo) estuda o sr. Paes Barreto o significado e a origem de cada um dos feriados nacionais de então, e de cada feriado estadual e também dos feriados internacionais. E' sem dúvida alguma, de grande interêsse e utilidade êsse trabalho, embora contenha alguns erros e apreciações um tanto apressadas, mòrmente em se tratando de datas estaduais.

Quanto às datas nacionais, muito louvamos o trabalho do autor retificando o secular êrro na comemoração do descobrimento do Brasil que, não resta a menor dúvida, foi a **22 de abril** e não a 3 de maio.

Há quem alegue para motivo da comemoração a 3 de maio a mudança do calendário. Mesmo assim continuaria errada a data, e a festividade deveria ter lugar a 1.º de maio. Outros, ainda, alegam que foi preferida não a data do descobrimento, mas a da partida de Cabral continuando o roteiro para as Índias, do qual se afastara propositalmente atendendo ás ordens do monarca português D. Manuel, que lhe ordenara se afastasse da costa africana, metendo "o cabo de boa esperança em leste franco e dy em diante navegarem segundo lhe servyr o tempo", fazendo, dêsse modo, segundo as experiências (?) de Vasco da Gama, viagem mais ràpida sem os perigos do estrago que nessas longas viagens sempre fazia o **busano,** e também porque, assim, "os mantimentos se teem milhor e a gente yraa mais saã".

Mas também êsses que preferem a data da partida não tem razão, pois Cabral retirou-se novamente da costa brasileira no dia 2, tendo tomado posse dela, solenemente, no dia 1.º. Esta data da posse é, por alguns, reivindicada como a própria para a comemoração. Mas fixam-na também, erradamente, a 3 de maio.

Vê-se, pois, dêsse modo, que não há razão alguma da comemoração do descobrimento do Brasil a 3 de maio, e infelizmente, a-pesar-de todas as solicitações, nada faz o govêrno, continuando o êrro que, por certo, se perpetuará.

Com referência às datas estaduais, deter-nos-emos um pouco no que diz respeito ao 20 de setembro, no Rio Grande do Sul.

Pouquíssimas páginas o sr. Paes Barreto dedica a essa grande data que deveria ser cara a todos os republicanos pelo rumo que tomou, depois, a revolução, e, também, pelo seu sentido profundamente nacional, brasilista, federal.

Tirando um ou outro deslise de menos importância, como nomes errados (Mariano em vez de Marciano Pereira Ribeiro; Faufa, por Fanfa; Antonio Elysiario, por Elzeario; Soares André, por Andréa; Alvaro Machado, por Alvares Machado, há outros de grande monta que não devemos deixar sem um comentário especial.

No parágrafo terceiro, que o autor intitulou "2.ª fase da campanha — acôrdo de 25 de fevereiro de 1845", assevera que "batidos os farrapos, vítimas de cisões no próprio grupo (!), chegando a haver duelo entre Onofre e Gonçalves, foram, afinal, **obrigados a aceitar** a paz, na célebre sessão de Poncho Verde, efetuada a 25 de fevereiro de 1845".

Há, aí, visível equívoco. Os farrapos não foram obrigados a aceitar a paz. Aceitaram-na não porque não mais podiam lutar, mas, simplesmente, por patriotismo, pelo espírito profundamente brasilista que sempre os norteou. Assás conhecido é já o tratado de paz conseguido graças à mediação de Antonio Vicente da Fontoura, embaixador dos farrapos no Rio de Janeiro, para onde fôra especialmente, acompanhado de um delegado do barão de Caxias, o major Marques de Souza, NEGOCIAR um tratado de paz. As discussões, no ministério, foram grandes, vencendo, afinal, Fontoura depois de ter demonstrado que os farrapos estavam mais do que preparados para continuar a guerra, e só não o faziam porque o Brasil estava ameaçado por Rosas.

O govêrno do Império sim, aceitou, depois de muito relutar, as cláusulas impostas pelos farrapos já discutidas anteriormente com Caxias nas campinas do Rio Grande.

"A célebre sessão de Poncho Verde", nada mais foi do que a confirmação e divulgação do tratado que fôra feito no Rio de Janeiro com muita honra para os farroupilhas.

Sôbre o patriotismo dos republicanos de Piratiní já muito se tem escrito. Não é demais, contudo, repetir, aquí, a resposta de David Canabarro ao famoso caudilho platino,

Rosas, quando êste o convidou a aceitar o auxílio que queria prestar ao farrapos. Nesse precioso documento dizia Canabarro a Rosas:

"Senhor. — O primeiro de vossos soldados que transpuzer o fronteira, fornecerá o sangue com que assinaremos a paz de Piratiní com os imperiais, pois acima de nosso amor à República está o nosso brio de brasileiros. Quisemos ontem a separação de nossa pátria, hoje almejamos a sua integridade. Vossos homens, si ousassem invadir nosso país, encontrariam, ombro a ombro, os republicanos de Piratiní e os monarquistas do sr. D. Pedro II".

Tão altiva resposta não é, por certo, capaz de formular um separatista, principalmente sendo o seu autor chefe do estado maior e quando a guerra ia acesa e se não cogitava ainda da pacificação.

Quanto à cisão havida entre os farrapos, tem razão em afirmá-la o sr. Paes Barreto. Existiu, realmente, depois da abertura da Assembléia Constituinte, em dezembro de 1842. Mas essa cisão muito pouco prejudicou o estado de guerra em que se encontravam os farrapos e, menos ainda, foi causa da pacificação.

Essa cisão, e o próprio duelo de Onofre Pires e Bento Gonçalves, — cousa, aliás, mais pessoal que política, — influência alguma teve no tratado de paz.

Há ainda outras asserções inexatas das quais, algumas, como o que acima dissemos ficam retificadas, pois são conseqüência lógica dêsses fatos.

E' de justiça porém, notar-se que o sr. Paes Barreto teve a melhor boa vontade em acertar, pois nota-se em seu trabalho, tanto no sôbre o 20 de setembro como todos os outros, grande serenidade e imparcialidade.

Retificados os senões apontados e outros que notamos no decurso da obra, podemos afirmar que o sr. Paes Barreto fez um trabalho digno de nota e merecedor de todos os aplausos.

Relatorio

APRESENTADO PELO

DR. EDUARDO DUARTE

Secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

AO

DR. FRANCISCO R. SIMCH

Presidente da mesma instituição

Ilmo. Snr. Presidente.

De conformidade com a disposição regulamentar, tenho a honra de apresentar-vos o presente relatório que, de modo sucinto, demonstra o que foi a vida do Instituto no ano social hoje findo. (*) E não só neste período; pois, em ligeiro retrospecto, julguei conveniente abranger anos anteriores, desde que assumí a direção efetiva da secretaria, com o afastamento do nosso confrade dr. Leonardo Truda, por transferência de domicílio.

Cumpre-me salientar, preliminarmente, que o Instituto entrou definitivamente numa vida fecunda, ativa, regular, de

(*) Publicamos apenas os relatórios da secretaria e biblioteca, excluindo, por falta de espaço, inúmeros quadros que instruem o primeiro dêsses relatórios.

positivas realizações, tendo alcançado uma posição sobremodo honrosa, não direi sòmente entre as associações congêneres do país, mas também de alto destaque entre suas co-irmãs do continente sul-americano.

Como comprovante dessa assertiva, poderei citar vários fatos entre os quais a publicação periódica de sua Revista, a que me refiro mais adiante, e as suas contínuas sessões, sempre freqüentadas com interêsse por pessoas da alta sociedade local.

Nessas sessões, ora comemorativas de fatos da história regional, ora com o fim especial de recepção de novos sócios, são tratados assuntos que despertam sempre a atenção da nossa gente.

E assim vai o Instituto caminhando com segurança em demanda das suas finalidades.

A Revista

Em 1924, com o doloroso passamento do P. J. B. Hafekemeyer, fui designado para substituir, na comissão da Revista, êsse sábio confrade tão prematuramente roubado à vida.

Resignado com essa imposição dos meus consócios, tudo tenho feito pela boa marcha dessa publicação, que é o mais belo sintoma de vida do Instituto. Releva notar, entretanto, que nesse trabalho tenho sido apenas o braço que executa, pois que o brilho adquirido pela Revista, deve-se sobretudo aos dignos companheiros de redação, visto que eu apenas lhe dou a dedicação, que talentos não possuo para tal investidura.

Pela sua já volumosa coleção, não é demais salientar que é talvez a única publicação que, no gênero, aparece com regularidade no país; tendes visto e bem avaliado do valor intelectual e da operosidade dos nossos consócios.

Basta dizer que, não poucas vezes, tem havido dificuldade em selecionar os trabalhos que se destinam à publicação. Ainda agora vê-se a comissão em aperturas para aten-

der àqueles que enviaram originais destinados à divulgação. E não é possível atender a todos.

Em 1931, recebido o beneplácito do então presidente, desembargador Florencio, resolveu a comissão redatorial tirar dois volumes por ano em vez de um, como estava estabelecido, o que foi feito. Hoje se impõe a proposta de tirar volumes trimestrais, em vez de simples fascículos. E o faremos, desde que possamos financiar a obra, com uma possível melhora na nossa subvenção.

Ademais, como já tive ocasião de dizer, estou em vésperas de aposentar-me no cargo que exerço no funcionalismo público e, conseguida essa aspiração, consagrar-me-ei de todo ao serviço do Instituto.

Anexo vai um quadro demonstrativo das publicações feitas até hoje na Revista, pelo qual vereis quão importantes são os trabalhos já divulgados nos quatorze, direi melhor quinze volumes da Revista.

Não é exagerado o que disse insuspeito cultor do nosso passado: a coleção da Revista do Instituto não pode faltar na estante dos estudiosos da nossa história.

Por último. E' nosso editor, presentemente, a Livraria do Globo. Pagamos 10.600 por página de 650 exemplares, dos quais são distribuídos cêrca de 450, ficando 200, de cada edição, em estoque. A assinatura continua a ser de 15$000 anuais, preço por demais exíguo para uma publicação de tal valor. Possuímos ainda algumas coleções completas, para as quais foi estabelecido o preço de 1:000$000. Os fascículos isolados são vendidos por preços estabelecidos em tabela aprovada pela presidência.

Fazem parte da comissão de redação da Revista os snrs. dr. Adroaldo M. da Costa, Othelo Rosa, Cel. Emilio Fernandes de Souza Doca e o signatário dêste.

História da Grande Revolução

No ano próximo passado, quando aquí esteve o nosso eminente confrade dr. Alfredo Varela, o Instituto tomou o encargo de patrocinar a publicação da "História da Grande

Revolução", com o financiamento do Govêrno do Estado. O Instituto assim resolveu por se tratar de obra de real valor, pois que o seu autor, nome feito nas letras históricas da nossa terra, era o garante do êxito dessa publicação que muito honraria o Instituto na pessoa do seu conspícuo membro.

A publicação foi feita e entregue ao govêrno do Estado, como se vê da correspondência protocolada na secretaria.

E' de notar, entretanto, que o dr. Varela em certos pontos de vista divulgados em seu afanoso trabalho, nem sempre encontrou o apôio de muitos de nossos consócios. O fato, porém, não tem a importância que se lhe queira emprestar, com menoscabo para o Instituto, pois que êste apenas patrocinou a publicação, não querendo com isso dizer que exposava as idéias do autor.

Indiscutìvelmente, o trabalho do nosso confrade tem mérito real e patrocinando a sua publicação, para êste Instituto grande honra adveiu.

Aos sócios efetivos do Instituto foram distribuídas coleções a título de gratuïdade, e aos correspondentes um abatimento de 50% nos respectivos preços. Esta distribuïção e abatimento foram feitos por determinação de s. ex. o snr. Interventor Federal no Estado, mediante solicitação do snr. presidente.

Quadro de sócios

O quadro efetivo de sócios é de 19 sôbre o número de 30, previsto nos Estatutos. Diversas transferências foram feitas, sendo a última do snr. desembargador Florencio de Abreu, que estabeleceu residência na capital da República.

O quadro dos sócios correspondentes atinge a 34.

Biblioteca

O relatório do bibliotecário vos dará notícias detalhada do movimento da biblioteca.

Desembargador Florencio de Abreu

Em 14 de junho do corrente ano renunciou o cargo de presidente o snr. desembargador Florencio de Abreu que desde a fundação vinha exercendo-o. Motivos conhecidos determinaram essa resolução do egrégio presidente, hoje com residência na Capital Federal.

Foi com grande mágoa que vimos afastar-se do nosso convívio tão devotado confrade, e mais ainda os motivos que determinaram a sua mudança de domicílio.

O Instituto, em sessão à qual foi presente a quasi totalidade dos seus sócios, elegeu o desembargador Forencio de Abreu, de acôrdo com o artigo 10.º dos Estatutos, seu presidente honorário. Foi um ato de justiça feito a quem jamais regateou esforços e fez mesmo os maiores sacrifícios para elevar o Instituto ao grande destaque de que goza em nosso convívio social e no seio das associações congêneres do país e do exterior.

O nosso operoso confrade snr. coronel João Maia renunciou, igualmente, a função dos cargos que exercia, justificando os motivos que determinaram a sua resolução.

Feita a eleição para provimento dos cargos vagos, a escolha recaíu em dois distintos confrades, em quem todos nós depositamos o máximo de nossa confiança para o bom desempenho de tão elevadas investituras.

Mapoteca

Elevado é o número de mapas que possuímos, entre os quais alguns de grande valor. Êsses mapas foram fichados juntos à coleção do Arquivo Histórico, para maior facilidade de consulta aos interessados.

Antes de fazer o fichário ouví, a respeito, o então presidente, que deu o seu consentimento, devendo porém as peças de nossa propriedade serem assinaladas com o carimbo do Instituto, o que foi feito.

Móveis e Utensílios

Pelo quadro anexo vereis o que possuímos, cumprindo notar que o número de nossos armários é por demais deficiente, e não sabemos onde acomodar os livros e revistas que contìnuadamente recebemos. E nem teriamos mesmo lugar onde colocar outros móveis que porventura adquiríssimos. O relatório do bibliotecário melhor dirá do assunto.

Temos também muitos quadros de figuras e motivos regionais. Lutamos, igualmente, para sua colocação com a falta de espaço.

E daí a necessidade de uma

Sede social

Em dias do passado mês de julho endereçamos um memorial ao então chefe do govêrno provisório, hoje presidente constitucional da República, snr. dr. Getulio Vargas, solicitando um auxílio para a instalação condigna do Instituto, em sede própria. Foi portador do memorial o snr. desembargador Florencio, o qual, em carta, nos anuncia ter esperanças do êxito feliz de nossa solicitação.

Contamos também com a boa vontade dos governos estadual e municipal e esperamos que o próximo ano de 1935, que assinalará a centúria do grande movimento regional, a guerra dos farrapos, já, nos encontre instalado em sede própria, o que, seja dito com legítimo orgulho, bem merece o Instituto que em seus quinze anos de afanoso labor, tem sabido conquistar títulos de alta benemerência.

Até lá esperamos com confiança na justiça dos homens que governam a nossa pátria.

Valioso donativo

Em agôsto do ano passado foi inaugurado nesta cidade o monumento eqüestre ao invicto general Osorio, o legendário, ato de reparadora justiça do Rio Grande ao excelso cabo de guerra.

Da respectiva comissão faziam parte os nossos conspícuos consócios João Maia e Manoel de Faria Correia, os quais, verificando no ajuste de contas um saldo apreciável, distribuiram-no, destinando para o patrimônio do Instituto a quantia de 5:000$000.

Foi um gesto altamente louvável dêsses distintos confrades, a quem o Instituto significou o seu agradecimento em sessão e por ofício.

Despesas com a Revista e serviços anexos

A máxima economia tem sido feita com a Revista, secretaria e serviços anexos. Como vereis pelo balancete da tesouraria, há saldo, pois as verbas não são excedidas.

A impressão da Revista é feita por meio de concurrência, que é sempre renovada quando preços mais convenientes alcança esta Secretaria.

Temos feito a máxima economia pensando reservar os saldos que se vão fazendo para aplicá-los na futura sede, onde teremos instalação condigna.

Medalha comemorativa

Lembro a conveniência de fazer-se cunhar u'a medalha comemorativa do próximo centenário, e si para isso tiver autorização, esta secretaria se dirigirá ao diretor da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, pedindo preços e modelos para a obra.

Não é novidade o que proponho; associações co-irmãs têm comemorado, dessa forma, os grandes feitos, e justo é que o Instituto, tome igualmente essa deliberação, que será, além de outras, uma bela comemoração do épico decênio.

Sócios falecidos

A relação que se segue mostra o número de sócios falecidos de 1930 para cá:

Sócios efetivos:

General Oscar Miranda.
Roque Calage.
Padre Carlos Teschauer.
José Paulo Riberio.
Dr. Protasio Antonio Alves.

Sócios correspondentes:

Desembargador José Boiteux, em Florianópolis.
João B. de Menezes, em Santa Cruz.
Dr. Demetrio Ribeiro, em Rio de Janeiro.
Coronel Delfino Riet, em Uruguaiana.

Lamentando o desaparecimento dêsses dignos companheiros, aquí exaramos o voto de nossa funda saudade.

Correspondência

Ofícios expedidos — (1930-1933) — 417.
Ofícios recebidos — (1930-1933) — 431.

Terminado esta sucinta exposição, estou, snr. presidente, inteiramente ao vosso dispor para qualquer informação em que, porventura, tenha sido omisso êste relatório.

Eduardo Duarte
Secretário perpétuo

RELATÓRIO DO BIBLIOTECÁRIO

Exmo. Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Cumprindo o disposto no art. 28, § 6 dos Estatutos, apresento a V. Excia. o presente relatório, referente ao ano social 1933-1934, da Biblioteca dêste Instituto a meu cargo confiada.

Os diversos afazeres que, diàriamente me ocupam, não me permitem zelar como era mistér a grande e seleta Biblioteca do Instituto. Não obstante, nela hei trabalhado na medida que o tempo me permite.

Possue, presentemente, a Biblioteca do Instituto mil e cincoenta e nove (1.059) obras catalogadas, que representam cêrca de 4.000 volumes. Além disso, ainda não catalogada, possui a biblioteca que pertenceu ao nosso consócio Dr. Homero Baptista, com mais de 4.000 volumes, existindo ainda, por catalogar cêrca de 150 obras. Quer isto dizer que, encerrando o ano social do Instituto, conta a nossa Biblioteca cêrca de 8.000 volumes, o que representa patrimônio avultado.

Infelizmente não pôde essa biblioteca ser organizada como era necessário não só por falta de armários, como também por falta de espaço para colocá-los. Por isso não foi ainda catalogada a já referida Biblioteca "Dr. Homero Baptista" assim denominada, em homenagem e em memória dêsse nosso ilustre consócio. Urge, porém, que se trate com a maior brevidade possível dessa catalogação, bem como de uma revisão geral nas obras já catalogadas, não só para uma reorganização, como para examinar as obras que estão sendo "visitadas" pelas traças, cuja propagação só assim e com desinfetantes se poderá evitar.

Durante o presente ano social foram encadernadas cêrca de 120 volumes, perfazendo um total de 60 obras, incluindo-se como uma só obra os 30 volumes da Anuário Dr. Graciano.

Foram oferecidas à Biblioteca do Instituto, além da "Biblioteca Dr. Homero Baptista", pelos herdeiros do saüdoso consócio, mais as seguintes obras:

Pelo Dr. Francisco Rodolfo Simch: a coleção completa e em perfeito estado do Anuario do Dr. Graciano Azambuja (30 vols.);

Pelo sr. Othelo Rosa: um volume da Revista do Partenon Literário.

Pela Biblioteca Rio-Grandense, do Rio Grande: alguns fascículos avulsos da Revista do Partenon Literário.

Pelo Rev. P. Claudio Santini: o volume encadernado contendo todos os documentos utilizados para o processo de canonização dos mártires Rio-grandenses e o próprio processo. E' uma obra preciosíssima para o estudo dos primórdios da vida do Rio Grande.

Pelos autores: 52 obras nos foram diretamente oferecidas, das quais foram feitas referências em nossa Revista, na seção "Nótulas Bibliográficas", além de regular número de folhetos e revistas especializadas.

Além disso foram oferecidos ao Instituto para serem distribuídos entre os consócios vários exemplares das seguintes obras: **Através de meio século,** do Dr. Elizio Araujo; **O Colono Alemão,** do consócio sr. Aurelio Pôrto; **O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul,** também de Aurelio Pôrto, e o vol. XXIX das Publicações do Arquivo Nacional, que compreende o 1.º vol. do "Processo dos Farrapos", organizado e anotado por Aurelio Pôrto.

Essa em breve resenha, a situação da Biblioteca do Instuto para a qual peço licença para, mais uma vez, chamar a preciosa atenção de V. Excia., mòrmente no que se refere à reorganização e conservação dos livros.

Concluindo, devo dizer que existem ainda centenares de volumes para serem encadernados, para o que estou sòmente a espera da necessária autorização de V. Excia.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Excia., sr. Presidente, os protestos de minha estima e consideração.

Walter Spalding
Bibliotecário

ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO NO ANO DE 1934

ATA DA 35.ª SESSÃO ORDINÁRIA (*)

Aos quartoze dias do mês de junho de 1934, numa das salas do Museu do Estado, às 20 horas, presentes os sócios que firmaram o respectivo livro, o snr. dr. Eduardo Duarte, secretário perpétuo e presidente interino, assumindo a presidência declarou aberta a sessão. Lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada, passou-se à leitura do expediente que constou de: carta do dr. Darcy Azambuja, dizendo não poder comparecer à sessão por motivo de moléstia; carta do snr. Angelo Pires, de Pelotas, acompanhando retrato e apontamentos do veterano de 1835, tenente-coronel Bernardo Pires; carta do dr. Leonardo Truda tratando de uma coleção de documentos e autógrafos pertencentes ao snr. Nestor Ascoli, que a ofereceu á venda ao Govêrno do Estado; carta do snr. J. C. Rego Monteiro ofrecendo ao Instituto cópias litográficas de mapas holandeses e jesuíticos; parecer firmado pelos consócios snrs. M. Faria Correa e João Maia, sôbre a indicação do consócio snr. Othelo referente ao hino de 1835. Tratou-se, a seguir, da aceitação do dr. Manuel Duarte, residente na Vaccaria, para sócio correspondente. O snr. Presidente interino, fez ler o respectivo parecer da comissão de sócios, que, sendo sobremodo favorável, resolveram os presentes, por unanimidade, dar como aceito sócio correspondente o referido proposto dr. Manuel Duarte. Terminada a matéria do expediente, o snr. dr. Presidente interino disse que o fim principal da presente sessão era a renúncia

(*) A ata da 21.ª sessão extraordinária encontra-se a páginas 276-277 deste volume.

que haviam feito dos cargos respectivamente de presidente e vice presidente os ilustre consócios snrs. desembargador Florencio de Abreu e coronel João Maia. Lidas as respectivas cartas dando os motivos da renúncia, foram as mesmas postas a votos, sendo aceitas as renúncias. Resolveu, porém, a casa que a ambos se oficiasse, demonstrando nosso pezar pela retirada dos cargos que desde a fundação vinham exercendo. Tratou-se, a seguir, da eleição para preenchimento dos cargos vagos, ficando assentado fazer-se uma convocação de Assembléia geral, com o fim precípuo de eleger-se os novos presidente e vice-presidente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual, para constar, lavrei a presente ata, que, como secretário interino, assino:

Valter Spalding
Eduardo Duarte

ATA DA 10.ª SESSÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

Aos vinte e um dias do mês de junho de mil novecentos e trinta e quatro, às vinte horas, na sede provisória do Instituto, presentes os senhores Afonso Guerreiro Lima, Valter Spalding, Othelo Rosa, Leonardo Macedonia Darcy Azambuja, Alcides Maya, Francisco Rodolfo Simch, Armando Dias de Azevedo e Eduardo Duarte, sendo que êste exibiu procuração dos senhores Adroaldo Mesquita da Costa, Aurelio Porto, Jorge Bahlis, e Gaston Hasslocher Mazeron, o secretário perpétuo, no exercício da presidência, verificando número legal, declarou aberta a sessão. Feita a leitura da ata da sessão anterior e não havendo impugnação, foi a mesma aprovada. O expediente constou da leitura de procurações passadas pelos senhores Adroaldo Mesquita da Costa, Jorge Bahlis, Aurelio Porto e Gaston Hasslocher Mazeron, fazendo-se representar nesta sessão. O presidente declara que a ordem do dia constava da eleição para provimento

dos cargos de presidente e vice-presidente, vagos com a renúncia dos senhores Florencio de Abreu e João Maia.

Suspensa a sessão para confecção das chapas e logo depois re-aberta, seguiu-se o processo da eleição e apuração das cédulas, servindo de escrutinadores os senhores Othelo e Armando de Azevedo. Apurado o resultado, verificou-se o seguinte: para presidente, senhor Francisco Rodolfo Simch, com doze votos; para vice-presidente senhor Leonardo Macedonia, com onze votos. O presidente proclama êsse resultado e declara eleitos os referidos consócios, convidando o senhor Francisco Rodolfo Simch a assumir a presidência. O senhor Simch usa da palavra e, lamentando a ausência do senhor Florencio de Abreu, para quem tem palavras de elevado carinho, agradeceu a escolha que foi feita pelos consócios, colocando-o na presidência do Instituto, e promete fazer tudo quanto estiver no possível para o bom desempenho do cargo que lhe era cometido. O secretário apresenta um ofício endereçado ao chefe do govêrno provisório, solicitando auxílio pecuniário para o levantamento do prédio que servirá, futuramente, de sede ao Instituto. Foi aprovado. Dada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, pediu-a o senhor Leonardo Macedonia e agradece a sua eleição para o cargo de vice-presidente, prometendo todo o seu esfôrço em prol do Instituto. O senhor Othelo Rosa pede vista do parecer sôbre uma indicação que apresentou para a divulgação do hino nacional de mil oitocentos e trinta e cinco; foi deferido. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão, do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei para constar a presente ata. Em tempo: O secretário pede a palavra e faz a leitura da seguinte proposta: "De conformidade com as disposições dos artigos 10.º dos estatutos, propomos para presidente honorário do Instituto o senhor desembargador Florencio Carlos de Abreu e Silva, ex-presidente efetivo desde mil novecentos e vinte, data da fundação do Instituto, até o presente ano, cargo que renunciou por motivos já conhecidos. Deixamos de entrar em considerações sôbre a presente proposta por ser sobejamente sabido quão dedicado foi o senhor desembargador Florencio de Abreu à vida do Instituto, podendo-

se mesmo afirmar, que não sòmente a fundação, mas também o estado de franca prosperidade em que o mesmo se encontra, deve-se, inegàvelmente, à dedicação sem par, jamais regateada ao Instituto pelo seu benemérito ex-presidente". (ass.) Eduardo Duarte, Valter Spalding, Francisco Rodolfo Simch, Afonso Guerreiro Lima, Leonardo Macedonia, Othelo Rosa, Gaston Hasslocher Mazeron, Clemenciano Barnasque, Alcides Maya, Antão Gonçalves de Faria, Jorge Bahlis, Armando Dias de Azevedo, João Maia, Adroaldo Mesquita da Costa, Aurelio Porto, Darcy Azambuja e Manoel de Faria Correa.

Esta proposta recebe, após a sua leitura, prolongada salva de palmas, o que leva o senhor presidente a considerá-la unanimemente aprovada, devendo-se comunicar êsse resultado ao ilustre consócio aclamado presidente honorário do Instituto. — Eduardo Duarte.

(ass.) F. R. Simch.

ATA DA 36.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de agôsto de mil novecentos e trinta e quatro, às vinte horas, no Museu Júlio de Castilhos, sede provisória do Instituto, presentes os consócios que firmaram o livro de presença o senhor Francisco Rodolfo Simch assumiu a presidência e verificando número legal, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente, que constou do seguinte: Carta do escritor L. F. Castilhos de Goycochêa, residente no Rio de Janeiro, na qual se refere à "História da Grande Revolução", do nosso confrade senhor Alfredo Varela, publicação feita sob o patrocínio dêste Instituto. Diz o senhor Goycochêa não acreditar que os membros do Instituto estejam de acôrdo com as idéias expedidas pelo autor quanto ao **separatismo** e **castelhanismo** da revolução farroupilha. O assunto é discutido largamente e, por fim, se resolve que a citada carta vá às mãos dos senhores Darcy

Azambuja e Othelo Rosa, para fins de parecer, dando-se depois uma nota oficial à imprensa, sôbre o assunto. O senhor Othelo diz estar lançado numa questão com o senhor Varela, a propósito do seu livro sôbre Julio de Castilhos, e pede dispensa da comissão, dispensa que não é concedida. Circular da ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul convidando o Instituto a comparecer à inauguração da exposição de obras jurídicas de autores riograndenses, a qual se realizará no próximo dia onze do corrente. Ficam nomeados os senhores Darcy e Armando Azevedo para representarem o Instituto nessa solenidade.

Carta do senhor Florencio de Abreu agradecendo a sua eleição para presidente honorário do Instituto. Ofício do senhor Alberto Bins, prefeito da capital e Comissário geral da Exposição Comemorativa do Centenário farroupilha, solicitando o comparecimento do Instituto, na pessoa de um dos seus membros, para representá-lo na referida Comissão e assentar a melhor forma de representar a nossa cultura na citada exposição. O senhor presidente já havia designado para tal incumbência o senhor Othelo Rosa, que aceitou. Proposta que faz o senhor Rafael Ferrari para a venda de um quadro com a fotografia dos sócios efetivos fundadores do Instituto. Não foi aceita a proposta por ser contrária às disposições do artigo cincoenta e um dos estatutos.

Carta do nosso consócio senhor Assis Brasil solicitando ao Instituto que divulgue e arquive o protesto, que junta, contra a reedição clandestina, feita no Rio de Janeiro, do seu livro: "História da Revolução Riograndense", obra publicada pelo autor quando estudante na Faculdade de São Paulo. Foi tomada na merecida consideração, determinando-se que, tendo já havido a solicitada divulgação, fôsse o protesto arquivado. Do expediente, que é grande, muitas outras peças foram lidas, já com o despacho do presidente.

Ordem do dia. Passou-se à leitura do programa das teses organizado pela comissão composta dos senhores João Maia, Othelo Rosa, e Darcy Azambuja, teses que serão discutidas no Congresso de História a se reünir nesta capital a vinte de setembro do próximo ano. Depois de se have-

rem manifestado diversos consócios foi o programa aprovado com a inclusão, no lugar respectivo, da seguinte tese, proposta pelo senhor presidente: Estudos paleo-históricos (etnografia e etnologia). Relatórios. Fez-se em seguida a leitura dos minuciosos relatórios apresentados pela tesouraria, biblioteca e secretaria. Essa leitura prende a atenção de todos, por largo espaço de tempo, despertando grande interêsse, pois si trata de peças informativas do movimento do Instituto durante o ano social recém transcorrido, sendo que o relatório da secrtaria atinge até ao ano de mil novecentos e trinta, em ligeiro retrospecto. Finda a sua leitura, o senhor presidente propõe que se lavre em ata um voto de louvor ao tesoureiro, secretário e bibliotecário, pelos trabalhos elaborados, o que é unanimemente aprovado.

O senhor presidente põe em discussão a proposta do secretária de ser cunhada u'a medalha comemorativo do próximo centenário. A proposta é aprovada, ficando o secretário autorizado a se dirigir ao nosso confrade senhor Mansueto Bernardi, diretor da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, estabelecendo o entendimento para a feitura da obra.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secrtário perpétuo, lavrei a presente ata. O senhor Othelo Rosa, sendo esta ata posta em discussão, pediu a palavra e disse que não fôra a controvérsia sôbre o perfil biográfico de Julio de Castilhos, a razão do seu pedido de dispensa da comissão de parecer sôbre a carta do senhor Goycochêa e sim o fato de haver sido nominalmente citado na polêmica entre os nossos confrades Varela e Souza Doca. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, escreví esta.

(ass.) F. R. Simch

ATA DA 37.ª SESSÃO ORDINARIA

Aos vinte e dois dias do mês de agôsto de mil novecentos e trinta e quatro, às vinte horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os sócios que firmaram

o livro de presença, grande número de convidados, entre os quais os senhores major Alberto Bins, prefeito da cidade, capitão Anapio Barcellos Feio, representante de s. excia. o senhor interventor federal no Estado e elevado número de famílias, o senhor Francisco Rodolfo Simch, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão.

Deixou de ser feita a leitura da ata da sessão anterior e expediente para se entrar, sem delonga, na ordem do dia. O secretário faz a leitura da efemêride do dia, da qual consta o decreto de anistia aos revolucionários, em mil oitocentos e quarenta. O senhor presidente declara que a presente sessão foi convocada com o fim de ser prestado uma homenagem à memória do excelso cabo de guerra na revolução de mil oitocentos e trinta e cinco, o general David Canabarro, cuja data natalícia era assinalada neste dia. Estando prèviamente designado para falar sôbre o assunto o nosso confrade senhor Othelo Rosa, o senhor presidente lhe dá a palavra. O senhor Othelo Rosa, professor de história riograndense, grande conhecedor dos fatos do decênio farroupilha, lê substanciosa conferência na qual historía em elevada precisão a vida de David Canabarro, a sua atuação no cenário desta então província, desde as lutas cisplatinas até a guerra do Paraguai na qual tomou parte o valoroso soldado. O trabalho apresentado pelo nosso consócio foi ouvido, de princípio a fim, com o máximo interêsse, recebendo, ao finalizar, os mais calorosos aplausos. O senhor presidente agradece a presença da assistência e declara encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) F. R. Simch

ATA DA 38.ª SESSÃO ORDINÁRIA.

Aos doze dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e quatro, às vinte horas, no Museu Júlio de Castilhos, presentes os sócios que firmaram o livro de presença, o senhor Francisco Rodolfo Simch, assumindo a presidência, de-

clarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente que constou das seguintes peças: carta da secretaria da presidência da república comunicando que, segundo o informe do Ministério da Educação, poderá ser concedida a subvenção solicitada, uma vez que o Instituto se habilite regularmente na forma do decreto número 20.357, de 31 de agôsto de 1931; circular da Biblioteca Riograndense comunicando a posse de sua nova diretoria, da qual é presidente o senhor Abeillard Barreto; carta do senhor Leonardo Macedonia fazendo a remessa do projeto de regulamento do Congresso de História; idem do senhor Joaquim Francisco de Assis Brasil agradecendo a consideração em que foi tomada a sua carta e protesto atinentes à re-impressão não autorizada do seu livro: "A república riograndense"; ofício da direção do Museu Nacional solicitando a remessa de publicações à Biblioteca Nacional e Museu do Trocadero, de París.

Ordem do dia. Passando-se à ordem do dia, entra em discussão o projeto de regulamento do Congresso de História a realizar-se, no próximo ano. A leitura é demorada e os artigos do projeto são discutidos um a um, havendo algumas modificações. Assim, aprovado, e depois de estilizado, irá o projeto à impressão, tirando-se quinhentas cópias. Dada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, o senhor Othelo Rosa faz a leitura do parecer a respeito da carta do escritor Castilhos de Coycochêa; êsse parecer, que é da autoria dos senhores Darcy e Othelo, vai como nota, á imprensa da capital — O senhor Clemenciano Barnasque faz diversas sugestões para a comemoração do centenário farroupilha, entre as quais a de uma parada infantil no próximo dia vinte e o lançamento da pedra fundamental do projetado monumento da ponte da Azenha. O senhor presidente designa o senhor Othelo Rosa para trocar impressões, a respeito, com o senhor prefeito da capital. E nada mais havendo, foi encerada a sessão, do que, eu, Eduardo Duarte secretário perpétuo, lavrei, para constar a presente ata.

(ass.) Leonardo Macedonia

ATA DA 39.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e quatro, às vinte e meia horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o respectivo livro e grande número de pessoas gradas do nosso meio social entre as quais muitas famílias, o senhor Francisco Rodolfo Simch assume a presidência e declara aberta a sessão. Explica o senhor presidente que a presente reünião fôra convocada com o fim especial de ser comemorada a passagem de mais um ano que assinala o épico decênio farroupilha. Concede, em seguida, a palavra ao senhor Othelo Rosa, prèviamente designado para fazer uma conferência alusiva ao ato. O nosso confrade Othelo Rosa le um excelente trabalho sôbre o "Separatismo entre os Farrapos", findo o qual foi muito aplaudido pela assistência. O senhor presidente agradece aos presentes o seu comparecimento e declara encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) Leonardo Macedonia

ATA DA 40.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e quatro, às vinte horas, no Museu Julio de Castilhos, sede provisória do Instituto, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedonia, vice-presidente, assume a presidência, por se achar fora da capital o senhor Rodolfo Simch, e declara aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente que constou de várias peças, entre as quais a seguinte, apresentada pelo consócio snr. Alcides Maya: "MOÇÃO. Submeto ao estudo e à deliberação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul a seguinte proposta ao govêrno do Estado, relativa ao programa

comemorativo do centenário da Revolução de 1835 (República de Piratiní): "De acôrdo com a tradição de outros povos e com a nossa própria, a fim de ligarmos para sempre à vida presente do povo riograndense, em suas relações internas e externas, a memória do glorioso passado que vamos celebrar em 1935, proponho que: — Avoque a si êste Instituto o pedido aos poderes públicos de ser dado ao Palácio do Govêrno do Estado, em Pôrto Alegre, o designativo de Palácio Piratiní. Sala das Sessões, 12 de outubro de 1934. (ass.) Alcides Maya."

O senhor presidente põe essa proposta em discussão e em seguida em votação, sendo unanimemente aprovada. Passou-se, em seguida, à discussão da matéria da ordem do dia: a fixação da letra e música do hino riograndense. O confrade senhor Othelo Rosa pede a palavra e faz ampla explanação do assunto, reportando-se à sua indicação anterior e ao parecer sôbre ela emitido pelos senhores João Maia e Faria Corrêa. Leu as diversas letras sôbre o hino farroupilha e explicou o trabalho musical feito pelo professor Corte Real que, conservando rigorosamente a melodia da música do maestro Mendanha, completou-a na parte da harmonia, dando-lhe unidade e melhores condições de canto. Sôbre o assunto travou-se longo e interessante debate, concluindo o senhor Alcides Maya por pedir vistas dos papéis, por alguns dias, para, na próxima sessão, apresentar parecer e emitir seu voto com conciência. O senhor presidente, concordando com o pedido, adiou a discussão, marcando nova reünião para o dia desenove do corrente. Deliberou-se igualmente solicitar a colaboração da Sociedade Riograndese de Educação, como expressão do magistério público, diretamente interessada na deliberação a ser tomada e que precioso auxílio poderia trazer ao Instituto, no exame da matéria. Resolveu-se igualmente, que, da resolução tomada, o Instituto se dirigirá ao govêrno do Estado sugerindo uma edição oficial do hino e o ato necessário da sua definitiva adoção. Será também devidamente considerada a proposta formulada pela secretaria do Instituto sôbre a forma da publicação, da qual constarão, hàbilmente dispostos, dados históricos sô-

bre o hino e a bandeira farroupilha. Dada a palavra a quem dela quisesse fazer uzo, levanta-se o senhor Alcides Maya e refere-se ao recente falecimento do nosso confrade Jorge Sallis Goulart, fato ocorrido na capital da República. O senhor Alcides Maya faz um carinhoso elogio ao consócio extinto, que foi um grande trabalhador, e que deixou ao Rio Grande obras de incontestável mérito literário, histórico e sociológico. Termina propondo um voto de pezar pelo doloroso fato, que é unanimemente aprovado. Ninguém mais usando da palavra, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei, para constar, a presente ata.

(ass.) Leonardo Macedonia

ATA DA 41.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e quatro, numa das salas do Museu Júlio de Castilhos, presentes os sócios que firmaram o livro de presenças, o senhor Leonardo Macedonia assume a presidência, em vista de se achar ausente da capital o senhor Francisco Simch, e declara aberta a sessão. Antes da sessão os sócios presentes estiveram no Ginásio Anchieta onde um dos padres dêsse estabelecimento de ensino gentilmente executou ao piano a letra do hino de Mendanha e a harmonização do professor Côrte Real. O presidente dá a palavra ao senhor Alcides Maya para apresentar o seu parecer sôbre a letra do hino. O senhor Alcides Maya faz longa exposição sôbre a letra do hino rio-grandense reportando-se à indicação apresentada pelo senhor Othelo Rosa e termina concordando com êste na preferência aos versos de Francisco Pinto da Fontoura. O senhor Othelo uza igualmente da palavra, fazendo algumas considerações sôbre o assunto em debate e apresentando nova justificativa em abono do seu ponto de vista.

O senhor Valter Spalding pede a palavra e discorda da opinião dos confrades Maya e Othelo, dizendo ser de seu pa-

recer que a preferência deve ser dada aos versos que aparecem publicados no jornal "O Povo". Encerrada a discussão e posto a votos, verifica-se que são preferidos os versos de Francisco Pinto da Fontoura, contra o voto do senhor Spalding. Quanto à parte musical, deliberou o Instituto, conforme proposta do secretário, que o trabalho do professor Côrte Real fôsse, antes de uma resolução definitiva, examinado pelas professoras de música das escolas desta capital, para cujo efeito o Instituto se dirigirá a Associação Riograndense de Educação. Esta deliberação foi tomada de acôrdo com o professor Côrte Real, que esteve presente à reünião e que, desinteressadamente, tem prestado sua valiosa cooperação a esta iniciativa do Instituto para uniformizar a música do maestro Mendanha expurgando-a dos erros de cópia que tanto a tem enfeiado. E nada mais havenda a tratar o senhor presidente encerrou a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei, para constar, a presente ata.

(ass.) Leonardo Macedonia

ÍNDICE

3.° Trimestre

O Diário de Antônio Vicente da Fontoura 3
Povoamento inicial do Rio Grande, pelo General Borges Fortes 123
Uma publicação clandestina 147
Nótulas Bibliográficas, por Walter Spalding 151
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul 157

4.° Trimestre

O caso Saldanha, pelo 1.° tenente Henrique Oscar Wiedrspahn 167
A Revolução dos "Farrapos" e os Anais da Assembléia Legislativa da Provincia de São Paulo, por Fernando Calage 179
Mucio Teixeira na literatura nacional, pelo dr. Leopoldo de Freitas 189
O valor mental da Assembléia Constituinte de 1823, pelo dr. Vitor Russomano 195
Vida de David Canabarro, pelo dr. Herbert Canabarro Reichardt .. 213
David Canabarro, conferencia do sr. Othelo Rosa 241
Separatismo entre os "Farrapos", conferencia do sr. Othelo Rosa 253
Parecer dos srs. Darcy Azambuja e Othelo Rosa sôbre a "História da Grande Revolução, do dr. Alfredo Varela 267
Homenagem prestada ao dr. Eduardo Duarte, secretário perpétuo do Instituto 273
Nótulas bibliograficas, pelo sr. Walter Spalding 303
Relatórios da secretaria e biblioteca 313
Atas das sessões do Instituto no ano de 1934 323

47894

GEOGRAFIA:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Dr. Antão de Faria.
Cel. Aurelio Porto.
Dr. Alcides Maya.

ARQUEOLOGIA, ETNOGRAFIA E PALEONTOLOGIA:

Dr. Alfredo Clemente Pinto.
Dr. Leonardo Macedonia.
Prof. Jorge Bahlis.
Dr. Armando Dias de Azevedo.

FOLCLORE E LÍNGUA DOS INDÍGENAS:

Cel. Manoel de Faria Correia.
Prof. Valter Spalding.
Dr. Antão de Faria.
Dr. Darcy Azambuja.

ESTATUTOS E COMISSÃO DA REVISTA:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Cel. E. F. de Souza Doca.
Prof. Othelo Rosa.
Dr. Eduardo Duarte.

ADMISSÃO DE SÓCIOS:

Dr. Armando Dias de Azevedo.
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Cel. Gaston Hasslocher Mazeron.
Dr. Eduardo Duarte.

Condições de assinatura:

Por ano ..... 15$000 rs.
Por fascículo trimestral ..... 4$000 rs.
Preço da coleção até 1930 .....1:000$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria.

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr. Eduardo Duarte, á rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.